



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JAQUELINE CALIXTO DOS SANTOS

**A TRAJETÓRIA DE CARLOS ALBERTO DE MENEZES ENTRE A FÁBRICA
TÊXTIL DE CAMARAGIBE E O COLÉGIO SALESIANO DO RECIFE
(1874-1904)**

Recife

2023

JAQUELINE CALIXTO DOS SANTOS

**A TRAJETÓRIA DE CARLOS ALBERTO DE MENEZES ENTRE A FÁBRICA
TÊXTIL DE CAMARAGIBE E O COLÉGIO SALESIANO DO RECIFE
(1874-1904)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Orientador: Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio.

Recife

2023

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

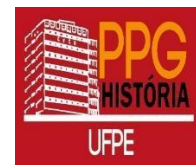
S237t Santos, Jaqueline Calixto dos.
A trajetória de Carlos Alberto de Menezes entre a fábrica têxtil de Camaragibe e o Colégio Salesiano do Recife (1874-1904) / Jaqueline Calixto dos Santos. – 2023.
131 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Pablo Francisco de Andrade Porfírio.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

Inclui referências.

1. História. 2. Menezes, Carlos Alberto de, 1855-1904. 3. Fábrica Têxtil de Camaragibe. 4. Colégio Salesiano do Recife. 5. Igreja Católica. 6. Ultramontanismo. I. Porfírio, Pablo Francisco de Andrade (Orientador). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-157)



JAQUELINE CALIXTO DOS SANTOS

**A TRAJETÓRIA DE CARLOS ALBERTO DE MENEZES ENTRE A FÁBRICA
TÊXTIL DE CAMARAGIBE E O COLÉGIO SALESIANO DO RECIFE**

(1874-1904)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Sociedades, Culturas e Poderes.

Aprovada em: **07/07/2023**

BANCA EXAMINADORA

Participação por videoconferência

Prof. Dr. Pablo Francisco de Andrade Porfírio

Orientador (Universidade Federal de Pernambuco)

Participação por videoconferência

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Martins Guillen

Membro titular interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Participação por videoconferência

Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva

Membro externo ao programa (Centro de Educação Universidade Federal de Pernambuco)

Participação por videoconferência

Prof. Dr. Marcio Ananias Ferreira Vilela

Membro externo ao programa (Colégio de Aplicação Universidade Federal de Pernambuco)

AGRADECIMENTOS

DEUS, pois a fé pode até ter falhado, mas nunca faltado.

THOMAZ, meu arco-íris, que como tal chegou depois de uma longa tempestade, extirpou a aridez do solo e fez tudo florir. Travou tantas batalhas contra essa dissertação, não pôde vencer todas, mas te considero um vitorioso, pois a notícia de que você estava a caminho, se deu logo em seguida o resultado da seleção para o mestrado. Desde aquele janeiro de 2020 seguimos todos juntos: você, dissertação e eu. Pingo, mamãe te ama.

PAI E MÃE, minha rede de apoio de toda vida, tantos sacrifícios que de forma alguma foram obrigados a fazer, mas fizeram por amor a mim. Essas páginas tem o toque, o abraço, o chinelo que deixaram de comprar, a longa caminhada a pé depois de um dia de trabalho, pois o dinheiro da tua condução, pai, o senhor me dava pra que eu pudesse cruzar a cidade até o pré-vestibular... Obrigada por tanto e por tudo!

ANDRÉ, meu companheiro que segurou a barra e esticou a corda, mas não a deixou arrebentar. Viveu a solidão de uma paternidade em plena pandemia de COVID, se desdobrou pra que eu pudesse assistir aulas, peregrinar nos arquivos, escrever esse texto, participar de eventos. Sigamos em busca de outros sonhos e desafios. Te amo.

RACHEL CALDAS LINS, que além de tanta grandeza humana é sem dúvida uma das maiores intelectuais que tive o prazer de conhecer. Obrigado por permitir que eu entrasse em sua vida e na sua biblioteca.

GEDUC, grupo de estudos que me presenteou com os melhores amigos/irmãos. Alê, Max, Regi, Paulo, Keila, Dri e Eva: obrigada pelas discussões, leituras compartilhadas, cervejas tomadas, risadas e abraços trocados ao longo do que tem sido a caminhada nessa travessia que é a vida. Sigamos!

PABLO PORFIRIO, uma inspiração como pesquisador, mas principalmente como ser humano. Obrigada pela paciência, compreensão e partilha ao longo dessa caminhada.

PAULO E NAIRAM, nem uma pandemia e um mestrado cursado remotamente impediu que construíssemos afetos: “Bora qualificar”, “bora defender”, “não consigo escrever nada”, “se precisar tô aqui”, “pode contar comigo” “quando vamos beber juntos?”. Vocês são incríveis!

FERNANDA, que esteve comigo em TODOS os momentos da minha vida. Irmã de alma e a pessoa mais otimista do mundo. Obrigada, amiga!

PPGH-UFPE, por todo cuidado dispensado aos alunos, tanto pelo corpo administrativo, quanto docente.

A TODOS OS FUNCIONÁRIOS DOS ARQUIVOS por cuidarem com tanto zelo dos documentos utilizados nesta pesquisa. A todos os funcionários do CEHIBRA/FUNDAJ, Arquivo público do estado de Pernambuco, e colégio Salesiano do Recife, sobretudo por terem sido sempre tão solícitos, mesmo quando eu aparecia sem agendar, ou chegava na única hora que dava, muitas vezes faltando pouco tempo para o término do expediente. O que seria de nós, historiadores, sem vocês. O receio de omitir alguém, me impede de citá-los nominalmente.

PROFESSOR ANTONIO PAULO REZENDE, por tanto e todo afeto.

ANDRÉ GUSTAVO FERREIRA, por me mostrar que é possível, embora difícil, viver de acordo com a concepção de mundo que defendemos.

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem certo sonho ou projeto de mundo, devousar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de uma utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (FREIRE, 2000, p.33)

RESUMO

A partir da primeira metade do século XIX discussões em torno da laicidade do estado brasileiro ganharam força no país, sobretudo em virtude de discussões provocadas por algumas linhas de pensamento, tais como liberalismo e positivismo. Para fazer frente às diversas correntes que defendiam a laicidade do estado, um setor da igreja católica brasileira, chamado de ultramontano, arregimentou forças em defesa da instituição. Mobilizaram não apenas o clero, mas os leigos católicos, sobretudo os que ocupavam postos de destaque no cenário econômico e social. Esta dissertação se propõe a narrar parte da trajetória de um desses leigos, o engenheiro civil natural do estado do Rio de Janeiro, mas radicado em Pernambuco, Carlos Alberto de Menezes, com destaque para sua atuação em dois projetos específicos: a implementação de um modelo de administração cristã na fábrica têxtil de Camaragibe, inspirado no movimento da Democracia cristã francesa, e a criação de um colégio da congregação católica italiana dos padres Salesianos na cidade do Recife. O período histórico delimitado compreende o ingresso de nosso personagem na escola politécnica do Rio de Janeiro (1874) e sua morte na cidade do Recife (1904). Faremos uso de jornais da época, relatórios, cartas e boletins informativos presentes nas coleções Carlos Alberto de Menezes e fábrica de Camaragibe, que compõem o acervo da Fundação Joaquim Nabuco. Cartas e boletins disponíveis no arquivo do colégio Salesiano da cidade do Recife, além de jornais digitalizados que compõem a Hemeroteca Digital. A pesquisa aponta que Carlos Alberto utilizou seus espaços de atuação para propagar a religião católica, ao mesmo tempo que buscava atender seus interesses enquanto diretor de uma fábrica têxtil pernambucana, sobretudo suas tentativas de formar um trabalhador atravessado pela lógica religiosa católica.

Palavras-chave: Carlos Alberto de Menezes; fábrica têxtil de Camaragibe; Colégio Salesiano do Recife; Igreja católica; Ultramontanismo.

RÉSUMÉ

À partir de la première moitié du XIX^e siècle, les discussions autour de la laïcité de l'État brésilien se renforceront dans le pays, principalement en raison des discussions suscitées par certaines lignes de pensée, comme le libéralisme et le positivisme. Face aux différents courants qui défendent la laïcité de l'État, un secteur de l'Église catholique brésilienne, dit ultramontain, va se rallier pour la défense de l'institution. Ils mobiliseraient non seulement le clergé, mais les laïcs catholiques, en particulier ceux qui occupaient des positions de premier plan dans le scénario économique et social. Ce travail propose de raconter une partie de la trajectoire de l'un de ces laïcs, l'ingénieur civil né à Rio de Janeiro, mais basé à Pernambuco, Carlos Alberto de Menezes, en soulignant sa performance dans deux projets spécifiques: La mise en œuvre d'un modèle d'administration à l'usine textile Camaragibe, inspirée du mouvement de la démocratie chrétienne française, et la création d'un collège de la congrégation catholique des prêtres salésiens dans la ville de Recife. La période historique délimitée comprend son entrée à l'école polytechnique de Rio de Janeiro, où il devient membre de la Société catholique de São Vicente de Paulo (1874), et sa mort dans la ville de Recife (1904). Nous utiliserons des journaux de l'époque, des rapports, des lettres et des bulletins présents dans les collections de l'usine Carlos Alberto de Menezes et Camaragibe, qui composent la collection de la Fondation Joaquim Nabuco, ainsi que des lettres et des bulletins disponibles aux archives du Collège Salesien de la ville de Recife, en plus des journaux numérisés qui composent la Digital Hemeroteca. La recherche souligne que Carlos Alberto profiterait de ses espaces d'action pour propager la religion catholique, en même temps qu'il cherchait à répondre à ses intérêts en tant que directeur d'une usine textile de Pernambuco, notamment par rapport à ses tentatives de former un ouvrier traversé par la logique religieuse catholique.

Mots clés: Usine textile à Camaragibe; Collège Salesien du Recife; Église catholique; Ultramontanisme.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Carlos Alberto de Menezes.	21
Figura 2- Vítima da grande seca.	41
Figura 3- Daguerreótipo de Manoel Joaquim de Menezes.	50
Figura 4- Operários da fábrica de tecidos de Camaragibe	71
Figura 5- Praça da república em cartão postal do início do século XIX, 1905.	101
Figura 6- Barbeiro brasileiro do século XIX.	105

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa estação ferroviária de Garanhuns	57
Mapa 2 – Região metropolitana do Recife	64

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS	Arquivo Central Salesiano.
ACSSC	Arquivo do Colégio Salesiano do Sagrado Coração
CIPER	Companhia Industrial Pernambucana.
CEHIBRA	Coordenação de Estudos da História Brasileira
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O LEIGO CARLOS ALBERTO	27
2.1	O LEIGO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	28
2.2	UM LEIGO VICENTINO.....	36
2.3	É HORA DA TRAVESSIA	48
2.4	CHEGADA.....	53
3	CARLOS ALBERTO E O MUNDO DO TRABALHO EM PERNAMBUCO.....	63
3.1	DEMOCRATAS CRISTÃOS	68
3.2	TRABALHADORES EM DISPUTA.....	76
3.3	OS TRABALHADORES DA FÁBRICA TÊXTIL DE CAMARAGIBE	81
3.4	ALGUNS TRABALHADORES PERNAMBUCANOS DO SÉCULO XIX.....	84
4	CARLOS ALBERTO E A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES	89
4.1	“TENHA COMPAIXÃO DESSE BRASIL. VENHA NOS SALVAR!”	95
4.2	O COLÉGIO SALESIANO DO RECIFE.....	98
4.3	O ENSINO DE OFÍCIOS EM PERNAMBUCO.	102
4.4	LICEU DE ARTES DE OFÍCIOS.....	111
4.5	A CASA DE DOM BOSCO EM PERNAMBUCO	114
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
	REFERÊNCIAS.....	121

1 INTRODUÇÃO

Ninguém pode explicar a vida

Num samba curto.

(Paulinho da Viola)

Uma circular emitida pelo então deputado federal pernambucano Manoel Gomes de Mattos¹, aos membros da associação de leigos católicos dos Vicentinos da cidade do Recife, da qual era vice-presidente, anunciaria a morte de quem por anos dirigiu a entidade. As primeiras linhas da circular emitida em 12 de novembro de 1904, preocupa-se em ir direto ao assunto que motivou sua escrita: “Cumpro o doloroso dever de comunicar-vos que o Dr. Carlos Alberto já não existe”.² Por ocasião da missa de sétimo dia celebrada após a morte anunciada, cerca de 1.000 pessoas assistiram à cerimônia na capela do cemitério de Santo Amaro, bairro central da cidade do Recife: “Foi uma demonstração eloquentíssima do quanto era, nesta capital, estimado o homem cujo desaparecimento, como se sabe, causou uma grande e profunda consternação”.³

Não foram apenas as pessoas *gradas* que se preocuparam em marcar presença nos eventos relacionados à morte de Carlos Alberto: “Ao divulgar-se a notícia da morte do prestante cavaleiro, houve uma verdadeira romaria à casa onde se dera o triste sucesso”.⁴ O número 11 da rua do Progresso, bairro da Boa Vista e área central da capital pernambucana, seria o destino da romaria. Cercado por parentes, foi na casa de seu cunhado Muniz Araújo, onde a arteriosclerose vitimou nosso personagem, doença que “o deixara de cama pelos últimos 15 dias”.⁵

Quem por ventura desconhecesse a pessoa cuja morte causara tanta comoção, poderia ler um dos inúmeros necrológios publicados no dia que sucedeu o acontecido. Enquanto característica deste tipo de texto, o leitor conheceria apenas as qualidades do morto. Conforme ressalta a historiadora Amanda Cavalcanti “ao se construir uma imagem positiva do biografado, a intenção é criar a ideia de um homem memorável, a partir da construção de consensos sobre a sua vida, que primam em atenuar ou até eliminar as idiossincrasias e fissuras nela existentes”.⁶

¹Série documentos pessoais Carlos Alberto de Menezes. Acervo Fábrica de Camaragibe, CEHIBRA/FUNDAJ.

² *Idem*.

³ Jornal pequeno, 03 de novembro de 1904.

⁴ *Idem*.

⁵ *Idem*.

⁶ CAVALCANTI, Amanda Alves. *O melhor de nossa pernambucanidade: A construção da memória de Mário Sette como fundador da ideia de “pernambucanidade”*. ANPUH-Brasil –31º Simpósio Nacional de História, Rio de Janeiro, 2021, p.4. Disponível em:

Segundo o jornal *A Província* “o dr. Carlos Alberto era um adepto ardoroso da religião católica e não se limitava a prestar-lhe o culto de sua fé, mas dedicava-se ardentemente a propagá-la entre os seus parentes, os seus amigos e seus subordinados”.⁷ A imprensa lamentou ainda a prematuridade da morte do nosso personagem, poucos dias após a chegada de seus 49 anos de idade, celebrado no dia 15 de outubro daquele ano de 1904.

Dez anos após ter concluído tese de sua autoria,⁸ o pesquisador Alexandre de Sá Avelar faz o exercício de relê-la, e assim, relembra a preocupação compartilhada entre ele e seu orientador à época, em torno da idade do personagem a ser biografado, afinal, o militar e engenheiro metalúrgico Edmundo de Macedo Soares, seu personagem, vivera 88 anos e “a longevidade sempre fora um tormento para os biógrafos”⁹, afirmaria Avelar. Acreditavam ser muita vida para dar conta, e mesmo ao delimitar um período, a dificuldade residiria no fato de selecionar quais eventos seriam dignos de estudo. Diante do General Macedo Soares, poderíamos afirmar que Carlos Alberto viveu pouco, conforme lamentaram alguns necrológios escritos a seu respeito. Mas o tanto de empreitadas que ele se meterá em seus *poucos* 49 anos, logo me fazem voltar atrás. Neste trabalho não abordaremos todas elas, porque como bem nos lembra o cantor e compositor brasileiro Paulinho da Viola “Ninguém pode explicar a vida em um samba curto”.¹⁰

Este trabalho é uma biografia histórica de parte da trajetória do engenheiro civil e leigo católico Carlos Alberto de Menezes. Destacaremos sua atuação enquanto responsável por uma fábrica têxtil no estado de Pernambuco, e os embates protagonizados entre ele e os redatores do jornal operário pernambucano *Aurora Social*, sobretudo questões relativas às condições de vida e trabalho dos operários daquela fábrica. Trataremos ainda de seus esforços para criação de um colégio da congregação católica salesiana na cidade do Recife, e como a instituição se articula a um projeto que pretendia formar uma mão-de-obra versada pelo catolicismo. Além disso, abordaremos algumas de suas ações referentes à formação profissional de crianças, dentro da

https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627327767_ARQUIVO_bd0320392e092ec1805ce2491e7da7d6.pdf. Acesso dia 21/01/2023.

⁷ Jornal A província, 3 de novembro de 1904.

⁸ AVELAR, Alexandre de Sá. *O reencontro com o general e o meu labirinto. Sobre a releitura de uma tese*. In: Avelar, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). *O que pode a Biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.p.129.

⁹ *Idem*.

¹⁰ Conheci a música através do pesquisador Francisco Martinho, em sua participação na mesa redonda *escrever biografias na atualidade: possibilidades e desafios*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=x7J27SKBFOo&t=2331s>. Acesso dia 10/12/2023.

já citada fábrica. Daí surge o recorte temporal delimitado, que compreende o ingresso de nosso personagem no curso de engenharia civil da faculdade politécnica da cidade do Rio de Janeiro (1874) – primeiros registros de sua atuação enquanto leigo católico – e sua morte na cidade do Recife (1904). Nossa escolha por discutir esses enfoques e período, se deve ao nosso contato prévio com algumas das documentações utilizadas ao longo deste trabalho, ainda na graduação, sobretudo as que dizem respeito ao colégio Salesiano do Recife.

O esforço empreendido por Carlos Alberto de Menezes em promover o catolicismo de vertente Ultramontana em Pernambuco, levou-o a integrar a Liga Pernambucana contra a tuberculose,¹¹ candidatar-se a deputado federal pelo partido católico brasileiro,¹² organizar o primeiro congresso católico de Pernambuco,¹³ além de construir uma estátua de nossa senhora da Conceição em um morro da zona norte do Recife, na condição de projetista do monumento e promotor do culto que se formaria em seu entorno. Ações estas que ficarão para *outro samba*.

Nosso personagem representou uma forma sofisticada de exercer a religião católica em um país que atravessava o império e adentrava a república. O ultramontanismo católico brasileiro das últimas três décadas do século XIX se ligaria aos católicos “esclarecidos”, representados por bacharéis e membros da elite econômica brasileira. A figura do leigo limitado a rezar o santo Rosário na companhia da esposa e dos filhos, desfilar em procissão pelas ruas nas festas litúrgicas, escolher o nome do filho de acordo com o “santo do dia”, ou que se apressava para batizar o recém-nascido, a fim de garantir que o “anjinho”, em caso de morte, não chegaria ao céu pagão, compõem o que Riolando Azzi denominou de Catolicismo rústico¹⁴. Na concepção ultramontana, a limitação dos leigos ao campo devocional seria insuficiente para

¹¹ No início do século XX em virtude do alto índice de contágio e mortalidade da tuberculose, foram criadas em algumas províncias ligas para combater a doença. A liga pernambucana foi inaugurada em 19 de agosto de 1900. Consta no artigo primeiro de seu estatuto, item c, que um de seus objetivos seria melhorar o meio de vida e trabalho dos operários, a fim de evitar o contágio da doença. Acreditamos que esse ponto em específico tenha levado Carlos Alberto, que liderava uma grande quantidade de operários a ingressar na liga. GOUVEIA, Bruno Márcio. *Escritos e práticas na trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017. 204f.

¹² Após a proclamação da república brasileira no ano de 1889, a igreja católica procurou se organizar politicamente para defender seus interesses a partir da criação de um partido. No ano de 1890 uma sucursal do partido em Pernambuco disputaria sua primeira e última eleição, Carlos Alberto disputou uma vaga para deputado federal, mas não obteve êxito. PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a igreja e o estado no Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 1970.pp. 115-163.

¹³ O primeiro congresso católico pernambucano foi realizado na cidade do Recife entre os dias 22 e 29 de junho de 1902. O evento tinha por objetivo reunir clérigos e leigos para discutir problemas do campo religioso, social e político. AMARAL, Walter Valdevino do. *Que fizeram “ellas”? As filhas de Maria e a boa imprensa no Recife*. Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Pernambuco. Mestrado em ciência da religião. 2010.102f.pp. 28-33.

¹⁴ AZZI, Riolando. *O estado leigo e o projeto Ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994.

defender esse setor da igreja católica, que enxergava na laicidade do estado brasileiro, cujas discussões iniciaram-se no Brasil a partir da primeira metade do século XIX, um inimigo a ser combatido.

A partir da Revolução Francesa, cerca de metade do clero daquele país se manteria obediente e fiel às orientações papais vindas de Roma. Em contrapartida a outra metade adere às ideias liberais, assim, deu-se a divisão da igreja católica francesa em dois grupos, observável em outros países à medida que as discussões avançavam em torno da separação política e jurídica entre igreja e estado, desse modo “(...) o ultramontanismo passou a ser o termo de referência para os católicos dos diversos países, cuja preocupação básica era a fidelidade às diretrizes romanas, mesmo afastando-se dos interesses políticos e culturais de suas respectivas pátrias”.¹⁵

Sobre pesquisas de trajetória os historiadores Benito Bisso e Alexandre Avelar nos falam sobre as armadilhas¹⁶ do processo de construção biográfica. Uma delas seria buscar na infância dos sujeitos elementos definidores de suas escolhas na vida adulta.¹⁷ Nesse sentido, fizemos o exercício, confesso um tanto difícil, de não enquadrar Carlos Alberto enquanto sujeito *que nascera predestinado a ser um leigo católico*. Ele poderia ter sido um propagador da filosofia Positivista, caminho percorrido por alguns de seus amigos, ou mesmo praticante damaçonaria, tal qual seu avô. Ignorar o direito de escolha dos indivíduos, suas particularidades e interesses pessoais, seus objetos de paixão e decepção, equivale, a mesmo inconscientemente, determinar a vida de nossos personagens, sobretudo a vida que gostaríamos de vê-los representar. De acordo com Bisso e Avelar, deve-se evitar tanto o risco de “subsumir os indivíduos aos sistemas normativos”¹⁸ quanto “enxergar no sujeito uma força vital capaz de transgredir todas as regras e formatos sociais”.¹⁹

Desde as hagiografias gregas onde atribuiu-se um caráter pedagógico as biografias, por narrarem vidas que se pressuponham virtuosas e modelares, ao século XX, onde seria preterida e considerada um gênero menor diante da efervescência em torno de “conceitos coletivos como classe, nação e raça”²⁰ que “ pareciam seduzir mais os historiadores – às voltas com a

¹⁵ AZZI. Op. Cit. p. 7

¹⁶ Os referidos autores não utilizam a palavra armadilha.

¹⁷ AVELAR; SCHMIDT. Op. Cit.p.9.

¹⁸ *Idem*.

¹⁹ *Idem*.

²⁰ AVELAR; SCHMIDT. Op. Cit.p.10.

transformação de seu ofício em atividade disciplinar e científicas – do que com as “mundanidades” típicas dos biógrafos”²¹, na atualidade o gênero busca se distanciar da biografia dos heróis, ou mesmo das tentativas de heroicizar um dado sujeito, mesmo as construídas para atender o mercado editorial, à exemplo dos três volumes da biografia do ex-presidente brasileiro Getúlio Vargas, escrita pelo jornalista Lira Neto.²² A trilogia demonstra acurada pesquisa histórica, fruto da imersão do autor em processos judiciais, correspondências, diários, cartas, jornais, documentos públicos e pessoais, marchinhas e charges, na busca (vã?) por compreender como ditador e reformador social habitavam o mesmo corpo.

Antonio Joaquim de Mello foi um biógrafo pernambucano do século XIX responsável por narrar os feitos do seu conterrâneo, o médico José Correia Picanço (1745-1812) a quem é atribuída a realização da primeira cirurgia de cesariana do Brasil (1817). De acordo com Joaquim de Melo, Correia Picanço detinha “o *direito* a que seu nome permaneça honrado na memória da pátria agradecida”²³. Assim, feitos e méritos determinavam quem deveria ser lembrado, e quem deveria ser esquecido. As escolhas se davam em torno de excepcionalidades determinadas enquanto relevantes por um dado grupo, via de regra, detentores de elevado capital político e econômico. Tenho dúvidas se minha escolha por narrar parte da trajetória de Carlos Alberto não advém do fato de considerá-lo um merecedor, porém, é inegável que talvez eu nunca o encontrasse, se o mesmo não tivesse alcançado uma projeção mínima na sociedade pernambucana entre fins do século XVIII e primeiros anos do século XIX. Mesmo passada a fase de exaltação de personagens em trabalhos do gênero, é possível que os caminhos que nos levem a muitos deles continuem os mesmos.

A micro-história italiana questiona a ideia de contexto onde os sujeitos são colocados em uma posição de produtos de determinada época/período. Tal concepção impõe alguns desafios ao pesquisador, haja vista, conforme aponta Sabina Loriga “uma das principais razões pelas quais os historiadores têm dificuldade de elaborar a multiplicidade individual, está numa antiga regra do nosso ofício, que imporia ao historiador um enraizamento do personagem em

²¹ *Idem*.

²² NETO, Lira. *Getúlio (1882-1930): dos anos de formação à conquista do poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; NETO, Lira. *Getúlio (1930-1945): do governo provisório à ditadura do Estado Novo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; NETO, Lira. *Getúlio: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

²³ Grifos nossos. MELLO, Antonio Joaquim de. *Biographias de Joaquim Ignacio de Lima, Luiz Alves Pinto e José Correia Picanço*. RECIFE: Typ de Manoel Figueiroa de Faria e filhos, 1895, s/p.

seu contexto”²⁴. Não se trata de negar que os sujeitos são seres sociais, mas do risco de “transformá-los em uma amostra estatística” ou ainda um “peão no tabuleiro de xadrez”, conclui Loriga. Admite-se, assim, as inúmeras possibilidades de exercer um dado papel em determinado grupo político-social. Não há um modo único de ser revolucionário, religioso, poeta, escritor, e político, por exemplo.

O engenheiro e leigo católico Carlos Alberto de Menezes elaborou estratégias em desfado catolicismo de vertente Ultramontana, mas acreditar no catolicismo enquanto único impulsionador de suas ações, seria ignorar que as mesmas também se deram por interesses próprios, particulares e egóicos.

A respeito de nossas escolhas acerca do que/quem biografar/estudar, o historiador Durval Muniz de Araújo fala do elemento erótico envolvido nessa relação, pois “quase sempre pesquisamos não apenas aquilo que nos interessa, mas aquilo que nos apaixona, que nos afeta, que nos move e nos comove, que mexe com as nossas ideias, mas também com os nossos afetos”.²⁵ Pesquisamos com o intelecto, mas também com o corpo. Nossos trabalhos são fruto de cheiros, sensações e pessoas que nos atravessam nos arquivos, nos bares, nos congressos, no “cafezinho”, na vida. Durval Muniz defende ainda “(...) que tal como se dá com a escolha do objeto de preferência sexual, a escolha de objeto por parte do historiador, emerge tanto de dimensões conscientes, quanto inconscientes(...)”.²⁶ Ainda não havia lido o texto citado, quando optei por abrir um desvio na trajetória que me levaria até essa pesquisa. Mudei o tema inicial da dissertação, e nesse ponto, agradeço [novamente] ao meu orientador, por não me condenar a investir três anos da minha vida em um objeto, que por si só, não me causava mais prazer, afinal, o historiador não é um “(...) ser desprovido de corpo, sensibilidade, de sensualidade, de desejos, de afetos, de sentimentos, de libido”.²⁷

Em seu livro *Artífices da cidadania*, o pesquisador Marcelo Mac Cord faz um exercício interessante na primeira página da obra, ao lançar a seguinte questão: como a pesquisa acadêmica se costura com a vida/vivência do pesquisador? Sua própria experiência é tomada

²⁴ LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: Revel, J. (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. Apud CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Os usos da biografia pela microanálise italiana. Interdependências, biografias coletivas e network analysis*. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). *O que pode a Biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p.43.

²⁵ JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *A fabricação dos tempos: a materialidade da narrativa histórica*. In: SANTOS, Germiniano dos Santos. *Durval Muniz de Araújo Jr: A arte de inventar-se historiador nas tessituras da história*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. Edição Kindle. p.17.

²⁶ *Idem*.

²⁷ *Idem*.

de exemplo, e assim adentramos no fio que liga um grupo de trabalhadores artífices recifenses do século XIX à tese de doutoramento da qual se origina seu livro. O pesquisador demonstra clareza acerca de suas motivações: “Revisitei parte de minha adolescência, como aprendiz de meu pai, mecânico de refrigeração, como aluno de escola profissionalizante, e como menino que, nos subúrbios cariocas, sonhava com um futuro melhor por meio da educação”.²⁸

Fui católica do tipo que se chama no Brasil de praticante por um longo período da minha vida, metade dela para ser mais precisa. Acredito que tenha vindo daí meu interesse pelos colégios católicos, juntamente com minha formação em magistério no ensino médio, e pedagogia na graduação. Em meu trabalho de conclusão de curso, desejava pesquisar a educação Beneditina, mas fui alertada por meu orientador à época, da dificuldade que teríamos em obter documentos, pelas características daquela ordem católica composta por monges enclausurados. Além disso dispúnhamos de pouco tempo.

À época o colégio Salesiano do Recife nos pareceu uma boa opção, sobretudo a educação profissionalizante que lá se desenvolveu²⁹, pois seguíamos com o desejo de investigar um projeto educacional católico em Pernambuco durante o século XIX. Só restava saber se tínhamos acesso aos documentos, havia receio por se tratar de um arquivo privado. Fui bem recebida desde o primeiro contato, onde acessei tanto o arquivo do colégio, quanto o arquivo da congregação, que abrigava cartas e edições de boletins informativos salesianos, atualmente já digitalizados, o que veio a facilitar a tradução, haja vista serem escritos em italiano, língua dos fundadores daquela congregação católica. Enquanto era apresentada ao colégio, conheci Carlos Alberto de Menezes, sempre retratado enquanto grande benfeitor da instituição e dos padres Salesianos.

Sua figura me despertava curiosidade. Ainda no início da pesquisa da dissertação, quanto mais conhecia o processo de criação do colégio, mais tinha informações sobre Carlos Alberto, era como se as duas histórias fossem indissociáveis, até chegar ao ponto de me interessar mais por ele que pelo colégio, tema ainda presente neste trabalho, entretanto, não mais na posição de protagonista. O contexto de pandemia de COVID-19, sobretudo no primeiro

²⁸MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: editora da Unicamp, 2012. Agradecimentos, s/p.

²⁹DA SILVA, André Gustavo Ferreira; ARAÚJO Erika Ferrez; DOS SANTOS, Jaqueline Calixto. *Representando a moderna caridade: instituição dos Salesianos no Recife (1892-1906)*. Cadernos de História da Educação (online), V.16, P.716-731, 2017.

ano da pesquisa, me levou a investir na busca por jornais digitalizados da Hemeroteca nacional, onde obtive mais informações sobre o personagem principal deste trabalho, sobretudo algumas ações por ele desenvolvidas na cidade do Rio de Janeiro, utilizadas para construir o capítulo primeiro.

Nos arquivos CEHIBRA-CDOC/FUNDAJ deparei-me com uma grande quantidade de documentos relativos a Carlos Alberto: diário, recortes de jornal, circulares, cartas, relatórios, cadernos, folhetos, livros e estatutos. Após um tempo imersa entre os documentos, percebi a dimensão política daquele arquivo, doado ao centro de documentação da Fundação Joaquim Nabuco pela família Menezes – Collier. Ao doá-lo, a família claramente escolhe qual Carlos Alberto deseja preservar e perpetuar. E essa escolha muito se assemelha a compartilhada pelos necrológicos publicados após sua morte. A pesquisadora Manoela Hoffmann nos dirá que “O arquivo oferece uma *perspectiva* sobre a realidade”³⁰ uma vez que “ (...) o arquivamento realiza um recorte, uma seleção sobre o que do passado deve seguir para a posteridade; presente, em que a tomada de posição se inicia no momento da constituição do arquivo; e futura, pelo impacto do arquivo sobre as gerações seguintes que o utilizarão”.³¹ Tentei apresentar outras *perspectivas* para o arquivo, a partir dos meus questionamentos em torno da imagem de homem memorável e altruísta construída em torno do nome Carlos Alberto, verificável, conforme já mencionado, nos muitos necrológicos publicados nos primeiros dias que sucederam sua morte.

³⁰ HOFFMANN, Manoela. *O ARQUIVISTA MÁRIO DE ANDRADE: DIMENSÕES POLÍTICAS DE SEU ARQUIVO E DE SUA PRÁTICA ARQUIVÍSTICA*. ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anaeis/8/snh2021/1628264387_ARQUIVO_72b5b4bc2558f0af14c7985d6793336e8.pdf. Acesso dia 29/01/2023.

³¹ Idem.

Figura 1. Carlos Alberto de Menezes.



fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Alberto_de_Menezes

Esta dissertação não abrange toda a trajetória de Carlos Alberto de Menezes, conforme já mencionamos. Nos detivemos a duas de suas ações, quais seriam, a criação da fábrica têxtil de Camaragibe / PE (1891), sobretudo a leitura que ele faria da classe operária influenciado por sua inserção no movimento Democrata cristão francês. Nos interessa ainda as motivações e fabulações mobilizadas por ele em prol da criação de um colégio católico da congregação dos padres Salesianos na cidade do Recife (1895), fruto de sua preocupação com a formação profissional de trabalhadores. Julgamos necessário abordar o período de seus estudos, sobretudo universitários (1874-1878) a fim de compreender as ideias em circulação, assim como data dessa época seu ingresso em um grupo católico, a Sociedade de São Vicente de Paulo. Além de ter sido membro atuante deste grupo religioso, elaborou muitas de suas convicções e redes sociais através dele.

Os trabalhos que mencionam Carlos Alberto destacam sua atuação durante o processo de implantação e primeiros anos de funcionamento da fábrica de tecidos de Camaragibe, sobretudo a organização dos trabalhadores daquele empreendimento localizado nos arredores da capital Recife. Em alguns trabalhos como dissertações e livros, Carlos Alberto é citado enquanto parte de empreitadas maiores, quase nunca enquanto tema central, conforme nos aponta a historiografia consultada.

Em *O apostolado dos patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil*³², o pesquisador Lúcio Renato Mota Lima investiga em sua dissertação a Corporação Operária de Camaragibe, parte de um plano moral adotado pela fábrica e desenhado por Carlos Alberto. O trabalho objetiva analisar o discurso operário da corporação, também composta por patrões. A pesquisa apresenta um breve perfil biográfico de Carlos Alberto, com cerca de 20 páginas, intitulado *Perfil de um empresário Cristão*. O texto explora a influência do grupo católico de São Vicente de Paulo sobre nosso personagem, além de algumas informações, tais como sua data de nascimento, filiação, formação acadêmica, bem como trechos do seu discurso durante participação no primeiro congresso católico brasileiro, realizado no ano de 1901, no estado da Bahia.

José Pedro Lopes em “*Queira a Virgem Imaculada abençoar nossa Diocese*”: *a invenção da devoção mariana no Morro da Conceição (1904-1925)*³³ escreve em sua dissertação um parágrafo de 22 linhas, onde apresenta algumas informações a respeito de nosso personagem, sobretudo relativas à sua vida profissional. O texto incorre no erro de apresentar 1886 enquanto ano da vinda do engenheiro para Pernambuco, quando o correto seria 1878.³⁴ O autor afirma que por determinação do papa Pio X, todas as dioceses deveriam comemorar o dogma da Imaculada Conceição, no dia 08 de dezembro, é quando D. Luiz Raymundo Silva Britto, bispo em exercício, tem a ideia de ir além dos tradicionais eventos como celebração de missas e terços, e decide construir “uma grande estátua, da santíssima virgem, com a invocação de Maria Imaculada que a coloque a uma altura de dominar bem a cidade, sobre um elevado pedestal”.³⁵ O grupo da Sociedade católica de São Vicente de Paulo recifense auxiliaria o bispo na empreitada. Para organizar os trabalhos foi criada uma comissão, da qual Carlos Alberto teria enquanto função “escolher um local conveniente, o mais em vista possível das diferentes partes da cidade do Recife, e determinar a forma do monumento”.³⁶

³² LIMA, Lúcio Renato Mota. *O apostolado dos patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891-1908)*. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.p.35-51.

³³ NETO, José Pedro Lopes. “*Queira a Virgem Imaculada abençoar nossa Diocese*”: *A invenção da devoção mariana no Morro da Conceição (1904-1925)*. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020. p.87-88.

³⁴ Nos baseamos na informação apresentada no livro de Eduardo Collier, que aponta o ano de 1878. Acreditamos ser esta a data correta, pois em 1881 já existem notícias referentes a Carlos Alberto em Pernambuco, uma delas pode ser encontrada no Jornal do Recife, edição nº 0025, 1881.

³⁵ NETO. Op. Cit. p.11.

³⁶ NETO. Op. Cit. p.86.

É provável que o fato de Carlos Alberto ser engenheiro civil tenha influenciado sua função na empreitada. O local “mais visível possível” seria o topo de um morro situado num bairro da zona norte da cidade do Recife, conhecido à época por morro da Boa Vista³⁷, em terras doadas por uma família da região. Carlos Alberto não chegou a ver a inauguração do monumento que ajudou a construir, inaugurado em 08 de dezembro de 1904, menos de um mês após sua morte. Ao relatar as etapas da obra um ano após a mesma ter sido concluída ao *Almanach de Pernambuco*³⁸, o engenheiro que compartilharia da construção do monumento com ele, Lafayette Bandeira, reservaria um espaço do texto para homenagear o já falecido companheiro: “Foi ele a alma de todo este monumento, dele partiu a ideia, dele partiu a ação (...)”.³⁹

Temos em *A ação social católica de Carlos Alberto de Menezes: da inspiração na espiritualidade vicentina à antecipação das exigências da encíclica Rerum Novarum*⁴⁰, tese escrita por Alexandre José Gomes, a defesa de que a participação de Carlos Alberto na Sociedade de São Vicente de Paulo teria sido decisiva para o mesmo se antecipar a encíclica papal publicada por Leão XIII destinada a classe operária. Alexandre Gomes argumenta que a proximidade entre o grupo vicentino e o papa, forneceu a Carlos Alberto acesso privilegiado às discussões da igreja em torno da classe trabalhadora antes que fossem ventiladas na imprensa, e oficializadas em 15 de maio de 1891, através da publicação da carta encíclica intitulada *Rerum Novarum*.

Alguns livros didáticos referentes a história de Pernambuco fazem menção ao nosso personagem, não se tratam de perfis biográficos, mas sua inserção em estruturas mais complexas. Os escritores Pernambucanos Hilton Sette e Manuel Correia Andrade, em *História e Geografia de Pernambuco*⁴¹, dedicam um parágrafo para apresentar as *Origens pernambucanas do sindicalismo brasileiro*, onde Carlos Alberto é citado na condição de pioneiro do sindicalismo no país, sobretudo por ter incluído nos estatutos da Companhia

³⁷ O Morro da Boa Vista, anteriormente chamado de morro Bagnolo, passaria a se chamar Morro da Conceição após inauguração do monumento. GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Diccionario chorografico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional. 1908. pp.198-199.

³⁸ *Almanach de Pernambuco*, edição 0008 de 1905.p.196.

³⁹ *Idem*.

⁴⁰ SÁ, Alexandre José Gomes de. *A ação social católica de Carlos Alberto de Menezes: da inspiração na espiritualidade vicentina à antecipação das exigências da encíclica Rerum Novarum*. 2020. 183f. Tese (Doutorado em ciência da religião). Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2012.

⁴¹ ANDRADE, Manuel Correa; SETTE, Hilton. *Geografia e História de Pernambuco*. Recife: Editora do Brasil, 1955.p.166-167.

Industrial Pernambucana, da qual fazia parte, “normas de previdência e assistência social”⁴². Seu nome aparece junto de outras iniciativas voltadas à organização de trabalhadores entre fins do século XIX e primeiros anos do século XX no Brasil.

O único trabalho que de fato podemos afirmar se tratar de um texto com intenções biográficas, é o livro escrito por Eduardo Collier⁴³ intitulado *Carlos Alberto de Menezes: Pioneirismo Sindical e Cristianismo*⁴⁴. O sobrenome do autor me chamou atenção, por ser idêntico ao do genro e companheiro de trabalho do nosso personagem, o francês contratado para auxiliá-lo na condução da fábrica de tecidos de Camaragibe, Pierre Collier.⁴⁵ É quando descubro ser o autor do livro, neto de Carlos Alberto, e isso talvez explique o tom, digamos, “apaixonado” da obra, e sua exaltação ao “grande homem”. O autor lamenta ainda na introdução do livro, algumas dificuldades durante seu processo de escrita, sobretudo o fato dos documentos disponíveis não lhe darem acesso a “mediocridade, o excepcional”⁴⁶ da vida de seu avô, de modo contrário, exaltam apenas “os momentos mais dignos de interesse”, que seria a atuação de Carlos Alberto frente à fábrica de tecidos. A obra é publicada mesmo inacabada, pois Eduardo Collier falece durante a escrita do livro.

Na maior parte desses trabalhos Carlos Alberto é visto e apresentado enquanto representante e defensor da igreja católica, entretanto, questionamos qual igreja. A vertente ultramontana a qual ele se filiou, buscava sobretudo combater o estado laico, de onde, acreditavam, viria a desagregação moral da sociedade brasileira.

No primeiro capítulo deste trabalho apresentaremos quais funções foram atribuídas aos leigos católicos desde a formação da igreja, sobretudo como pessoas “comuns” agiram e atuaram, não somente na propagação e defesa dos valores e ideais católicos de cada época,

⁴² *Idem*.

⁴³ Seu filho, Eduardo Collier Filho, bisneto de Carlo Alberto, é um dos desaparecidos da ditadura cívico – militar brasileira, sequestrado na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1974, junto com seu amigo, Fernando Santa Cruz. Eduardo Filho era filiado a Ação Popular, grupo de esquerda católico. Frequentador assíduo de missas, recebeu o apelido de “cristão”. JESUS, Tassia Cristina Bastos de; MOREIRA, Nathalia Luterbach Pires; SANTOS, Leonardo Macedo Santos e. *MEMÓRIA E VERDADE: a organização da Coleção Eduardo Collier Filho do Memorial da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia*. Disponível em: http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v4_nesp/racin_v4_nesp_artigo_0748-0761.pdf. Acesso dia:12/01/2023.

⁴⁴ COLLIER, Eduardo. *Carlos Alberto Menezes: Pioneirismo Sindical e Cristianismo*. Recife: Digital Graph Ed., 1996.

⁴⁵ Pierre Collier chega a Camaragibe no ano de 1891, contratado por Carlos Alberto para exercer a função de engenheiro na fábrica. O mesmo compartilhava da ideia de organizar os trabalhadores por meio de princípios católicos, e anos depois viria a casar-se com a filha mais velha de Menezes, Maria Adélia. AZEVEDO.Op.Cit.p.19.

⁴⁶

como se contrapondo às orientações da igreja. Acreditamos na importância de apresentar que a definição de leigo católico não é um conceito fechado, haja vista ser essa figura uma construção modulada por ações e temporalidades específicas. Apresentamos ainda o que a documentação consultada aponta enquanto início da atuação leiga católica de Carlos Alberto, marcada por seu ingresso na Sociedade Católica brasileira de São Vicente de Paulo, sediada na cidade do Rio de Janeiro, local de nascimento e residência de nosso personagem até o ano de 1878. Em seguida nos debruçamos sobre a mudança de Carlos Alberto da cidade do Rio de Janeiro com destino a Pernambuco, assim que o mesmo conclui o curso de engenharia civil. Levantamos uma hipótese relativa a possíveis causas de sua mudança, relacionada ao seu avô, o cirurgião-militar Manoel Joaquim de Menezes, que teria atuado na revolução pernambucana de 1817. Apresentaremos ainda a inserção social e profissional de Carlos Alberto em Pernambuco.

No segundo capítulo trataremos de alguns embates protagonizados entre nosso personagem e o jornal operário Pernambucano Aurora Social entre os anos de 1901 e 1903, onde faremos uso de algumas edições do periódico ainda disponíveis no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Pretendemos apresentar de que forma esses discursos em constante rota de colisão, auxiliam a compreender uma disputa travada entre católicos e socialistas em torno do operariado pernambucano durante o período. Cada grupo julgava possuir o melhor e mais justo modelo de organização dos trabalhadores, e utilizaram seus espaços de sociabilidade – no caso dos socialistas o jornal Aurora Social e de Carlos Alberto, suas aparições públicas – para além de divulgarem suas propostas, atacarem seus opositores. Apresentaremos ainda a influência que o movimento Democrata Cristão francês exerceu sobre Carlos Alberto, sobretudo a organização católica por ele implementada na fábrica têxtil de Camaragibe.

No terceiro capítulo, trataremos da importância de nosso personagem para fundação de um colégio da congregação de padres católicos salesianos na cidade do Recife, sobretudo de que forma o projeto representava o esforço do laicato local, em fazer frente a laicidade do ensino outorgada pela república brasileira no ano de 1889. Nos interessa ainda o interesse de Carlos Alberto, não apenas enquanto católico, mas na condição de industrial interessado em formar uma mão-de-obra cristã, em meio a uma crescente onda de greves protagonizadas por diversas categorias profissionais na cidade do Recife entre fins do século XIX e início do século XX.

Diante da historiografia disponível, acreditamos que nossa contribuição para os debates em torno da trajetória de Carlos Alberto de Menezes, se dará no sentido de ampliar os horizontes

de pesquisa, até o presente concentrado na atuação de nosso personagem enquanto gerente da fábrica de tecidos de Camaragibe. Mesmo os trabalhos que exploram esse ponto, não abordam a influência da Democracia Cristã francesa⁴⁷ sob suas ações. Assim, foi de extrema importância o trabalho *Conscience Religieuse et Démocratie*⁴⁸ do sociólogo francês Maurice Montuclard, que apresenta alguns discursos de patrões e operários envolvidos no movimento Democrata cristão. O autor concentra suas análises nos congressos realizados por patrões ligados ao movimento entre 1891-1903, período de maior atividade do grupo.

Ressalto que uma vez estabelecida a influência desse movimento nas ações de Carlos Alberto, tive dificuldade em encontrar material, sobretudo porque as obras de referência, a exemplo do livro de Maurice Montuclard já citado, e outras como *Christianisme et Société en France au XIXe siècle*, de Gérard Cholvy, ainda não possuem tradução para a língua portuguesa. Traduzi alguns capítulos que considere importantes para a discussão a que me proponho, e para tal fiz o cotejamento entre a tradução fornecida por dois aplicativos, Google tradutor e iTranslate, em todo caso apresento o original dos trechos utilizados nas notas de rodapé.

A questão que nos norteara é compreender de que forma (s) a religião católica atravessou a trajetória de Carlos Alberto no período histórico por nós delimitado, e como esse atravessamento reverberou em sua atuação pública.

⁴⁷ Origem e aspectos da Democracia Cristã serão explorados no item 2.2. O trabalho mais importante até o momento da conclusão deste trabalho, que discute a influência do movimento francês nas ações desenvolvidas por Carlos Alberto em Camaragibe, é o artigo *A corporação Cristã em perspectiva transnacional: interações e transferências entre as organizações católicas para trabalhadores de Camaragibe (Brasil) e Val-Des-Bois (França)*. AMARAL, Deivison. A corporação cristã em perspectiva transnacional: interações e transferências entre as organizações católicas para trabalhadores de Camaragibe (Brasil) e Val-des-Bois (França). Revista Mundos do Trabalho (online), v. 11, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67231/41044>. Acesso dia 13/08/2022.

⁴⁸ Tradução livre: Consciência Religiosa e Democracia. MOUNTUCLARD, Maurice. *Conscience Religieuse et Démocratie: La deuxième démocratie chrétienne en France*. France: Editeur Seuil, 1965.

2 O LEIGO CARLOS ALBERTO

A edição do jornal do Recife publicada no dia 26 de fevereiro de 1880 apresentaria em suas páginas uma matéria intitulada "*Ainda o pseudo Padre Silva*".⁴⁹ Onde um sujeito teria assumido a identidade de padre sem de fato o ser, e no interior da província de São Paulo, celebrava missas e se apresentava enquanto sacerdote. O “padre” que se apresentava por José Antonio da Silva, era na verdade um estelionatário. O delito foi descoberto, e ao que parece, teria o falso padre alegado ser natural de Icó, município localizado na província do Ceará, à época norte do Brasil. A informação é desmentida pela vigararia cearense, que se apressa em divulgar um documento endereçado às autoridades e aos veículos de imprensa, com intuito de esclarecer que as informações prestadas pelo *pseudo padre Silva* seriam falsas “A quem não conhece aliás nem como sacerdote, nem como simples leigo”,⁵⁰ afirmaria o redator do texto, cônego Hypolito Gomes Brazil.

Os esclarecimentos, prestados pela igreja católica cearense acerca da veracidade das informações fornecidas pelo *pseudo padre Silva*, dão conta de duas possibilidades de atuação para o farsante: a de sacerdote e a de leigo, e conforme apresentado, o tal Silva não era oficialmente nenhuma delas. A frase “nem como *simples leigo*”⁵¹ é utilizada no documento para esclarecer, que não pertencendo a nenhuma das categorias citadas (sacerdote e leigo) para a igreja o falso padre nada poderia significar. A frase pressupõe ainda uma inferioridade do leigo em relação à figura do sacerdote.

A palavra leigo havia sido utilizada por alguém que ocupava cargo de destaque na hierarquia da igreja, haja vista ser Hypolito Brazil um cônego, fato que não deve ser ignorado, pois fiéis não pertencentes ao clero não se tratavam nem se nomeavam por leigos, sobretudo os pobres. Se identificavam enquanto católicos, ou de forma menos usual, fiéis.

Carlos Alberto foi um leigo, e de maneira inversa ao falso padre do exemplo citado, ousamos afirmar que poucas figuras do clero se negariam a atestar tal fato. Os primeiros registros de sua participação em atividades ligadas ao catolicismo encontram-se preservadas em seu caderno de anotações, de quando ainda era um estudante de engenharia civil, no ano de 1876. Entre fórmulas matemáticas, anotações de aulas e poemas, é possível observar na caderneta em capa de couro preta, registros detalhados de atividades assistencialistas realizadas

⁴⁹ Jornal do Recife, 26 de fevereiro de 1880.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ *Idem*. Grifos nossos.

por ele junto à igreja católica⁵². Era um frequentador assíduo de missas, organizava e participava de festas em homenagem aos santos, discursou e organizou congressos católicos, e um de seus necrológicos o definiria enquanto “cathólico fervoroso, muito trabalhou em prol do mártir do calvário, merecendo, por isso, as mais vivas simpatias e considerações do clero dessa diocese”⁵³.

A figura do leigo se (re) construiu ao longo de uma história que remonta as origens do cristianismo. Ter acesso aos espaços de atuação desses sujeitos nos auxiliam a compreender como pessoas comuns, que exerciam atividades sociais das mais distintas, à exemplo de nosso personagem, foram em determinados períodos fundamentais para a instituição, seja através da defesa e propagação de seus valores, seja por meio de expressões públicas de fé. Alguns alcançaram protagonismo em suas respectivas épocas, enquanto outros foram martirizados por suas convicções religiosas. Os subcapítulos a seguir são um esforço, no sentido de apresentar as funções e representações atribuídas aos leigos. Uma história de rupturas, tensionamentos e acordos costurados entre a alta hierarquia da igreja católica (bispos, cônegos, papado) e os fiéis/leigos.

2.1 O LEIGO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Em sua dissertação de mestrado o historiador Leandro Lopes nos apresenta de que forma os leigos se moveram no cenário que se desenhava para a igreja católica, ainda durante o período do império greco-romano.⁵⁴ O crescimento exponencial do número de fiéis em virtude do declínio do politeísmo e ascensão do cristianismo, desaguardaria na necessidade de organização institucional e burocrática da igreja. A decadência daquele império colocaria em evidência a influência católica no campo cultural, pois “o acesso à clássica formação da cultura greco-romana estava praticamente restrito ao clero (sacerdotes e monges) e à nobreza, permanecendo a grande maioria da população iletrada”.⁵⁵ Uma parcela considerável dos leigos se encontrava

⁵² Coleção Carlos Alberto de Menezes, série documentos pessoais, arquivo CEHIBRA/ FUNDAJ.

⁵³ Jornal do Recife, 03 de novembro de 1904.

⁵⁴ LOPES, Leandro José. *A teologia do laicato na construção dogmática Lumen gentium e nas conferências gerais do Episcopado da América Latina*. 2012. 135 f. Dissertação de mestrado (mestrado em teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5856> acesso dia 20/07/2022.

⁵⁵ Ibidem, p.14.

na segunda categoria populacional, a dos iletrados. Assim, ser leigo era estar à margem do saber; daí o significado que ainda hoje se atribui a palavra”.⁵⁶

O livro bíblico do novo testamento não faz referência a palavra leigo, entretanto encontram-se diversas referências ao *povo de Deus* “aqueles que, pela graça e pela fé, respondem ao chamado e começam a fazer parte desse povo”.⁵⁷ O novo testamento apresenta situações onde homens e mulheres ofereciam suas residências para os apóstolos de Jesus descansarem ou reunirem-se. Leigos com recursos financeiros patrocinavam igrejas locais, a outros caberia a realização de pregações religiosas.

Chamava-se de carisma os dons recebidos divinamente, e esses dons eram responsáveis por determinar as funções a serem exercidas na comunidade religiosa. Algumas pessoas, por exemplo, eram “dotadas” com o dom da profecia, enquanto outras possuíam o dom de evangelizar. Um aspecto importante a ser ressaltado a respeito dos leigos e leigas desse período, é o fato de que viviam plenamente integrados à sociedade, conforme ressalta o escritor da Grécia antiga Tertuliano (150 – 220): “Nós, cristãos, não vivemos à margem da sociedade. Frequentamos os banhos, os bares, os mercados, as praças públicas. Do mesmo modo que vocês, somos marinheiros, soldados, agricultores, comerciantes...”.⁵⁸

Os leigos se fizeram presentes na constituição da igreja católica embora ainda não houvesse uma palavra que os definisse enquanto tal. Sávio Scopinho apresenta uma discussão do ponto de vista etimológico e histórico⁵⁹. Etimologicamente, a palavra pode ser encontrada no livro da bíblia enquanto sinônimo de povo. Em um primeiro momento, *povo* faria oposição ao paganismo, assim, ser um leigo pressupunha adesão de um indivíduo ou grupo ao cristianismo. Na configuração do culto religioso, “os leigos foram entendidos como aqueles que assistem às cerimônias do culto e não se relacionam diretamente com o sagrado”.⁶⁰

Significados acerca do que seriam funções e atribuições dos leigos são alteradas a partir do século III, impulsionadas sobretudo pelo surgimento de uma nova forma de vivenciar a religião católica, quando leigos e leigas transformam suas vidas e corpos em testemunhos de devoção. Chamados de mártires, muitos foram canonizados, tornando-se santos da devoção

⁵⁶ MAIOR, Armando Souto. *História Geral*. São Paulo: Companhia editora nacional: Matriz-centro, 1978. p. 253.

⁵⁷ ALMEIDA, Antonio José de. *Leigos em que? Uma abordagem histórica*. São Paulo: Paulinas, 2007. p.15

⁵⁸ Idem, p.29.

⁵⁹ SCOPINHO, S. C. D. (2011). *Abordagem etimológica e histórica do leigo no catolicismo*. Revista Pistis Praxis, 3(2), 571–597. Disponível em <https://doi.org/10.7213/pp.v3i2.13262>. Acesso em 02/06/2022. p. 4.

⁶⁰ Idem.

católica, à exemplo da leiga que ficaria conhecida por Santa Luzia, após ter seu processo de canonização concluído pelo papa Gregório Magno, no ano de 1894.⁶¹

Nesse período a hierarquia católica definiria quais funções caberiam aos clérigos, e quais ficariam a cargo dos leigos, uma tentativa de limitar o campo de atuação dos últimos. Nesse ponto a figura do bispo ganha centralidade na hierarquia eclesial, através de uma “supervalorização teológica e institucional”⁶², onde passam a exercer um controle ainda maior sobre os leigos, que em contrapartida, vivenciam uma desvalorização “torna-se uma figura submissa, dependente e passiva”.⁶³ A própria organização do culto religioso durante o período, reforçaria essa nova condição.

Até para o ato de se levantar durante as orações há uma ordem a ser respeitada: primeiro os presidentes; os leigos e, por último, as mulheres. Na preparação do batismo, o leigo só participa da preparação dos catecúmenos e, crescendo o batismo de crianças como padrinhos e madrinhas⁶⁴.

Esse entendimento acerca das atribuições concernentes ao leigo dentro da instituição católica, será predominante até a primeira década do século XVI, quando um professor de teologia da universidade de Wittenberg e monge “piedoso” da Ordem religiosa católica de San Augustin, revolucionaria a sociedade medieval ao questionar publicamente diversas ações do clero, consideradas por ele abusivas e imorais. Acusado pela igreja católica ora de louco, ora de possuído por forças demoníacas, Martinho Lutero foi o principal expoente de um movimento que ficaria conhecido por Reforma protestante, com início no ano de 1517.

Na idade média a fé cristã não era apenas um vínculo social, mas um meio de obter a salvação da alma. Um dos tantos questionamentos feitos por Lutero, dizia respeito ao fato de que a igreja não reivindicava aos leigos uma vida em consonância com a essência do evangelho, tal qual proposto pelo livro da bíblia, mas sim, que obtivessem através de padres e bispos os meios necessários para o perdão dos pecados cometidos. Peregrinações, jejuns, orações e participação em cerimônias eram distribuídas pelo clero enquanto moeda de troca pela salvação.

⁶¹ Luzia seria assassinada em virtude da política de perseguição imposta ao império romano pelo imperador Diocleciano, onde ser cristão passaria a ser considerado crime passível de morte, Luzia então é torturada e tem seus olhos arrancados. Existem várias versões de sua história fruto da perpetuação de relatos orais, ao longo dos séculos. Alguns dão conta de que em um ato de desespero, a própria Luzia teria arrancado seus olhos. Sua existência foi questionada por um longo período, até sua sepultura ser encontrada tempos depois, em Siracusa, Ilha da Sicília. A inscrição trazia o nome da mártir e confirmava a tradição oral cristã sobre sua morte no início do século IV. *História de santa Luzia*. Disponível em <https://cruzterrasanta.com.br/historia-de-santa-luzia/95/102/>. Acesso dia 05/07/2022.

⁶² ALMEIDA, A. J. Op. Cit. p.42.

⁶³ *Idem*.

⁶⁴ ALMEIDA, A. J. Op. Cit. p.43.

Lutero compreendia a função do leigo de forma contrária à instituída pela igreja católica. Para o monge, qualquer pessoa, independente de formação específica, poderia celebrar o culto religioso, ao que chamaria de sacerdócio comum. Segundo ele, o sacramento do batismo não possibilitava ao indivíduo apenas tornar-se cristão, mas o credenciava para o exercício de qualquer função na igreja, inclusive a celebração do culto. O monge “dessacraliza os ministros eclesiais (sacerdotes) e “sacerdotaliza” os leigos (não sacerdotes)”.⁶⁵

Os líderes católicos não ficariam inertes perante as denúncias de Lutero. O sacerdócio demarcava posições, e torná-lo acessível a todas as pessoas poderia enfraquecer o poder não apenas dos padres, quanto de bispos e do próprio papa. A igreja católica então se empenha para reforçar entre os leigos a ideia de que “Sua função seria obedecer à autoridade eclesial e simplesmente receber os sacramentos instituídos pela Igreja”.⁶⁶

Através da expressão latina *saeculum*, conforme aponta Emanuela Ribeiro, os leigos, até então relegados ao plano da passividade, vislumbram em Lutero a possibilidade de participação ativa nos ritos e nas decisões da igreja.⁶⁷ A *saeculum* ou secularização, conclamava os sacerdotes a saírem das clausuras dos mosteiros e seminários e irem ao encontro do povo, defendia dentre outras coisas “(...) a saída de um indivíduo da vida monástica e seu retorno para o mundo”.⁶⁸ A igreja deveria ir ao encontro do povo, estivesse ele dentro da instituição, caso dos leigos, ou fora dela, situação dos chamados não convertidos.

Quase três décadas após a reforma proposta por Lutero, seria realizado o concílio de Trento no ano de 1545.⁶⁹ Após o concílio, a relação entre igreja e leigos é novamente reconfigurada. A instituição reconhece a necessidade de permitir ao laicato atuar de forma ativa, sobretudo na propagação da fé católica. Era preciso converter o máximo de pessoas ao catolicismo. Sávio Scopinho afirma que “entre os fatores que contribuíram para que a ação do leigo fosse valorizada em meados do século XVI” destacam-se três: “a independência da autoridade temporal, a perda dos privilégios do clero e a necessidade da atuação dos indivíduos

⁶⁵ ALMEIDA, A. J. Op. Cit. p.177.

⁶⁶ SCOPINHO, Sávio Carlos Desan. *Abordagem etimológica e histórica do leigo no catolicismo*. Revista Pistis & Praxis, v.3, nº2, p.578. disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4497/449749238013.pdf> acesso dia 25/10/2022.

⁶⁷ RIBEIRO, Emanuela. *Modernidade no Brasil, igreja católica, identidade nacional: Práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930*. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009, p.21.

⁶⁸ RIBEIRO. E. Op. Cit, p. 21.

⁶⁹ 19º concílio realizado pela igreja católica que teve seu início em 13 de dezembro de 1545 e término em 4 de dezembro de 1563, teve como motivação e principal objetivo, reafirmar os dogmas da igreja católica questionados por Lutero.

e não mais das estruturas”⁷⁰. O concílio buscava centralizar as decisões da igreja na figura de seu líder supremo, o papa. Desse modo, "(...) o ideário católico deveria passar pelas montanhas (Alpes) ao norte da Itália e propagar-se por toda a Europa, e, posteriormente nos outros continentes”.⁷¹ Da alusão a ultra montes, derivaria a expressão ultramontanismo.

Entretanto, à medida que o concílio de Trento reconheceu a importância do leigo para o fortalecimento da religião católica, também reafirmou a necessidade de controle dos mesmos por parte da igreja. Assim, institui-se em alguns países europeus, mas sobretudo em Portugal, a figura dos padres visitantes. Religiosos que percorriam paróquias e interrogavam fiéis escolhidos aleatoriamente, a fim de que denunciassem os chamados “pecadores públicos”.⁷²

Uma vez identificado os pecadores, caberia ao acusado aceitar ou não a denúncia imputada pelo padre visitante. Questões relacionadas a maus-tratos, mulheres acusadas de devassidão, e casos de concubinato, se enquadravam na categoria leve. Para os casos de lenocínio, concubinato incestuoso, feitiçaria, ou mesmo reincidência de delitos leves, a acusação recaía na categoria de delito grave.

A criação dos padres visitantes em decorrência do concílio de Trento, exemplifica o controle da igreja em torno dos leigos, sobretudo no combate a situações em que o pecado pudesse questionar uma pretensa santidade atribuída aos fiéis católicos. As faltas que não fossem públicas não demandavam ações por parte da igreja, pois ao menos em tese, ficariam restritas ao padre ouvinte da confissão e ao confessor, o que manteria o pecado na esfera privada.

No Brasil os padres visitantes também atuaram, entretanto, com uma proposta diferente da verificada em Portugal. No início do século XVIII, a província do Rio Grande do Sul teria visitantes em algumas de suas paróquias a fim de verificar se os fiéis praticavam o catolicismo de acordo com o estabelecido pela Sé romana. Em seu trabalho, Fabio Khun apresenta anotações realizadas pelo Pe. Dr. Vicente José da Gama Leal, onde o mesmo chama atenção de alguns padres visitados, a fim de que instruassem os fiéis a cumprirem de forma correta

⁷⁰ SCOPINHO, S. Op. Cit, p.583.

⁷¹ LOPES, Alfredo Ricardo Silva. *O Monopólio do Sagrado: o embate entre o Cristianismo Rústico e o Catolicismo ultra-montano na guerra sertaneja do Contestado*. Revista REFLEXUS - Ano X, n. 16, 2016, p.398. Disponível em: <file:///C:/Users/andre/Downloads/joseadriano,+Alfredo+R.+Silva+Lopes.pdf>. Acesso dia 12/01/2022.

⁷² A autora apresenta em sua dissertação exemplos e métodos de atuação dos padres chamados de visitantes. SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra: discursos, contendas e direito do padroado em Mariana (1748-1764)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, 2007, p.102.

e frequente alguns ritos católicos, que observou estarem sendo negligenciados.⁷³ Verificaria ser grande a quantidade de católicos que não jejuava, se confessava ou se quer assistiam missas.

A dualidade entre controle e liberdade vivenciada pelos leigos do século XVI perdurou até o século XIX, quando mudanças no cenário político, econômico e social, sobretudo em decorrência da revolução francesa (1789), colocam outras perspectivas de atuação para o laicato.

Na França o poder do antigo regime monárquico, até então inquestionável, entrava em conflito com os interesses da nova classe burguesa. O país enfrentava uma grave crise fiscal, onde as despesas ultrapassavam as receitas em 20%. A solução apresentada consistia em manter os privilégios da nobreza e aumentar os impostos, sacrificando ainda mais a população rural, correspondente a 80% do país. Tal cenário intensificou o contraste social entre classes, e abriu espaço para que a miséria se alastrasse, pois “os tributos feudais, os dízimos e as taxas tiravam uma grande e cada vez maior proporção da renda do camponês, e a inflação reduzia o valor do resto”⁷⁴. A situação tornou-se ainda mais difícil, quando uma combinação de baixa colheita de grãos e inverno rigoroso elevaria o preço dos alimentos, com impacto tanto na população do campo, quanto na da cidade. A primeira, sem dinheiro para pagar o preço exorbitante dos alimentos, se viu obrigada a consumir os grãos reservados para a próxima plantação, os últimos, vivenciaram o aumento do preço do pão em decorrência da escassez de trigo.

Em 14 de julho de 1789 uma população faminta tomara a Bastilha. Sendo a maior prisão da França, esperavam encontrar grande quantidade de armas e munição, pesaria ainda o fato de ser a Bastilha símbolo do poder monárquico, e “em tempos de revolução, nada é mais poderoso do que a queda de símbolos”.⁷⁵

No que diz respeito à igreja católica e os leigos desse período, o que ocorreu na França iria reverberar pelos séculos seguintes em todo mundo. Desde a perda de privilégios do clero, até a construção de uma semântica, pois a palavra anticlericalismo é forjada no contexto revolucionário francês. Ao contrário de outros países, na França do pós-revolução não houve um movimento no sentido de laicizar a sociedade, o processo seria mais intenso, promoveriam a descristianização

(...) a laicização do estado não visava senão a distender, a quebrar os laços oficiais, jurídicos ou institucionais que uniam o poder público à igreja. Ela não prejudicava os sentimentos pessoais e as crenças dos indivíduos (...). O que se denomina

⁷³ KHUN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa – século XVII*. Niterói: tese de doutorado, UFF, 2006, 479f. p.

⁷⁴ HOBBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*, tradução Maria Teresa Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 18ª edição, 1997, p.89.

⁷⁵ HOBBSBAWM. Op. Cit. p.94.

descristianização, toca, pelo contrário, nas crenças íntimas e no comportamento das pessoas.⁷⁶

Uma das primeiras providências adotadas pelo movimento revolucionário em relação ao clero, seria a secularização de todo corpo eclesiástico, algo em torno de 190 mil pessoas, quase metade das 400 mil que constituíam a nobreza francesa, “funcionários religiosos de um poder leigo”.⁷⁷ Os integrantes do clero não mais seriam considerados funcionários do estado, e a igreja católica teria seus patrimônios confiscados e vendidos. O impacto da revolução sobre as instituições católicas francesas teria grande repercussão, pois “privou a igreja de suas escolas, hospitais e propriedades, destruiu sua organização, quase varreu por um tempo suas ordens religiosas, e reduziu pela metade o número de padres nas paróquias”.⁷⁸

A ruptura entre a igreja católica e os novos dirigentes da França não foi imediata. Pouco tempo depois de tomada a Bastilha, quem percorresse o país presenciaria testemunhos de leigos que expressavam gratidão a Deus e aos santos pela revolução iniciada. Para eles a igualdade entre os homens estava próxima, conforme relataria o jornal *Révolutions de Paris*: “A maioria de jovens se reúne e contribui em cada bairro para poder dar graças a Santa Genoveva pela feliz revolução que acaba de acontecer (...) na igreja ressoavam cânticos de ação de graças pela tomada da Bastilha”.⁷⁹

Superada a fase mais crítica de descristianização da sociedade francesa, intensificada nos primeiros anos da revolução, inicia-se um movimento de restauração católica no ano de 1814. A principal característica desse movimento será a intensificação de obras assistencialistas realizadas por leigos, além de intensa produção intelectual desses sujeitos, que através da publicação de livros e pesquisas, discutem o papel da igreja e de seus atores nas questões envolvendo a população miserável. Afirmavam que as intervenções propostas tinham por objetivo amenizar não apenas a pobreza espiritual, mas material. Buscavam estratégias para minimizar a fome, auxiliar órfãos, idosos e doentes. Surgem sociedades e grupos católicos empenhados na construção de asilos, hospitais, orfanatos e distribuição de alimentos. O movimento de restauração não ignorava a presença do estado enquanto garantidor de condições

⁷⁶ RÉMOND, René. *O século XIX (1815-1914) introdução a história de nosso tempo*. 8. ed., São Paulo: Cultrix, 2002. tradução: Hernani Robinson [documento pdf].

⁷⁷ ALMEIDA, Antonio José de. *Leigos em que? Uma abordagem histórica*. São Paulo, Paulinas, 2007. pág.201.

⁷⁸ FOGARTY, Michael Patrick. *Christian democracy in Western Europe, 1820-1953*. Reprint of the 1957 ed. published by Routledge & K. Paul, London. p.554.

⁷⁹ *Revolution de Paris*, n° 6, 16-22 de agosto de 1789. Vários, in *Collection Complète des Tableaux Historiques de la Révolution Française*, 3v., Paris, 1804, T.I. p. 85. *Apud* SABORIT, IT. *Religiosidade na Revolução Francesa* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. A sombra de Jean-Jacques. P. 314 ISBN: 978-85-99662-98-4. Available from SciELO Books p.15. disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/x9qvt/pdf/saborit-9788599662984.pdf>. Acesso dia 20/07/2022

dignas à população. Dessa forma, alguns leigos fizeram uso de suas funções políticas para elaborarem e garantirem a aprovação de leis relacionadas à classe trabalhadora.⁸⁰

Os leigos do período atuam no sentido de frear o processo de descristianização iniciado com a revolução francesa e “para atingir o povo, lança mão de recursos pastorais novos, como às visitas às casas, as missões populares urbanas, os grupos de leigos e leigas etc...”⁸¹ Todo esse movimento iniciado ainda em 1830, dará origem a *Ação social católica*, movimento criado por intelectuais católicos e membros de setores da burguesia ligados à produção fabril. O movimento contou com amplo apoio do papa em exercício Leão XIII, que enxergava na *Ação Social* uma oportunidade de firmar a participação da igreja na vida civil, e responder às críticas dirigidas à instituição, frequentemente acusada de se omitir perante as questões sociais que afligiam a Europa do século XIX, sobretudo a situação de miséria e exploração dos operários.

O intelectual italiano Antonio Gramsci discutiria a Ação Social no caderno 20 dos *Cadernos do Cárcere*,⁸² onde chama de falaciosa a ideia disseminada por alguns historiadores, concernente ao fato da Ação Social católica ser um movimento que remonta às origens da igreja. Ressalta que a partir do ano de 1848 o liberalismo suplantaria o catolicismo em toda Europa, onde intensifica-se o anticlericalismo. As massas passaram a se opor ao discurso religioso que justificava a miséria com argumentos divinos. O movimento buscava intervir junto a essa parcela da sociedade, e não deve ser confundido com simples ações caritativas. Gramsci apresenta uma síntese das principais ideias disseminadas pelo movimento, sobretudo entre os trabalhadores europeus:

A propriedade privada, sobretudo a fundiária, é um “direito natural”, que não pode ser violado nem mesmo através de altos impostos (derivaram deste princípio os programas políticos das tendências democrata-cristãs, no sentido da distribuição da terra aos camponeses mediante indenização, bem como suas doutrinas financeiras);

2) Os pobres devem contentar-se com sua sorte, já que as diferenças de classe e a distribuição da riqueza são disposições de deus e seria ímpio tentar eliminá-las; 3) A esmola é um dever cristão e implica a existência da pobreza; 4) A questão social é antes de mais nada moral e religiosa, não econômica, devendo ser resolvida através da caridade cristã e dos ditames da moral e do juízo da religião⁸³.

⁸⁰ ALMEIDA. Op. Cit. pp.232-245

⁸¹ ALMEIDA. Op. Cit. p.233.

⁸² GRAMSCI, Antonio; tradução Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. *Cadernos do cárcere. Vol.4* [Recurso eletrônico]: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Versão Epub. p.105-109.

⁸³ GRAMSCI. Op. Cit.p.109.

2.2 UM LEIGO VICENTINO

No ano de 1872 Carlos Alberto torna-se egresso do Colégio Pedro II localizado na cidade do Rio de Janeiro, de onde obtém o título de bacharel em ciências e letras, após concluir seus estudos. O historiador Rafael Pinto ressalta que “não seriam quaisquer crianças, muito menos quaisquer os professores que fariam parte da instituição”⁸⁴. O colégio tinha como público os filhos da elite econômica do país, eleitos para ocupar altos postos da administração pública e perpetuarem o prestígio de suas tradicionais famílias entre a sociedade. Carlos Alberto era filho do engenheiro civil Camilo de Menezes, que construiu sua carreira no setor de obras públicas do império, chefiando alguns distritos do interior, se aposentando em 1898 na função de engenheiro de 1º classe⁸⁵, através dele, Carlos Alberto provavelmente herdaria as credenciais de integrante da elite. Uma vez no colégio Pedro II, os alunos seriam formados para defender os valores do regime monárquico, tais como patriotismo, zelo pela religião e unidade nacional. Conforme veremos no decorrer deste trabalho, Carlos Alberto agregaria esses elementos a sua trajetória, sobretudo o zelo religioso.

Não conseguimos identificar se em sua passagem pela instituição ele integraria o grupo de alunos internos ou externos, modalidades coexistentes no Pedro II, entretanto, Rafael Pinto ressalta que mesmo os alunos externos vivenciavam a atmosfera do colégio e construíram suas redes de sociabilidade a partir das relações estabelecidas na instituição, a *boa sociedade* imperial, ressalta o pesquisador⁸⁶, circulava entre seus pares.

No dia 03 de julho de 1874, o jornal do Commercio do Rio de Janeiro anuncia uma solenidade que ocorrera dois dias antes, em celebração aos 10 anos do Instituto dos Bacharéis em Letras do império, não conseguimos informações precisas acerca da natureza do grupo, ao que parece uma espécie de grêmio. A nota ocupa algumas poucas linhas do jornal, e ressalta haver um “numeroso auditório” na ocasião do evento. Discursaram naquele dia alguns membros do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, tais como Anastácio do Bom Sucesso,

⁸⁴ RODRIGUES, Rafael Pinto. *A educação literária no Colégio de Pedro II (1838-1854)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, 115f.p.105. disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16707/16707_5.PDF. Acesso dia 12/10/2022.

⁸⁵ LISSOVSKY, M. Eia, pois, aos retratos! A família Meneses tira seus daguerreótipos. *Acervo*, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 155–185, 2019. p. 167. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1256>. Acesso dia 12/12/2022

⁸⁶ RODRIGUES, Rafael Pinto. *A educação literária no colégio de Pedro Segundo (1838-1854)*. 2010.115 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.p.108. Disponível em: <https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/3956>. Acesso dia: 12/10/2022.

responsável pela fala de abertura, e Evaristo Nunes Pires, que lia o relatório elaborado pela gestão do instituto entre o período de 1874-1875. Uma lista com o nome dos nove membros da diretoria encerra a nota, onde Carlos Alberto de Menezes, à época com 18 anos de idade, é citado na função de secretário adjunto.

Os primeiros registros que obtivemos da atuação de Carlos Alberto na condição de leigo católico, se dá no período onde inicia sua vida universitária na escola politécnica do Rio de Janeiro, em 1874. Naquele ano a escola de guerra brasileira se transformaria na escola superior politécnica, onde deixa de pertencer ao ministério da guerra, para atuar na formação de civis nos cursos de engenharia e ciências⁸⁷, uma escola *de e para* a elite brasileira. A profissão de engenheiro começava a se constituir enquanto um marcador social, pois “com a crescente urbanização do país e sobretudo das capitais, os engenheiros subiam na hierarquia social dos “doutores” e passam a competir com as profissões consideradas “tradicionais”: a medicina e o direito”⁸⁸. No conto *Agaricus auditae*⁸⁹, o escritor brasileiro Lima Barreto narra as agruras do naturalista Alexandre Soares Ventura, personagem desafiado por seu futuro sogro a escrever uma memória, para provar ser digno de receber a mão da jovem Nenê. Alexandre cogita desistir do casamento, tamanha dificuldade em iniciar o processo de escrita. Após muito insistir, se vê capaz de cumprir o desafio, e a certa altura afirma entusiasmado: “Como é bom ter-se um bom curso na Escola Politécnica do Rio de Janeiro!”⁹⁰.

Aos 19 anos de idade Carlos Alberto iniciaria as aulas do curso de engenharia civil. O período coincide com transformações no campo intelectual brasileiro. A frase “Esse bando de idéas novas” torna-se célebre. Escrita pelo crítico literário Sílvio Romero para o prefácio do livro *Tobias Barreto: vários inscritos*, publicado no ano de 1900, sintetizaria a visão do autor acerca da década de 1870.

Uma geração de intelectuais onde incluía-se o próprio Romero, provocados por leituras de pensadores europeus à exemplo de Spencer, Darwin e Charcot, propõem novas possibilidades

⁸⁷SCHWARCZ, Lilia. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo, companhia das letras, 2017, p.75.

⁸⁸BARRETO, Lima. *Contos completos de Lima Barreto*. Org. SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo, Companhia das letras, 2010, pág. 154-162.

⁸⁹O escritor Lima Barreto não foi contemporâneo de Carlos Alberto, enquanto o primeiro se formaria na politécnica no ano de 1878, o segundo só iniciaria o curso na instituição em 1897, curso que não chega a concluir por dificuldades financeiras. Em seus contos, é possível encontrar muitas referências a doutrina filosófica positivista e a escola politécnica do Rio de Janeiro, o que nos permite concluir que as discussões que agitaram o Brasil em fins do século XIX, atravessariam não apenas o século, mas o próprio Lima Barreto. BARRETO, Lima. *Contos completos de Lima Barreto*. Org. SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo, Companhia das letras, 2010, pág. 154-162.

⁹⁰BARRETO, Lima. Op. Cit. p.159.

de análise para as “mazelas” brasileiras, sendo a principal delas a manutenção do regime de trabalho escravo, responsável por postergar a inserção do Brasil na modernidade. A historiadora Angela Alonso⁹¹, no entanto, ressalta que reduzir a intelectualidade brasileira da década de 1870 a simples transpositores de ideias importadas da Europa, significa ignorar as particularidades do país e divergências entre intelectuais da mesma corrente de pensamento. Caso dos positivistas, que se dividiram entre ortodoxos, heterodoxos e abolicionistas⁹² durante as duas últimas décadas do século XIX.

Embora o Brasil não mais adotasse o regime político-administrativo monárquico no ano de 1889, momento em que se dá proclamação da república, o processo que antecedeu o ato foi marcado por debates em torno do modelo de país almejado pelas correntes intelectuais que se levantavam. Para o historiador José Murilo de Carvalho “A república não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. Mas, por um momento, houve um abrir de janelas, por onde circularam ideias que antes se continham no recatado mundo imperial”.⁹³ Ressalta ainda o historiador, que “algumas delas já haviam sido incorporadas durante o império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas, como o socialismo, outras ainda foram somente importadas, como o anarquismo”.⁹⁴

A *geração de 70* foi um movimento intelectual e político. Pressionariam o regime monárquico vigente, sobretudo através de artigos na imprensa, onde defendiam a separação entre igreja e estado, bem como o fim da escravidão. Sobre as “ideias novas”⁹⁵, escreveria Silvio Romero:

[...]Um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós de todos os pontos do horizonte. Hoje, depois de mais de trinta anos, hoje, que são elas correntes e andam por todas as cabeças, não têm mais o sabor da novidade, nem lembram mais as feridas que, para as espalhar, sofremos os combatentes do grande decênio. Positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo na poesia e no romance, folk-lore, novos processos de crítica e de história literária, transformações da instituição

⁹¹ ALONSO, Angela. *De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro*. BEB, Rio de Janeiro, n. 42, 2.º semestre de 1996, p.110. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/180/171>. Acesso dia 20/01/23.

⁹² MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira de. *A influência do Positivismo nos primeiros anos da república (1889-1904)*. De modo geral, os trabalhos relativos à história do positivismo no Brasil resumem a divisão dos seguidores da doutrina entre ortodoxos e heterodoxos. Rafael Mello, no entanto, apresenta a vertente abolicionista apresentada pela pesquisadora Angela Alonso. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-RAFAEL.pdf>. Acesso dia 12/12/2022.

⁹³ CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, edição e-book Kindle. p.17.

⁹⁴ *Idem*.

⁹⁵ Optamos ao longo de todo trabalho por atualizar a grafia original das palavras para o período em que a dissertação está sendo escrita.

do direito e da política, tudo então se agitou e o brado de alarma partiu da Escola do Recife.⁹⁶

Da Escola Politécnica do Rio de Janeiro Carlos Alberto observaria essas discussões, e acompanharia a difusão do positivismo, doutrina filosófica defendida e propagada por muitos de seus colegas e mestres da instituição. O Positivismo se constituía enquanto uma das *correntes que andavam por todas as cabeças*. À época, seu amigo e também estudante de engenharia civil, Teixeira Mendes, militava em torno da difusão da filosofia positiva, chegou mesmo a ser um de seus principais propagadores nas terras brasileiras. A doutrina se consolidava enquanto base teórica de muitos cursos ministrados e obras produzidas por professores da politécnica. Um deles, Francisco Behring, disputaria concurso para professor da instituição, com a tese *Evolução das teorias das curvas entre Descartes e Leibniz*, cuja base teórica é fincada no positivismo.⁹⁷

Criada pelo francês Auguste Comte no ano de 1855, a doutrina chega ao país em fins da década de 1860, através dos filhos das elites que retornam ao Brasil após concluírem seus estudos na Europa. A doutrina influenciou a construção de um ideal republicano, pautado no lema ordem e progresso, imortalizado pela bandeira brasileira.

Os positivistas defendiam a divisão da sociedade em classes e eram contrários ao uso da violência enquanto meio de atingir mudanças a nível social. Carlos Alberto chegou a ser colunista do jornal universitário *O apóstolo do positivismo*, criado em parceria com o amigo e companheiro de curso Teixeira Mendes, no ano de 1876, o que nos permite imaginar ter havido em determinado momento uma aproximação entre nosso personagem e a chamada filosofia positiva, mesmo que por um curto período. Teixeira Mendes abraçaria a corrente de pensamento Comtiana. Expulso da politécnica por criticar o diretor da instituição à época, Visconde do Rio Branco, o maranhense Raimundo Teixeira Mendes viaja até a França onde permanece por dois anos, imerso nas discussões positivistas em voga naquele país. De modo contrário, Carlos Alberto não daria continuidade a sua participação no positivismo, talvez a expulsão do colega tenha sido suficiente para arrefecer sua imersão na doutrina.

Data de 1876 os primeiros registros que ligam nosso personagem a Sociedade católica de São Vicente de Paulo, grupo que tem como princípio basilar a prática da caridade. Seus

⁹⁶ ROMERO, Sílvio (Org.). Explicações indispensáveis. In: *Tobias Barreto: vários escritos*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900. p. 23-24.

⁹⁷ LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1964. p.255.

integrantes, em geral homens ricos, originalmente percorriam os subúrbios dos grandes centros em busca de famílias pobres, órfãos, viúvas e doentes, a fim de amenizar a situação desses grupos por meio de doações. A caridade é o cerne da espiritualidade vicentina, e norte das ações desenvolvidas pelo grupo.

Não localizamos na documentação consultada informações que apontassem o interesse de Carlos Alberto pelo grupo dos vicentinos, e assim elaboramos duas hipóteses. A primeira diz respeito ao seu interesse por organizações e movimentos coletivos, pois participaria de vários deles ao longo de sua vida, conforme perceberemos ao longo deste trabalho. Somado a esse fato, temos sua participação em ações em prol do catolicismo ultramontano, a qual estava atrelada a Sociedade de São Vicente de Paulo. Além disso, o movimento de criação de uma SSVP no bairro de Niterói, Rio de Janeiro, inicia-se na politécnica durante o período em que Carlos Alberto ainda era aluno, através de Ignacio da Cunha Galvão, diretor da instituição à época.

A família de Carlos Alberto também atuou em movimentos sociais religiosos. Seu pai, Camilo de Menezes, desempenhou atividades assistencialistas relacionadas ao campo da educação. Em 1848, Camilo foi eleito para exercer o cargo de primeiro secretário da Sociedade Amante da Instrução Cristã.⁹⁸ O grupo foi criado no ano de 1829 “(...) por jovens sem posses visando a educação recíproca. A partir de 1830-1831, estudantes de medicina entram na sociedade que passa a oferecer educação para meninos pobres – algo raro em uma época “em que o ensino das primeiras letras estava predominantemente a cargo da Igreja e restringia-se à elite”.⁹⁹ A sociedade Amante da Instrução financiaria ainda um orfanato feminino no ano de 1847 onde diziam promover a educação através da caridade.

Na faculdade Carlos Alberto mobilizou alguns estudantes com objetivo de angariar donativos para as vítimas da *grande seca*, evento climático responsável por castigar as províncias do norte do Brasil entre os anos de 1877-1879. Ele e outros integrantes da elite do Rio de Janeiro promoveram algumas ações diante da desgraça que se abatia sobre o norte do país. O evento climático e social teve na província do Ceará seu epicentro. Apesar da imprecisão dos números, calcula-se que algo em torno de 500 mil pessoas tenham perdido a vida durante uma estiagem de proporções globais: Java, Filipinas, Nova Caledônia, Coreia, África do Sul e o Magreb, também foram atingidos. Para se ter uma ideia do impacto social do acontecimento,

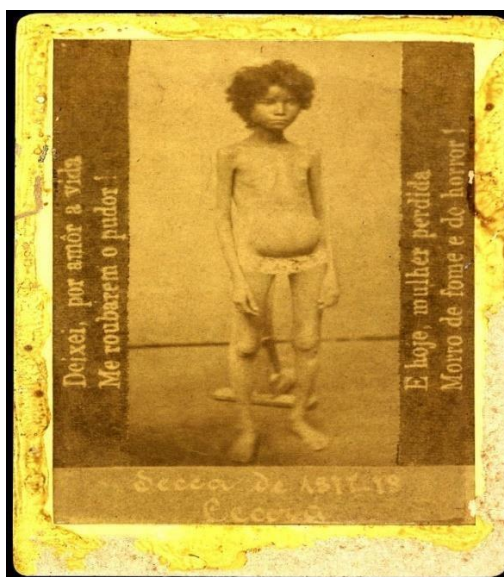
⁹⁸ LISSOVSKY. Op.Cit.p.166.

⁹⁹ Idem.

a cidade de Fortaleza, capital do Ceará, que em 1877 possuía 25 mil moradores, recebeu durante *A grande seca* 114 mil retirantes.¹⁰⁰

A negação por parte do governo imperial diante do que acontecia foi decisiva para que a tragédia não fosse contida a tempo. Políticos das províncias afetadas pediram ajuda, entretanto, os políticos do sul afirmavam serem exageradas as preocupações, pois logo voltaria a chover. Mas a chuva não veio. Os que negavam a calamidade do Norte só foram impelidos a agir quando postais estampando fotografias dos famintos do Ceará invadiram o Rio de Janeiro. Um deles deve ter chegado até as mãos de Carlos Alberto e dos outros 11 estudantes, integrantes da *comissão dos alunos da Escola Polytechnica em favor das victimas da secca do Norte*¹⁰¹. A foto abaixo foi publicada pela Revista *Besouro*, com a seguinte chamada: “A nossa estampa da primeira página é uma resposta cabal aqueles que acusavam de exageração, a pintura que se fazia do estado da infeliz província [...]”¹⁰².

Figura 2. Criança vítima da *Grande Seca*.



Fonte: <https://tokdehistoria.com.br/2015/07/23/11303/>

¹⁰⁰ Entretanto, no caso do Brasil seria injusto culpabilizar apenas o clima por tantas mortes. Desesperadas, as pessoas fugiam para o litoral com suas famílias em busca de comida, o que na maioria das vezes, significava percorrer longas distâncias. A varíola também encontrou um campo fértil para proliferar. Debilitadas fisicamente e aglomeradas, milhares morreram infectadas pelo vírus. SECRETO, Maria Verónica. *A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]. 2020, v. 27, n. 1 [Acessado 19 outubro 2022]. p.34-51. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000100003>. Acesso em: 19/10/2022.

¹⁰¹ A existência da comissão é mencionada na edição de 13 de junho de 1877 do jornal *Gazeta de Notícias*.

¹⁰² Revista *Besouro*, 20 de julho de 1878.

Através de uma publicação do jornal católico *Boa Nova*¹⁰³, acessamos a participação de Carlos Alberto em um movimento organizado em prol do papa Pio IX, no ano de 1877. Liderado por personalidades leigas e religiosas do setor ultramontano, dentre elas o bispo D. Pedro Maria de Lacerda¹⁰⁴, que faria uso daquele periódico para convidar os católicos da província do Rio de Janeiro a colaborarem com a recém criada *comissão central da romaria ao Vaticano*. Lembraria o bispo que fiéis de todas as partes do mundo “se dirigiam em devota romaria ao vaticano, a fim de consolar e venerar o inocente, majestoso e grandioso padre Pio IX”¹⁰⁵. Era chegada a hora dos brasileiros fazerem o mesmo. O papa se considerava um prisioneiro em seu próprio país, consequência da *Questão Romana*¹⁰⁶, disputa territorial entre o governo italiano e a igreja católica, iniciada no ano de 1861. As romarias promovidas visavam levar consolo, mas também dinheiro ao sumo pontífice. Alguns católicos do império brasileiro atenderam ao chamado do bispo, dentre eles Carlos Alberto, que teve seu nome incluso na lista de doadores publicada pelo jornal *O Apostolo* do dia 04 de maio de 1877. Uma comissão foi criada para esclarecer possíveis dúvidas em relação aos objetivos da romaria, e tinha por presidente Ignacio da Cunha Galvão, já citado enquanto principal articulador para criação de uma segunda conferência vicentina na cidade do Rio de Janeiro.

Carlos Alberto ingressa na sociedade católica de São Vicente de Paulo por volta do ano de 1877, mesmo ano em que seu nome é citado na lista de doadores publicada pelo *O Apostolo*. O grupo dos vicentinos, como ficariam conhecidos, são originários da França, e desde o início elencaram a prática da caridade enquanto princípio basilar. O grupo é criado por um leigo católico, de nome Frederic Ozanam.

¹⁰³ Jornal *Boa nova*, 25 de março de 1877.

¹⁰⁴ D. Pedro Maria de Lacerda, juntamente com os bispos de Minas Gerais, Antonio Ferreira Viçoso, e de São Paulo, D. Antonio Joaquim de Melo, participaram ativamente da articulação do movimento ultramontano no Brasil durante as décadas de 70 e 80 do século XIX. Foi um dos religiosos a sair em defesa do bispo pernambucano D. Vital, durante o episódio da Questão religiosa. COELHO, Tatiana Costa. Discursos Ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Doutorado em História, 2016.p.p.174-216.286f.

¹⁰⁵ Jornal *Boa nova*, 25 de março de 1877.

¹⁰⁶ O rei italiano Vitor Emanuel II incorporaria os reinos da península itálica a fim de formar uma única nação, em 1870 apenas a cidade de Roma e os estados papais gozavam de independência. Em 1871 Roma seria invadida e anexada ao que se tornaria uma grande nação italiana. Em forma de protesto, Pio IX permaneceria no estado do Vaticano, de onde se recusou a sair até o fim do seu pontificado. Da mesma forma procederam seus sucessores Leão XIII, Pio X, Bento XV e Pio XI por quase 60 anos. A situação só foi resolvida no ano de 1929, quando Benito Mussolini e Pio XI assinaram o tratado de Latrão, que reconheceria o Vaticano enquanto estado independente. Disponível em: <http://www.domboscoaquí.com.br/recordando-a-historia-a-questao-romana/>. Acesso dia: 10/01/2023.

Em uma época onde a maioria das igrejas estavam fechadas, ainda em decorrência da descristianização promovida pela revolução francesa, seis jovens católicos daquela cidade organizaram a *congregação católica de Lyon* em julho de 1802, cujo intuito, a princípio, seria lutar pela reabertura das igrejas. A congregação tinha por objetivo “constituir uma elite de católicos fervorosos entre a burguesia e manter núcleos de assistência popular nos subúrbios”¹⁰⁷. Em Lyon, Ozanam permaneceu até seus 16 anos de idade, quando se muda para Paris a fim de continuar os estudos e formar-se bacharel em direito, mais para atender a vontade de seu pai, do que por desejo e vocação. Aos dezessete anos era um “(...) leitor ávido, aluno brilhante, sabia grego, latim, italiano, alemão, aprenderia hebraico e até sânscrito”.¹⁰⁸

As aptidões de Ozanam para os estudos e alguns artigos publicados no seu primeiro ano em Paris, chamam atenção de André-Marie Ampère, cientista francês já famoso por seus estudos sobre eletrodinâmica e corrente elétrica. Em 1830 Ampère convidaria Ozanam para morar em sua casa, diria que o estudante de direito tinha gostos semelhantes aos seus. Além disso, Ozanam teria acesso irrestrito a enorme biblioteca do cientista. Seu quarto era “espaçoso, luminoso, com vista para um pomar. Uma salamandra, e uma lareira em mármore, garantiam noites quentes e acolhedoras”.¹⁰⁹ Mas Ozanam não restringiria sua vida a essa Paris de conforto e segurança, não sabemos por qual motivo “desceria aos infernos”.¹¹⁰ Ao perambular pela Paris reservada aos miseráveis, constata que a cidade se encontrava na iminência de uma guerra civil, pois além do lastro de fome que avançava por entre becos, ruas e vielas, a população pobre não confiava no rei Luis Felipe, que assume o trono após a deposição de Carlos X.

O anticlericalismo não havia sido superado pela sociedade francesa das primeiras décadas do século XIX. Enquanto leigo católico, Ozanam era frequentemente questionado, sobretudo por seus colegas estudantes de direito da universidade de Sourbonne, acerca da omissão da igreja católica em relação aos problemas sociais franceses e a convivência da instituição para com o trabalho servil. A resposta dada por Ozanam para esses questionamentos, pode ser lida enquanto uma fotografia, não apenas do seu pensamento, como provavelmente do grupo de 25

¹⁰⁷ CHOLVY, Gérard. *Christianisme et Société en France au XIX siècle (1790-1914)*. Editions du Seuil, Novembre 1997, 1ère édition.

¹⁰⁸ Tradução livre. Texto do original: “À dix-sept ans, lecteur acharné, élève brillant, il connaît le grec, le latin, l’italien, l’allemand. Il s’initie à l’hébreu et même au sanscrit”. VIAL-ANDRU, Mauricette. *Propiète de la charité Frederic Ozanam*. France, Pierre Teché editor, 2013, p.6.

¹⁰⁹ Tradução livre. Texto original: “Sa chambre, spacieuse et claire, donne sur un verger. Un poêle en faïence, une cheminée en marbre promettent des soirées chaudes et confortables”. VIAL-ANDRU. Op. Cit. p.10.

¹¹⁰ BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX o espetáculo da pobreza*. São Paulo, edit. Brasiliense, 7ª edição, 1992, p.23-48.

jovens católicos que fundaram com ele, no ano de 1833, a sociedade católica de São Vicente de Paulo na França:

É porque o escravo era incapaz de libertar-se; antes de fazer dele um homem livre, era preciso fazer dele um homem, reconstituir a pessoa nele, redescobrir a consciência sufocada e elevá-lo a seus próprios olhos. É por isso, de fato, que Cristo começou tomando a forma de um escravo e morrendo na cruz. Todo homem, seguindo seu exemplo, tornando-se cristão, tornou-se escravo voluntário.¹¹¹

A SSVP foi alvo de duras críticas desde sua fundação, seus opositores ressaltaram a incoerência de uma proposta que pretendia auxiliar os necessitados, mas não buscava meios de alterar as estruturas que produziam as desigualdades. Trabalhos como o de Silva e Lanza¹¹² problematizam este método de atuação, ao apontarem ser objetivo dos vicentinos prover necessidades básicas, com o cuidado de preservar posições sociais. As críticas, entretanto, não incomodavam Ozanam, para ele o objetivo da SSVP nunca foi questionar os problemas sociais, diria inclusive, que das ações sociais desenvolvidas, seriam eles mais beneficiados que os miseráveis.

A SSVP inicia visitas aos moradores dos subúrbios de Paris, onde passa a distribuir alimentos, roupas e remédios. Seus fundadores, todos de origem burguesa, defendem não ser obrigação apenas do estado prover os necessitados, mas de toda e qualquer pessoa com recursos para tal. A Sociedade de São Vicente de Paulo foi oficialmente inaugurada em 23 de abril de 1833. O objetivo inicial do grupo era desenvolver obras de caridade nos subúrbios parisienses. Ozanam vislumbrava a criação de um apostolado leigo universal através das sociedades Vicentinas. As circunstâncias em que viviam a população miserável parisiense, foi determinante para expansão dos vicentinos, afinal a caridade se intensificava com a miséria.

O jornal *Imprensa Evangélica*¹¹³ em publicação do dia 28 de novembro do ano de 1878, comemorava o fato do pedido feito por Ignacio Galvão ao governo do império, onde solicitava permissão para abertura de uma conferência vicentina na cidade do Rio de Janeiro, ter esbarrado em um despacho emitido por Leôncio de Carvalho, que na condição de ministro do império,

¹¹¹ Tradução livre. Texto original: “C’est que l’esclave n’était pas capable de la liberté; avant d’en faire un homme libre, il fallait en faire un homme, reconstituer en lui la personne, retrouver la conscience étouffée, et le relever à ses propres yeux. C’est par là, en effet, que le Christ avait commencé en prenant la forme d’un esclave et en mourant sur la croix. Tout homme, à son exemple, par cela qu’il devenait chrétien, devenait esclave volontaire”. OZANAM, Antoine Frederic. *La civilisation au cinquième siècle, II, Œuvres complètes, t. II*. Paris, Lecoffre, 1873, p.53,

¹¹² LANZA, Fábio; SILVA, Claudia Neves da. *Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais?* História (São Paulo) [online]. 2010, v. 29, n. 1 [Acessado 22 de setembro 2021], pp. 40-55. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000100004>. Epub 23 Set 2010. ISSN 1980-4369.

¹¹³ Jornal Imprensa Evangélica, 28 de novembro de 1878.

solicita provas de serem os vicentinos independentes da ingerência estrangeira, em outras palavras, que não eram subordinados a santa Sé romana, e conseqüentemente ao ultramontanismo.

Promovida por uma parcela do clero brasileiro, o movimento ultramontano ganhara força no país a partir de meados do século XIX, pregavam fidelidade e obediência irrestrita ao papa, ignorando o regime do padroado régio em vigor, acordo que estabeleceria justamente o oposto: fidelidade irrestrita ao poder instituído, no caso, o imperador à época Dom Pedro II. Os ultramontanos não eram maioria dentro da igreja católica, porém eram articulados e possuíam capilaridade dentro da estrutura social brasileira, sobretudo por arregimentarem leigos da elite econômica e intelectual do país. Não se conformaram, e sequer concebiam viver em um mundo, que gradativamente procurava na razão e não mais na fé, a origem dos fenômenos naturais e sociais.

O ultramontanismo embarca numa ideia de cruzada, e se coloca enquanto único grupo capaz de salvar o Brasil dos “ismos” da modernidade: liberalismo, socialismo e protestantismo. Mobilizaram antes de tudo afetos, pois a laicização da sociedade em discussão feria algumas crenças pessoais, dentre elas a divindade do casamento religioso, que acreditavam estar ameaçado pelo casamento civil. Na visão de mundo ultramontana, “forças se levantavam na sociedade brasileira para destruir o catolicismo”.¹¹⁴ Esse setor da igreja defendia um projeto de sociedade, em que prevaleceria a jurisdição religiosa sobre a vida civil. O comentário de Riolando Azzi é ilustrativo nesse sentido: “Na ótica dos ultramontanos, somente mantendo sempre um clima de tensão e vigilância era possível promover uma efetiva mobilização dos católicos na luta pela restauração do poder da Igreja dentro do Estado brasileiro”.¹¹⁵

O ultramontanismo foi um movimento reacionário organizado em quatro linhas de combate, conforme aponta a historiadora Lúcia Oliveira. Atuariam nos âmbitos intelectual, socioeconômico, político e doutrinário. Intelectualmente, eram contrários ao racionalismo, que defendia o uso da razão em detrimento da fé. Politicamente, eram favoráveis a permanência da monarquia, pois desde a colonização o poder imperial é representado enquanto símbolo da presença divina. No plano socioeconômico, combateram o comunismo, e pregavam a

¹¹⁴SANTOS, João Marcos Leitão. *A ordem social em crise. A inserção do protestantismo em Pernambuco (1860-1891)*. Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 403f. p. 232. Disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27022009-171104/publico/JOAO_MARCOS_LEITAO_SANTOS.pdf. Acesso dia: 15/01/2023

¹¹⁵ AZZI. Op. Cit.p.50.

necessidade de organizar os trabalhadores em torno da religião. Por fim o campo doutrinário, onde defendiam o combate ao protestantismo e espiritismo, e também “a criação de seminários para a formação do clero e para a criação de colégios para educação da juventude – masculino e feminino”¹¹⁶.

Destacaram-se enquanto principais líderes do ultramontanismo brasileiro, os bispos das províncias do Pará e Pernambuco, Macedo Costa e Vital de Oliveira, “fiéis cumpridores das orientações pontifícias, mesmo entrando em choque com a autoridade do governo imperial”.¹¹⁷ O episódio da *Questão Religiosa* ou *Epíscopo-maçônica*, que culminou com a condenação do bispo pernambucano no ano de 1874, é o mais ilustrativo da resistência ultramontana frente a um projeto laico de sociedade.

No ano de 1872 os periódicos maçons *A família Universal* e *a Verdade* publicaram em suas páginas críticas ao catolicismo, ao que o bispo pernambucano Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira reagiria. No dia 25 de dezembro daquele mesmo ano, o bispo emite uma carta pastoral¹¹⁸, onde determina imediata expulsão de todos os maçons integrantes de irmandades católicas. As irmandades por sua vez reagem a imposição do bispo, e tornam pública uma lista com o nome de todos os fiéis maçons, inclusive de alguns padres, que se negaram a executar a ordem expedida por Dom Vital.

A imensa extensão territorial do Brasil impossibilitava a cada paróquia ou igreja possuírem padre, o que imbuía as irmandades de poder e independência. Organizavam pomposas festas em homenagem aos seus santos padroeiros, eram auto sustentáveis, muitas, em virtude das vultosas doações testamentárias que recebiam.¹¹⁹ Tornaram-se mesmo independentes da hierarquia eclesial, e não raro os padres eram reduzidos a simples funcionários contratados para celebração de missas.

¹¹⁶ OLIVEIRA, Lucia Helena Moreira de Medeiros. *O PROJETO ROMANIZADOR NO FINAL DO SÉCULO XIX: a expansão das instituições escolares confessionais*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 145-163, dez.2010, p.148.

¹¹⁷ AZZI. Op. Cit.pp.7-8.

¹¹⁸ Seriam notificados vigários e guardiões das seguintes igrejas, a fim de informar as irmandades que lá funcionavam, a decisão do Bispo: matriz de São Frei Pedro Gonçalves, de Santo Antonio, de São José, da Boa Vista e da Graça, ao guardião do convento de São Francisco, e ao provincial da ordem do Carmo.

¹¹⁹ Muitos imóveis, joias e dinheiro foram doados às irmandades católicas. Os testamentos atrelavam as doações a celebração de missas diárias em benefício das almas dos mortos. Alguns testamentos podem ser encontrados em livro escrito pelo frei Bonifácio Mueller. MULLER, Bonifácio. *Convento de Santo Antonio do Recife (1606-1956). Esboço histórico*. Recife, 1956. pp.115-120.

Mesmo sob a ameaça de interdito, as irmandades descumprem a determinação do bispo, recorrem às autoridades locais, e prestam reclamação ao conselho do estado, que em prol das irmandades, exige a Dom Vital que retire imediatamente o interdito, decisão que é descumprida pelo bispo. O caso chegaria até o Supremo Tribunal de Justiça do império no ano de 1873. A denúncia, impetrada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antonio do Recife, é redigida pelo procurador de justiça Francisco Baltazar da Silveira, que conduz seu texto de modo a explicitar a audácia demonstrada por Dom Vital ao enfrentar o Império. Conforme consta na denúncia, o Bispo da Diocese de Olinda “longe de dar exemplo de atenção, de obediência às leis de nosso país apresenta, ostenta a mais formal desobediência, declara, para assim dizer, guerra formal ao Governo Imperial, ao código criminal, a constituição política!”¹²⁰. Entretanto, Francisco Baltazar reconhece se tratar da condenação de um bispo, fato sem precedentes até então, e ressalta agir apenas por força do dever, mediante o que denomina de violações cometidas por Dom Vital.

O bispo se recusa a responder à cópia da denúncia que lhe chega às mãos, atitude que acende a faísca de um remexido barril de pólvora. A cidade do Recife se agita em virtude de reuniões convocadas pelas irmandades religiosas,

E como resultante desses *meetings*, na tarde de 14 de maio de 1873, cerca de 3.000 pessoas se reuniram na praça cond’eu (hoje Maciel Pinheiro), em virtude do convite dos agitadores da questão. Dali se dirigiram para o Ginásio Pernambucano, à rua da Aurora, a fim de fazer uma demonstração de pesar ao deão da Sé. Dr. Joaquim Francisco Faria, por sua suspensão decretada pelo Bispo, visto como maçom que erãõ haver abjurado (...).¹²¹

Após discurso proferido pelo deão e alguns oradores a multidão se dispersa. Uma parte segue em direção ao colégio de padres Jesuítas, localizado na rua do Hospício, próxima do *meeting*. Neste ponto já não era mais possível identificar manifestantes ligados às irmandades, de transeuntes que passam a integrar a multidão enquanto essa se deslocava pelas ruas. Enquanto um grupo invade o colégio e agride os padres, outro se dirige até a sede do Jornal católico *A união*, na rua de mesmo nome, “carrega as caixas de typos, despejando-os uma a uma, no rio Capibaribe, desmonta o prelo e queima à rua toda a edição do jornal, e tudo mais de papel que ali havia”.¹²²

¹²⁰ REIS, Manoel Antonio dos. *O bispo de Olinda perante a história*. Recife: Imprensa Industrial, 1940.p.7.

¹²¹ GALVÃO, Sebastião S.V. *Chronica histórica da cidade do Recife*. Revista do instituto histórico e geográfico de Pernambuco, Vol. XVIII, 1916, nº 91 e 92. pp.176-179.

¹²² *Idem*.

No que diz respeito ao método de ação dos vicentinos, o mesmo estabelece que cada confrade¹²³ deve responsabilizar-se por determinado número de famílias. Registros feitos por Carlos Alberto dão conta de como a ação foi organizada no Rio de Janeiro.¹²⁴ Ao lado de nomes e sobrenomes, o ainda estudante registraria informações acerca do bairro onde residia cada família, número de filhos, a frequência das crianças as aulas de catecismo, ou se alguma família chegou a entregar filhos para adoção ou sob cuidado de parentes. Também registrava valores em dinheiro, remédios e alimentos distribuídos. Os detalhes de seus registros, nos permite imaginar que ele ocupava um cargo de destaque no grupo.

As anotações feitas por ele mostram que as famílias assistidas eram cobradas acerca da frequência de seus filhos às aulas de catecismo. Embora o ato de comparecerem ou se ausentarem das aulas fosse registrado, não identificamos nenhuma espécie de punição para os responsáveis que não enviassem as crianças para a catequese. Em relação a ajuda ofertada, a mesma se dava através da distribuição de vales, uma espécie de crédito trocado por alimentos. Os fornecedores, como eram chamadas as pessoas que efetuavam as trocas, comercializavam os itens nas proximidades da residência dos assistidos, o que demonstra uma preocupação de ordem logística.

As ações desenvolvidas pelos vicentinos tinham por intuito minimizar a situação de pobreza das famílias assistidas. Os alimentos distribuídos (carne seca, bacalhau, farinha, feijão e açúcar), eram os mesmos e não apresentavam variação conforme a família que os recebia. Aos doentes eram doados remédios. Também realizavam empréstimos, uma vez que as anotações feitas dão conta de que uma das pessoas assistidas teria iniciado a produção de vassouras de piaçava, com dinheiro da SSVP.

2.3 É HORA DA TRAVESSIA

Em 1878, aos 23 anos de idade, Carlos Alberto conclui o curso de engenharia civil. Nesse momento sai da cidade do Rio de Janeiro com destino a província de Pernambuco, onde inicia sua vida profissional. As poucas informações disponíveis acerca de sua partida davam conta de que ele não possuía qualquer vínculo com o estado de Pernambuco. Assim, buscamos diante da historiografia disponível, elementos que possibilitassem estabelecer hipóteses acerca

¹²³ Termo utilizado pelos integrantes da Sociedade de São Vicente de Paulo para se referir aos seus integrantes.

¹²⁴ Coleção Carlos Alberto de Menezes. Série documentos pessoais, caderno de anotações. CEHIBRA-FUNDAJ.

da opção do engenheiro pelas terras pernambucanas. Entendemos que sua mudança para Pernambuco se tratou mesmo de uma escolha.

A cidade que Carlos Alberto deixaria para trás atravessava um período de intensas transformações, sobretudo do ponto de vista urbanístico. Em 1859 o Rio de Janeiro tornara-se a primeira cidade da América do Sul a possuir um sistema de transportes coletivos sob trilhos, embora esse meio de locomoção tenha enfrentado algumas dificuldades, sobretudo do ponto de vista operacional, haja vista ser intensa a movimentação de carroças puxadas por bois, que acabavam por interferir no trajeto dos carris.

O aumento da população da cidade entre 1872-1890 foi de 5,3%¹²⁵, o que provocaria uma demanda por melhorias estruturais, estas, por sua vez, exigiam mão de obra especializada. Talvez o pensamento que venha a mente, seja o de que o período representou uma grande oportunidade para engenheiros civis como Carlos Alberto, não é uma inverdade, entretanto, alegava-se a incapacidade dos bacharéis brasileiros de executarem obras estruturais de grande porte, tais como esgotamento sanitário, implantação de malha viária e iluminação pública, principal motivo para que a execução dessas obras ficasse a cargo de trabalhadores ingleses, e embora em menor escala, também de americanos. De modo inverso aos brasileiros, os estrangeiros não possuíam diploma, fato que o sociólogo Edmundo Coelho descreve ironicamente: “Já nos anos 60 e 70 era curioso observar os engenheiros brasileiros, diploma nobolso e anel de grau no dedo, subordinados, nos canteiros de obras, à autoridade técnica dos “práticos” estrangeiros”.¹²⁶

Grande parte dos engenheiros brasileiros das décadas de 1870-80 se dedicaram a prestar serviços burocráticos para o império, tais como fiscalização de obras e preparação de relatórios, atividades que exigiam habilidades mais técnicas do que práticas.

É possível que imagens e notícias da província de Pernambuco tenham chegado a Carlos Alberto através de seu avô paterno, Manoel Joaquim de Menezes. Médico das forças armadas brasileira, Manoel fez parte de uma expedição enviada pelo imperador Dom Pedro I para combater os revolucionários que proclamaram a república pernambucana no ano de 1817.¹²⁷ Na função de médico, foi designado 1º cirurgião do hospital expedicionário e cirurgião-mor de

¹²⁵ COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Advocacia, Medicina e Engenharia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999. p.86

¹²⁶ COELHO. Op. Cit. p. 196.

¹²⁷ Em linhas gerais, a revolução pernambucana foi um movimento social influenciado pelo ideal iluminista da Revolução francesa, e tinha por objetivo emancipar a província de Pernambuco do Brasil no ano de 1817. FERRAZ, Socorro. *Liberals e Liberais: Guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: CEPE editora. 2ª ed. 2022.

brigada. Viu de perto a revolução e suas consequências, e relataria os abusos cometidos pelos representantes do poder monárquico. Contaria ao amigo Melo Moraes¹²⁸ anos mais tarde, que após a derrota imposta aos pernambucanos “os homens de côr, tanto escravos como livres, que haviam tomado parte na revolução, eram presos, e açoitados na grade da cadeia, e tudo na cidade era terror, e abatimento”.¹²⁹

Figura 3. Daguerreótipo de Manoel Joaquim de Menezes.



Fonte: Fundo Família Bicalho, Arquivo Nacional. Disponível em:
<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1256>.

Na ocasião que residiu em Pernambuco, apresentou Manuel Joaquim de Menezes uma atuação pública enquanto funcionário do império, todavia também atuaria enquanto membro da maçonaria, na condição de filiado à loja maçônica *Commercio e Artes*, sediada na cidade do Rio de Janeiro. Tive dificuldade em encontrar informações relacionadas a participação da *Commercio e artes* e Manoel de Menezes nos movimentos revolucionários ocorridos em Pernambuco, entretanto a leitura de alguns trabalhos, sobretudo *A Confederação do Equador*¹³⁰ de Ulysses Soares Brandão e *A revolução de 1817*,¹³¹ escrita por Francisco Muniz Tavares, permitiu tecer algumas considerações.

¹²⁸ MORAES, José Alexandre de Melo. *Biographia do tenente-coronel e cirurgião mor reformado do exército Dr. Manoel Joaquim de Menezes*. RIO DE JANEIRO: Typographia brasileira — EDITOR J. j do Patrocínio, Rua das Violas, N. 9, 1861.

¹²⁹ *Idem*.p.7.

¹³⁰ BRANDÃO, Ulysses Soares. *A Confederação do Equador*. Recife: Oficinas Graphicas da Repartição de publicações Officiaes, 1924.

¹³¹ TAVARES, Francisco Muniz. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Recife – 1917.

Ulysses Brandão afirma por mais de uma vez, que ao tomar conhecimento no Rio Janeiro, de que a revolução pernambucana de 1817 havia sido deflagrada, teria o responsável pela *Commercio e Artes*,¹³² Gonçalves Lêdo, se apressado em destruir todos os arquivos da loja:

Gonçalves Lêdo conspirava pela independência com a república, tanto assim que, Theophilo Ottoni no acto da inauguração da estátua equestre de D. Pedro I, assegurou que “a revolução (de 1817) fora decretado no Rio de Janeiro em casa de Lêdo”, e mais ainda que Lêdo, quando esta revolução foi debelada, fechou as suas portas, e preferiu incinerar os seus arquivos a vê-los cair nas mãos do intendente geral.¹³³

O historiador Alexandre José de Melo Moraes¹³⁴ relata a ligação da *Commercio e Artes* aos ideais revolucionários de Pernambuco, mas ao contrário do trabalho de Brandão, apresenta a participação do avô de Carlos Alberto, provável elo entre os maçons pernambucanos e os residentes na província do Rio de Janeiro

Os patriotas brasileiros, se haviam reunido em sociedade secreta com o título de Loja Maçônica *Commercio e Artes*, e reconhecendo os serviços, que o Dr. Menezes Lhes podia prestar particularmente na reunião da província de Pernambuco, cujo presidente desconfiando da futura conduta do príncipe, conservava relações com o seu governo, e com o de Portugal, o convidaram para filiar-se na Loja *Commercio e Artes*, onde se tratava dos meios de reunir as províncias a um centro¹³⁵, e fazer oposição aos tramas, e decretos das côrtes portuguesas.

De acordo com o trecho citado, Manoel Joaquim de Menezes na condição de integrante da loja maçônica do Rio de Janeiro, tomaria parte dos eventos revolucionários ocorridos na província de Pernambuco, onde repassa as informações a *Commercio e Artes*, que “desconfiava da futura conduta do príncipe”, mas também da conduta dos pernambucanos, pois embora maçons das duas províncias concordassem que a independência do Brasil era questão urgente, apenas o grupo do Rio de Janeiro era a favor da manutenção da monarquia, por acreditarem ser ela necessária para manter a unidade política do país. De modo contrário, os pernambucanos eram decididamente antimonárquicos.

¹³² A *commercio e artes*, ainda em funcionamento, é uma das lojas maçônicas mais antigas do Brasil levando-se em consideração sua primeira formação de 1816, já que a loja foi fechada em 1817 e reaberta três anos depois, em 04 de julho de 1821. A loja se denominava patriótica, pois desde o início defendia a independência do Brasil de Portugal e a instalação do regime republicano, no entanto acreditavam que D. Pedro I poderia continuar a reger o país, desde que observado os princípios da república em sua administração. Temiam que a saída do príncipe desencadeasse uma desagregação no país. Os maçons da *commercio e artes* representados na figura de Lêdo Gonçalves, foram os grandes arquitetos da independência do Brasil, responsáveis por convencer D. Pedro I a permanecer no país, em episódio conhecido por “dia do fico”.

¹³³ BRANDÃO. Op. Cit. p.159.

¹³⁴ MORAES, Alexandre José de Mello. *Biographia do tenente-coronel e cirurgião Mor do exército D. Manoel Joaquim de Menezes*. Rio de Janeiro: Typographia brasileira, 1861.

¹³⁵ O objetivo de criação do centro se concretiza no ano de 1822, a partir da criação do Grande Oriente do Brasil, junção de três lojas: Comércio e Artes, União e Tranqüilidade e Esperança de Nictheroy.

Talvez Manoel Joaquim não fosse tão insuspeito. Durante toda vida suplicou ao imperador honrarias que atestassem os grandes serviços prestados por ele junto ao império. Em 1821, após voltar de Pernambuco “suplica humildemente receber a condecoração da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo”¹³⁶, onde tem o despacho negado. Em 1825 solicita ser condecorado com a Ordem do Cruzeiro e não é atendido. Resolveu então recorrer e explicitar sua participação junto a Revolução pernambucana de 1817, mas sem sucesso. Nas palavras de Mauricio Lissovsky “o tenente-coronel Joaquim Manoel tinha, portanto, duas histórias – uma pública, como cirurgião militar e outra, mais reservada, como irmão Meneses, membro da Maçonaria”.¹³⁷

A introdução da maçonaria no Brasil teria começado por Pernambuco, quando em 1809 cria-se a primeira loja na província “com instintos puramente políticos”¹³⁸. Mesmo não sendo cumpridora de princípios básicos da maçonaria, tais como práticas filantrópicas, rituais de iniciação e discussões filosóficas, o escritor Pernambucano Mario Melo¹³⁹ sustenta que as associações políticas e secretas criadas em Pernambuco antes da revolução de 1817, tais como O Areópago de Itambé,¹⁴⁰ eram lojas maçônicas, se considerado o conceito de maçonaria em voga naquela época no Brasil. Segundo o escritor, a concepção de maçonaria no país seria alterada apenas após a independência, onde se aproxima dos dogmas europeus, mas antes disso, eram grupos onde seus integrantes se concentrariam em fazer “da pátria livre”. Sociedades intituladas lojas maçônicas, foram criadas em Pernambuco no ano de 1814 por “Gonçalves da Cruz Cabugá e Domingos José Martins, ambos iniciados na Europa, fundaram (...) em suas próprias casas, lojas maçônicas a que deram os nomes de PERNAMBUCO DO ORIENTE E PERNAMBUCO DO OCIDENTE”.¹⁴¹

Manoel Joaquim de Menezes ainda buscou apresentar uma reparação histórica ao narrar sua passagem por Pernambuco. Afirma ser falsa a fama atribuída ao general Luís do Rego

¹³⁶ LISSOVSKY, M. *Eia, pois, aos retratos! A família Meneses tira seus daguerreótipos*. Acervo, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 155–185, 2019. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1256>. Acesso dia 12/12/2022.

¹³⁷ Ibidem. p. 161.

¹³⁸ BRANDÃO. Op. Cit. p. 73.

¹³⁹ MELLO, Mario Carneiro do Rego. *A maçonaria e a revolução Pernambucana de 1817*. Recife: Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, 1912. p. 32.

¹⁴⁰ Fundada por José Bonifácio na cidade de Goiana, Pernambuco, o Aeropago de Itambé pretendia informar seus participantes acerca das ideias liberais-democratas que se faziam na Europa, sobretudo a queda das monarquias. A ideia era transformar a província de Pernambuco em república, sob a proteção de Napoleão Bonaparte.

¹⁴¹ As frases com letras maiúsculas foram reproduzidas conforme constam no texto original. BRANDÃO. Op. Cit. p. 73.

Barreto¹⁴², onde o mesmo é representado enquanto sanguinário e perverso. Relataria que “O general Luiz do Rego era inteiramente oposto as prisões, e de mau grado, viu-se obrigado a mandar prender os pronunciados na devassa, constantes das relações, que lhe remetia o presidente da alçada”.¹⁴³ Melo Moraes se ampara em documentos, que disponibiliza na íntegra em seu livro, para atestar a veracidade das afirmações feitas por Manoel de Menezes, tais como inúmeros ofícios enviados pelo general ao rei D. João VI, onde pede clemência pelas pessoas presas em decorrência da revolução. Manoel relataria ainda, um acordo feito na surdina entre ele e o general. Aproveitando-se de sua condição de médico, visitava as prisões, e sob o pretexto de doença, removia para hospitais pessoas “gradas” da sociedade, “os que não possuíam parentes na cidade, e as que se mostravam demasiadamente perturbadas”¹⁴⁴. Ressalta que tudo era feito com consentimento do general Luiz do Rego.

Morreu Joaquim Manuel de Menezes aos 82 anos de idade na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião possuía o grau n°33, último da maçonaria, prova de que sua permanência no grupo foi longa. O vínculo entre Manoel de Menezes e Pernambuco não arrefeceu com sua partida, pois “ingressando para a corte em 3 de janeiro de 1821, ali deixou grande número de pessoas, que lhe eram devotadas, e com quem continuou a corresponder-se”¹⁴⁵. Quem foram essas pessoas, e em qual nível essas relações se mantiveram, não sabemos, entretanto, podemos através do desenrolar da vida maçônica de Joaquim de Menezes, ao menos imaginar que Pernambuco não era uma terra estranha ao seu neto, Carlos Alberto.

2.4 CHEGADA

Carlos Alberto de Menezes chega em Pernambuco no ano de 1878, passageiro de um vapor que atraca no porto do Recife. Talvez o cenário que se apresentava diante dos seus olhos, fosse semelhante à descrição feita pelo francês F. Biard em seu diário de viagens: uma planície que surge após uma barreira de arrecifes¹⁴⁶. Quando o olhar se voltava para as construções, enxergava-se no horizonte alguns edifícios e casarões às margens do Rio Capibaribe, por onde tráfegavam pequenos barcos que contrastavam com os grandiosos navios, estes, aguardavam embarque e desembarque, tanto de produtos, quanto de pessoas. Em terra firme, escravos com

¹⁴² O general português Luis do Rego Barreto (1778-1840) é enviado no ano de 1817 para a província de Pernambuco, a fim de conter a revolução que ali eclodiu, entretanto, quando chega o movimento já havia sido encerrado, assim ficou responsável por punir os revolucionários.

¹⁴³ MORAES. Op.Cit.p.8.

¹⁴⁴ MORAES. Op.Cit.p.9.

¹⁴⁵ MORAES. Op. Cit. p.13.

¹⁴⁶ BIARD, François-Auguste. *Dois anos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.p.23.

o torso nu equilibravam sacos na cabeça, caminhavam ao lado de elegantes senhores, que de casaca e chapéu, andavam pelas ruas centrais, ou se reuniam à porta de algum edifício para conversas.

O Recife possuía a segunda estrada de ferro do país. Obra autorizada através do decreto imperial nº 1.030 de 07 de agosto de 1852, que concede aos irmãos Alfredo e Eduardo Mornay, parceiros da companhia britânica Great Western, ou “gretuest”¹⁴⁷ como era chamada pelos populares, o direito de executar a obra e explorá-la comercialmente por 90 anos. O decreto estabeleceria o traçado da estrada “que, partindo da cidade do Recife, e passando pelo rio Sirinhaém e na confluência deste com o Amaragi e Garanhuns, vá terminar em um dos pontos da intensa navegação do Rio São Francisco pelas povoações de Águas Pretas”. O acordo previa ainda alguns privilégios aos irmãos Mornay e a Great Western, tais como isenção fiscal em todo maquinário e materiais adquiridos para construção da estrada¹⁴⁸. Os recursos da obra foram negociados na bolsa de valores inglesa, e contou com a intermediação do Banqueiro Irineu Evangelista de Souza, conhecido por Barão e Visconde de Mauá, que “conseguiu levantar recursos em Londres, mandou seus engenheiros verificarem e corrigirem os projetos, colocou gente nas obras, comprou ações.”¹⁴⁹

Carlos Alberto trabalharia no segundo ciclo das construções ferroviárias brasileiras questão retomadas em 1873, após interrupção imposta pela guerra entre Brasil e Paraguai (1864- 1865). As ferrovias consolidam a presença do capital Inglês no Brasil, que investia com vantajosas taxas de juros, além disso, os ingleses forneciam o ferro, as locomotivas e mão de obra técnica especializada.

À época a cidade do Recife, capital da província de Pernambuco, vivenciava um processo de “embelezamento” iniciado na primeira metade do século XIX. A cidade se modificava a um ritmo aquém do da população, que simplesmente se nega a transitar pelas calçadas, por não internalizarem que o tempo já não é o mesmo, e a rua, até então monopólio de pedestres, cede espaço para novos meios de transportes.

O maior fluxo de maxambombas e bondes de burros pelas ruas mudava o ritmo de vida dos recifenses, abreviando distâncias e facilitando não só o consumo de serviços

¹⁴⁷ KOURY, Jussara Rocha. *História de Jaboatão*. Recife: Bagaço design, 2010. p.113

¹⁴⁸ Decreto nº 1.030, de 07 de agosto de 1852. Disponível

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1030-7-agosto-1852-559373-norma-pe.html>.

Acesso dia 23/08/2022.

¹⁴⁹ CALDEIRA, Jorge. *Mauá: o empresário do império*. São Paulo: companhia das letras, 1995, p.27

e mercadorias, mas também o aumento da quantidade de atropelamentos. E, por extensão, o número de óbitos(...).¹⁵⁰

Somava-se a distração dos cidadãos a imprudência dos condutores denunciada pelos jornais. No dia 14 de fevereiro de 1876 “um preto que estava no leito da linha”, conforme relatos do jornal *A província*, teria sido esmagado pelo carro de n.35 da companhia de transportes urbanos Ferro-Carril.

Cercada por ilhas que permitiam a expansão territorial da cidade conforme avançavam os aterros sobre a paisagem de mangue, o escritor Arthur Orlando ressaltava que o Recife se consolidava enquanto “(...) um grande centro de população, cultura agrícola, intelectual, moral, estética, e com destinos outros a realizar que o simples intercâmbio de mercadorias”¹⁵¹. Por volta de 1870, a população da cidade apresenta aumento no número de habitantes, que ocorre principalmente em virtude da migração interna: “O maior número de pessoas que migra para a cidade foge do interior em virtude das secas, do advento das usinas, das atividades econômicas e do fascínio que o novo meio exerce”.¹⁵²

Os mocambos eram o contraponto da modernidade alardeada, destino da população mais pobre da cidade, excluída da festa do progresso. Eram “(...) edificadas sobre os terrenos alagadiços, pântanos ou mangues com tábuas de caixões e latas de querosene, sem divisões internas (...)”. Discussões envolvendo esse tipo de habitação podem ser encontradas com recorrência nos trabalhos que possuem o Recife das últimas décadas do século XIX enquanto cenário.¹⁵³

Não seria ainda “esse” Recife o local onde Carlos Alberto residiria, seu destino seria a vila de Garanhuns¹⁵⁴, distante aproximadamente 270 km da capital pernambucana. Ao chegar ao local, logo percebe que a construção da ferrovia Recife/ São Francisco exigiria além de muito

¹⁵⁰ SILVA, Wellington Barbosa da. Andrade. “*A locomotiva do progresso*”: cotidiano e “*melhoramentos materiais*” no Recife oitocentista (1830-1889) In *O Recife no Século XIX outras histórias* (1830-1890). São Paulo: Paco editorial, 2018, p.18.

¹⁵¹ ORLANDO, Artur. *Porto e cidade do Recife*. Pernambuco: Typographia do jornal do Recife, 1908.p.42

¹⁵² A tese de Noemia Maria Luz aborda a expansão demográfica e territorial da cidade do Recife e suas dualidades. Enquanto a cidade se modernizava, a pobreza e a desigualdade social cresciam. LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. *Os caminhos do olhar: circulação, propaganda e humor - Recife (1880-1914)*. Tese (doutorado) em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

¹⁵³ O crescimento desordenado da cidade do Recife incomodava as elites locais, que tinham escolhido o centro enquanto espaço destinado para socialização. Os mocambos escancaravam as desigualdades, que podiam ser vistas a olho nu. *Imperial sociedade dos artistas mecânicos e liberais. Mutualismo, cidadania e reforma eleitoral de 1881 no Recife*. MAC CORD, Marcelo. 2014.

¹⁵⁴ O relatório se refere a região como planície de Garanhuns. Do ponto de vista geográfico a região localiza-se na planície da Borborema, e atualmente chama-se apenas Garanhuns.

trabalho, algumas doses de sacrifício. Moraria em acampamentos improvisados “construídos às pressas, cobertos de folha de palmeira, lona e outros meios de fortuna”¹⁵⁵. Situação semelhante à de outros canteiros de obras país a fora. O engenheiro inglês Daniel Mckinson Fox, escreveria em 1870, que os trabalhadores da ferrovia São Paulo Railway permaneciam acampados por até 3 semanas em barracos na mata “onde eram submetidos a todo tipo de privação”.¹⁵⁶

O estudo geológico e natural completo dos distritos que receberiam os trilhos da estrada de ferro Recife/São Francisco, foi publicado no ano de 1875 em uma das edições do jornal *Diário de Pernambuco*.¹⁵⁷ Dentre várias informações, o estudo relatou que durante a pesquisa geológica da obra foram encontrados fósseis de animais pré-históricos, mas ao que parece, o achado não mereceu grande atenção:

A partir da scarpa ocidental do planalto de Garanhuns, descobriram-se fósseis em diversos pontos do sertão, ordinariamente no fundo de antigos lagos, onde atualmente só se conserva água durante as estações das chuvas. A maior parte deles pertencem aos grandes mamíferos que caracterizam o terreno terciário; outros, porém, pela sua forma particular, parece que se devem referir a alguns dos reptis dessa mesma espécie.

Carlos Alberto encontraria uma temperatura média em torno dos 20° graus, constante em Garanhuns ao longo do ano, descrita no relatório enquanto “um poderoso elemento de salubridade” onde “moléstias do tubo respiratório desaparece por ali como que por encanto”. O relatório sugere que o clima poderia atrair imigrantes europeus¹⁵⁸, e que na planície de Garanhuns, o ar de tão salubre, teria produzido habitantes desenvolvidos e fortes, sendo nítido o contraste entre estes e os do litoral, geralmente acometidos por doenças, pois “epidemias não se conhecem no sertão; a população é forte apesar da irregularidade da alimentação e uso de águas que raramente são potáveis”¹⁵⁹. De certo os autores do estudo não levaram¹⁶⁰ em consideração que as doenças que acometiam os moradores do Recife, relacionavam-se às precárias condições de higiene da cidade durante o período, e não ao clima.

A temperatura capaz de dissipar até a miséria conforme apontava o relatório, levou o deputado provincial Silvino Guilherme de Barros, o Barão de Nazaré, a subir na tribuna e

¹⁵⁵ COLLIER. Op. Cit.p.40.

¹⁵⁶ LAMONIER, Maria Lúcia. *Ferrovias, agricultura e mão-de-obra no Brasil (1850-1890)*. p.6 disponível em https://www.abphe.org.br/arquivos/maria-lucia-lamounier_1.pdf acesso dia 27/09/2022.

¹⁵⁷ Jornal Diário de Pernambuco, edição nº 0067, 1875.

¹⁵⁸ O mais próximo da presença de imigrantes residentes na vila durante o período em questão, ocorreu por volta de 1866, quando quatro famílias se instalam em uma área entre Palmares e Garanhuns após o término da guerra civil dos estados Unidos e iniciam plantio de algodão, aparentemente não foi uma experiência exitosa, uma vez que os americanos produziram uma única safra. EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro. Campinas: Paz e Terra; Editora da UNICAMP, 1977. p.215.

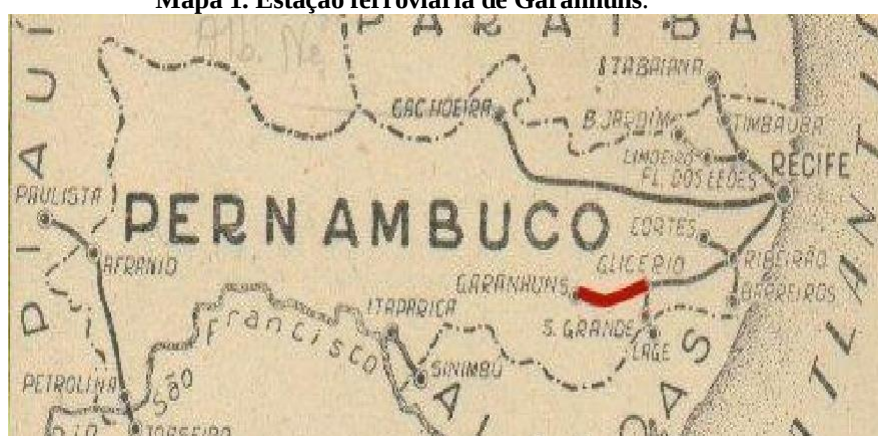
¹⁵⁹ Jornal Diário de Pernambuco, 23 de março de 1875.

¹⁶⁰ Entre os anos de 1876 a 1880 a população do Recife passaria por quatro epidemias de varíola e três de malária. Seria ainda afetada por disenteria, sarampo, beribéri e croup, cada uma destas apresentou um ciclo epidêmico. ORLANDO, Arthur. *Porto e cidade do Recife*. Recife: Typographia do jornal do Recife, 1908.

convencer seus colegas a aprovarem a Lei nº1.309 em 04 de fevereiro de 1879, cujo intuito seria elevar a vila de Garanhuns a categoria de município. A lei foi aprovada, mas não sem antes os deputados presentes à sessão ouvirem o discurso de um Barão impressionado, por descobrir após um período de férias passado na vila no ano anterior, haver um pedaço da Europa em pleno norte do Brasil: “a vila de Garanhuns, senhor presidente, é uma das mais notáveis e antigas dessa província. É como uma parte da Europa tirada do velho mundo, e colocada aqui em Pernambuco”.¹⁶¹

Na figura abaixo, é possível visualizar em vermelho o traçado do prolongamento da estrada de ferro Recife/ São Francisco onde trabalhou Carlos Alberto.

Mapa 1. Estação ferroviária de Garanhuns.



Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pernambuco/garanhuns.htm>

O engenheiro morou por dois anos em Garanhuns em um povoamento chamado de Sítio Campestre, distante cerca de 30 km do centro da cidade. Eduardo Collier, neto e biógrafo de Carlos Alberto, recupera as memórias, anos depois, de um afilhado de nosso personagem que teria sido apadrinhando por ele ainda em Garanhuns, filho de um dos operários da estrada Recife/ São Francisco. Muitos anos depois e já adulto, o afilhado viria a tornar-se funcionário de Carlos Alberto na fábrica têxtil de Camaragibe. A memória que chega até esse afilhado através de seu pai, dá conta de que ainda em Garanhuns, o engenheiro teria se envolvido em uma missão religiosa católica, promovida por “um certo padre Pedro”¹⁶².

No ano de 1880 retornaria Carlos Alberto ao Rio de Janeiro, imaginamos que para tratar de assuntos relacionados ao seu casamento que acontece neste período. Quando retorna à

¹⁶¹ História de Garanhuns parte I. disponível em <http://garanhunsblogs.blogspot.com/2012/06/historia-de-garanhuns.html>. Acesso dia 18/08 2022

¹⁶² COLLIER, Eduardo. *Carlos Alberto Menezes: Pioneirismo Sindical e Cristianismo*. Recife: Digital Graph Ed., 1996. p.41.

Pernambuco acompanhado de Maria Angélica de Lacerda, então sua esposa, fixaria residência não mais em Garanhuns, mas na vila de Jaboatão, onde fiscalizaria a construção da estrada de ferro central de Pernambuco, ainda enquanto funcionário da companhia britânica que o contratara inicialmente. Não conseguimos informações precisas acerca de seu retorno para Pernambuco, entretanto, um anúncio em que se oferece um engenho para aluguel ou venda publicado em 03 de junho de 1880¹⁶³, afirma que a propriedade em questão se situa na freguesia de Santo Amaro de Jaboatão¹⁶⁴ “cerca de uma légua de cada uma ferrovia¹⁶⁵ em construção”. É provável que tenha regressado Carlos Alberto até esta data.

A época Jaboatão era uma terra de engenhos, cultura agrícola implantada desde o período das sesmarias, onde o então donatário da capitania de Pernambuco, o português Duarte Coelho, teria realizado em 1568 doação a um colono de nome Arnau de Holanda, cujas terras seriam transformadas no engenho Santo Andre, o primeiro de Jaboatão, conforme aponta Pereira da Costa.¹⁶⁶

A ferrovia facilitaria o escoamento da produção açucareira com destino ao porto do Recife. Até então o transporte mais rentável era realizado por via fluvial, através de barcas, o que muitas vezes prejudicava a qualidade do açúcar, afetado pela umidade. O traçado das ferrovias seguia a lógica do capital, ligando as regiões produtivas ao porto do Recife. Embora tenham possibilitado o fluxo intermunicipal de passageiros, o deslocamento da população entre cidades vizinhas “(...) não era o essencial em termos de receita, visto que o país era extremamente pobre, mais do que isto, existia o trabalho escravo, o que impedia esta camada de trabalhadores de ser usuário daquele meio de transporte”¹⁶⁷.

Embora predominasse, não sem razão, a ideia de que a estrada era portadora do progresso, os trilhos da ferrovia tornaram-se uma opção aos suicidas, conforme descreveria os *factos notáveis e sinistros das estradas de ferro*¹⁶⁸ em um período onde notícias de suicídio

¹⁶³ Jornal Diário de Pernambuco, 03 de junho de 1880.

¹⁶⁴ Jaboatão era também conhecida por Santo Amaro de Jaboatão em homenagem ao santo católico de mesmo nome, os jornais referem-se à região dos dois modos. A cidade passou a se chamar Jaboatão dos Guararapes no ano de 1989 em homenagem a batalha dos Guararapes que ocorreu na região em 1648.

¹⁶⁵ Grafia idêntica à que consta no jornal. Jornal Diário de Pernambuco, 03 de junho de 1880.

¹⁶⁶ COSTA, Francisco Augusto Pereira da. Anais Pernambucanos, Vol.I. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2004.p.367-368. *Apud* KOURYH, Jussara Rocha. *História de Jaboatão dos Guararapes*. Recife: Edições Bagaço, 2010.p.50-51.

¹⁶⁷ MELO, Josemir Camilo de. *Seca, Ferrovias e mão-de-obra (século XIX)*. Raízes: revista de ciências sociais e econômicas, n. 12, 1996, p.1.

¹⁶⁸ Consta no relatório que em 1880 houveram 55 mortes nas estradas de ferro, embora a maioria tenha sido em decorrência de acidentes, o que corresponde a 20 pessoas, dessas, 13 pessoas suicidaram-se. O relatório completo pode ser encontrado no Jornal Diário de Pernambuco, n. 57, 1880.

eram reportadas nos jornais. O relatório publicado em 1880, dá conta de que um total de 13 pessoas teriam cometido suicídio nas recém inauguradas ferrovias. Uma mulher que teve seu relacionamento amoroso dificultado pela madrinha, um homem que perdera o emprego e outros quatro “pela sua condição de captivos”. A grande maioria, 7 pessoas, em decorrência de problemas mentais, de acordo com o documento.

Mas a vida em Jaboatão não seria só trabalho. No dia 27 de janeiro de 1881, ao lado de juízes, promotores e alguns funcionários públicos, Carlos Alberto celebrava a inauguração da biblioteca do município. Na ocasião “o principal salão da cidade estava repleto de senhoras e cavaleiros, em cujos semblantes liam-se a animação e o entusiasmo, davam ao ato um caráter de verdadeira imponência”.¹⁶⁹ Uma estante grande e envidraçada com 400 livros recepcionava os convidados. A festa adentrou a noite, e uma banda musical foi responsável por manter os presentes animados até as 5 horas da manhã do dia seguinte. Carlos Alberto assinaria seu nome na ata de presentes e se somaria a outras 20 pessoas, que ouviram o coronel Maximiano Vianna, presidente da solenidade, encerrá-la “levantando vivas ao aniversário da restauração pernambucana, a família imperial e ao povo do município”¹⁷⁰. Ao fundo, girândolas de fogos de artifício denunciavam a magnitude do evento. De acordo com o historiador Josemir Camilo de Melo¹⁷¹ a construção das ferrovias possibilitou a formação de uma nova classe média composta por técnicos e engenheiros, que passam a transitar entre as elites agrárias já estabelecidas, no caso de Pernambuco, os proprietários de engenho.

A estrada é aberta ao tráfego no dia 25 de março de 1885, cinco anos após o início da obra. Carlos Alberto não presenciou a inauguração, alega que desentendimentos com um funcionário¹⁷² o levaram a pedir demissão ainda nos fins de 1884. O episódio é narrado com desconfiança pelo jornal *América ilustrada*¹⁷³, que levanta suspeitas de irregularidades e superfaturamento da obra: “Por falar em estrada de ferro, metamos nós o nariz no prolongamento da estrada de ferro Recife a São Francisco. (...) Perguntemos, qual a razão para que o engenheiro fiscal pedisse demissão?”. A construção das ferrovias foi objeto de diversas denúncias de corrupção. Uniram-se capital estrangeiro e agentes do poder público para retirar

¹⁶⁹ Jornal do Recife, 27 de janeiro de 1881.

¹⁷⁰ Jornal do Recife, edição n° 0025, 1881.

¹⁷¹ MELO, Josemir Camilo. *Modernização e mudanças: o trem inglês nos canaviais do nordeste (1852-1902)*. Tese (doutorado em história). Universidade Federal de Pernambuco, 2000, 377f.p.21.

¹⁷² A versão narrada por Collier seria a de que um dos empreiteiros se recusaram a cumprir uma ordem de Carlos Alberto, que sem o apoio da empresa para resolução do caso, decidiu demitir-se. COLLIER. Op.Cit.p. 42

¹⁷³ Jornal *América Ilustrada*, 08 de junho de 1879.

o máximo de dinheiro e vantagens dos cofres do império, talvez por esse motivo a demissão de Carlos Alberto tenha levantado suspeitas.

Mas a partida de Jaboatão era mesmo certa. Após demitir-se, Carlos Alberto retorna ao Rio de Janeiro com a família, pois já era pai de duas crianças. De volta a sua terra natal, trabalharia na estrada de ferro do norte e no serviço de abastecimento de água. À época seu tio, o também engenheiro civil Francisco de Paula Bicalho, ocupava cargo de chefia na Empresa de Obras e Abastecimento de Água do Rio de Janeiro, além de ter sido fiscal técnico da estrada de ferro Dom Pedro II, o que pode ter facilitado a contratação de Carlos Alberto junto a administração pública imperial, temos ainda o fato do seu pai ser um funcionário público de carreira, com muitos anos de serviços prestados ao império.

Porém há uma versão que afirma ter sido o comerciante Adolfo Pereira Carneiro o responsável por obter uma colocação profissional para Carlos Alberto na cidade do Rio¹⁷⁴. A amizade teria sido construída em Jaboatão, onde ambos residiam à época. É provável que o engenheiro lhe tenha confidenciado as dificuldades e os dissabores enfrentados enquanto fiscal da estrada de ferro central, e o amigo por sua vez, trataria de assegurar que caso decidisse retornar ao Rio de Janeiro, trabalho não lhe faltaria. Dono da Pereira Carneiro & C., Adolfo Pereira era uma figura de fato influente, sua empresa importava carne de charque da província do Rio Grande do Sul e do Rio da prata para abastecer o mercado de Pernambuco, além de atuar enquanto exportador de açúcar, aguardente, algodão e ser ainda agente financeiro do banco do Brasil¹⁷⁵, um investidor que atuava em várias frentes.

A rede de sociabilidade tecida em Jaboatão por Carlos Alberto incluiria ainda o comendador Antonio Muniz machado¹⁷⁶, que de forma semelhante a Pereira Carneiro, comercializava charque em um armazém situado no largo do corpo santo, centro do Recife. Muniz Machado e Pereira Carneiro chegaram a firmar uma parceria comercial, ao registrarem um contrato de sociedade, conforme consta no jornal diário de Pernambuco, na edição de 20 de janeiro de 1879. A relação não foi apenas comercial, uma vez que Pereira Carneiro se tornou genro de Muniz Machado.

¹⁷⁴ AZEVEDO, Ferdinand. *Ação social católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.p.14.

¹⁷⁵ *Idem*.

¹⁷⁶ Este último se juntaria a Carlos Alberto em 1899, em um apelo publicado no jornal do Recife que solicitava doações para a construção de um mausoléu destinado a abrigar os restos mortais do responsável pela criação da SSVP em Recife, o padre da congregação dos irmãos de caridade Arsenio Vuillemin. Jornal do Recife, 08 de setembro de 1889.

De volta ao Rio de Janeiro, Carlos Alberto e sua família aparentemente seguem a vida. Não conseguimos informações do período que lá residiram após este retorno, apenas que no ano de 1887, o engenheiro receberia um convite para retornar à Pernambuco. O “amigo e patrocinador”¹⁷⁷ Pereira Carneiro, entraria em cena, ao intermediar a contratação de Carlos Alberto, indicado por ele para ocupar o cargo de diretor-gerente da companhia de trens urbanos ferro-carril, com praça na cidade do Recife. Carlos Alberto aceita o convite, e assim refaz a travessia feita em 1878, mas a experiência que adquire tanto em Pernambuco, quanto na cidade do Rio de Janeiro, talvez o distanciem daquele jovem recém-formado, que há quase uma década atrás desembarcava no porto do Recife com destino a Garanhuns.

Aceitar o convite não implicava apenas mudar de cidade ou estado, mais a mudança profissional de um engenheiro civil, que assumiria a responsabilidade de gerenciar uma empresa de porte considerável, como era a Ferro-Carril à época. Uma mudança desse nível era arriscada, e caso não fosse bem sucedida, poderia comprometer por definitivo sua incursão no mundo empresarial, e implodir as pontes que os amigos bem posicionados haviam construído.

A companhia Ferro- Carril operava na cidade do Recife realizando transporte de passageiros por bairros circunvizinhos. O decreto de nº 4.612, publicado em 19 de outubro de 1870, autoriza a companhia de transportes urbanos a operar na capital pernambucana. A princípio os veículos contavam com tração animal. Além de serem identificados com o nome da linha, os bondes se diferenciavam também por cor, um esforço em atender aos usuários analfabetos, responsáveis por mais de 80% da população no período.¹⁷⁸

Uma das primeiras ações de Carlos Alberto enquanto gerente da companhia de transportes, foi a criação de uma sociedade beneficente em prol de seus funcionários. No 11º relatório da companhia é possível encontrar algumas questões relativas à organização e objetivos da associação. A entidade “concedia auxílio em dinheiro a seus sócios, garantia pensões para viúvas e inválidos, fornecia assistência médica e farmacêutica, fazia empréstimos aos sócios em diversas situações previstas no estatuto”.¹⁷⁹ Nota-se que a associação atuava em

¹⁷⁷ AZEVEDO. Op.Cit.p.14.

¹⁷⁸ O censo realizado em 1872 dá conta de que a população com mais de cinco anos corresponderia a um total de 8.854.774, desses 7.290.293 eram analfabetos. CARVALHO, Carlos Henrique de; FERREIRA, Ana Emília. *Escolarização e analfabetismo no Brasil: estudo das mensagens dos presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1890-1930)*. Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf>. Acesso dia 23/01/2023.

¹⁷⁹ COLLIER. Op.Cit.p.47.

várias frentes, no entanto, seu objetivo principal consistia em fornecer auxílio aos funcionários e suas famílias, no caso de morte ou doença do provedor.

A viabilidade da associação dependia de recursos financeiros para que as ações propostas de fato se concretizassem. A solução encontrada foi estipular contribuições de duas fontes distintas: os funcionários, e a própria companhia. Neste caso, coube aos primeiros arcarcom a maior parte dos custos, em contrapartida, a empresa oferecia contribuições referentes a um dia de serviço. A presença de Carlos Alberto para a continuidade da associação mostrou-se vital. Ao se retirar da companhia no ano de 1891, a subvenção empresarial deixaria de ser repassada. Desse modo “com sua saída, porém, esse auxílio é cortado, não sendo restabelecido apesar dos pedidos feitos pela sociedade”.

Nota-se também que a atuação do agora gerente da Ferro-Carril na sociedade católica de São Vicente de Paulo recifense, da qual tornou-se integrante, intensifica-se nesse período, e segue em paralelo às suas atividades na companhia de transportes urbanos. Assume a direção da conferência vicentina, e sob sua administração, os vicentinos recifenses alcançam feitos relevantes, como a compra de uma sede própria para encontros e outros eventos. Localizada na rua da Aurora, área central da cidade, lá “estabeleceu a sala de sessões e assembleias gerais, ornada com um pequeno altar, instalou a biblioteca, deu-lhe o preciso conforto e instituiu uma reunião íntima às quintas-feiras”.¹⁸⁰

O bazar para os pobres e a criação das obras do patrocínio e da propaganda, que deveriam ajudar a expandir o raio de atuação dos vicentinos, foram alguns dos feitos de Carlos Alberto durante sua breve passagem enquanto diretor da sociedade. Nesse primeiro momento, atuou enquanto interino, ao substituir o fundador da conferência no Recife, padre Arsênio Vuillemin. Assim permaneceria na Ferro Carril, até aceitar uma proposta de trabalho que o colocaria à frente de uma fábrica têxtil a ser construída nas terras de um antigo engenho pernambucano.

¹⁸⁰ COLLIER. Op. Cit. p. 52.

3 CARLOS ALBERTO E O MUNDO DO TRABALHO EM PERNAMBUCO

No dia 31 de janeiro de 1891 é inaugurada a fábrica de tecidos de Camaragibe. Junto com a usina João Alfredo, o empreendimento integraria a Companhia Industrial Pernambucana. A CIPER foi uma sociedade de capital privado, com sede na cidade do Recife, que possuía como principais acionistas dois velhos conhecidos de Carlos Alberto dos tempos de Jaboatão: Muniz Machado e Pereira Carneiro. O objetivo da companhia, conforme consta no artigo primeiro de seu estatuto, seria “explorar no estado de Pernambuco e em seus estados vizinhos, todas as indústrias que parecerem remuneradoras; a começar, porém, pelas duas que correspondem aos dois principais produtos do norte – a cana e o algodão”¹⁸¹. A CIPER ainda construiria uma fábrica de tijolos, anexa a de tecidos, que tanto serviria para erguer a fábrica principal, quanto para gerar receita através de encomendas feitas por terceiros.¹⁸²

A época Camaragibe era uma das três regiões do segundo distrito pernambucano do município de São Lourenço da Mata, seu nome deriva de um vocábulo indígena, que significa terra dos camarás, planta encontrada em abundância na região,¹⁸³ seus primeiros habitantes pertenciam a etnia Tupi, expulsos pelos portugueses no início do século XVI. O engenho Camaragibe, propriedade que abrigaria a fábrica de tecidos, era um dos mais antigos de Pernambuco, e chegou a ser destruído por abrigar secretamente uma sinagoga durante a política de perseguição aos judeus e cristãos novos empreendida por Portugal no ano de 1555. Situado às margens de uma estrada de rodagem, 9 km o separava de sua sede, São Lourenço da Mata. No mapa abaixo podemos observar em destaque a proximidade geográfica entre Camaragibe e São Lourenço, bem como suas áreas fronteiriças.

¹⁸¹ Estatuto Companhia Industrial Pernambucana. Coleção fábrica de Camaragibe. CEHIBRA/FUNDAJ.

¹⁸² Relatório da Companhia Industrial Pernambucana, Jornal do Recife, 29 de outubro de 1892.

¹⁸³ Os outros dois distritos eram Penedo de Baixo, localizado à margem direita do rio Capibaribe e Timbí, à margem esquerda do mesmo rio. MARANHÃO, José de Albuquerque. *História de São Lourenço da Mata*. s/d.

Mapa 2. Mapa Região metropolitana do Recife.



Fonte: <http://cabecasport.blogspot.com/2010/08/>. Acesso dia 01/12/2022.

A região dispunha de condições adequadas para a instalação de uma fábrica de tecidos: água em abundância fornecida pelo açude São Bento, localizado às margens do engenho, uma linha de trem para escoamento da produção até o Porto do Recife, e grande extensão de terras para construção de uma planta fabril que poderia ser expandida, caso houvesse necessidade. O pesquisador Gadiel Perucci afirma que a concentração industrial em Pernambuco era praticamente inexistente até a década de 1860. A partir da década de 1870 cresceria o número de petições¹⁸⁴ junto ao estado de Pernambuco, onde os requerentes solicitaram autorização para pôr em funcionamento indústrias das mais diversas: pregos, fósforos, papel, fiação e tecidos, velas, vidros, curtumes, tinta de escrever e cartas de jogar. Em 1900 a indústria têxtil ocupava a terceira posição em quantidade, ultrapassada apenas pela indústria de produtos alimentícios (2º lugar) e extrativista (1º lugar).¹⁸⁵

No que diz respeito ao algodão, durante as últimas décadas do século XIX o produto sofreria uma queda considerável no volume exportado, sobretudo porque o principal comprador brasileiro, a Grã Bretanha, teria desenvolvido uma lavoura concorrente em seu protetorado no

¹⁸⁴ Série documental petições (fábricas) índice / Arquivo Público Jordão Emerenciano setor de manuscritos.

¹⁸⁵ PERUCCI, Gadiel. *A República das Usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. pp. 136-137.

Egito, o que “levou muitos produtores e comerciantes locais a optarem pela transformação do algodão em tecido, com o objetivo de atender a demanda do mercado interno brasileiro”.¹⁸⁶

A história de Carlos Alberto se entrecruza com a da CIPER no ano de 1889, quando é convidado pelo amigo Pereira Carneiro para dirigir um dos empreendimentos da companhia, a usina João Alfredo, localizada no município de Goiana, extremo norte de Pernambuco, e repassada a CIPER como amortização de dívidas contraídas entre a firma Loyo, antiga proprietária da usina, e a companhia.

O engenheiro se demonstra honrado com o convite que de certa forma prestigiava suas qualidades de gerente, mas decide recusar a proposta, justifica dificuldade em educar seus cinco filhos caso partisse com a família rumo a uma região tão afastada do Recife quanto era Goiana, distante aproximadamente 60 km e com uma estrutura de cidade interiorana, que orbitava em torno de inúmeros engenhos. Se até a primeira década do século XX a cidade possuía apenas duas escolas particulares, e algumas dezenas de professores estaduais e municipais que ministravam aulas avulsas¹⁸⁷, imaginamos que o cenário do século anterior era mesmo limitado em termos de possibilidades de ensino naquela localidade.

Pereira Carneiro não desistiu da ideia de ter Carlos Alberto enquanto parceiro, o que se concretizaria dois anos depois, em 1891. Carneiro vê na produção de tecidos uma boa oportunidade financeira. Ao comparar o cenário de Pernambuco com o do Rio de Janeiro, que concentrava grande parte das fábricas do setor, conclui “(...) que as tecelagens eram muito rentáveis, mesmo com a concorrência estrangeira. O custo do algodão no Nordeste era 15% menos que no sul do país, e os salários 30% menos”¹⁸⁸. Um cálculo comparativo entre as cidades do Rio de Janeiro e Recife referente ao salário dos trabalhadores da indústria açucareira, apresenta os seguintes valores para uma jornada de 12 horas de trabalho sem alimentação: entre 2.500 a 3.000 reis para trabalhadores do Rio de Janeiro, e algo entre 1.200 a 1.400 para trabalhadores pernambucanos.¹⁸⁹ Novamente seria Carlos Alberto convidado por Pereira Carneiro para gerenciar um empreendimento da CIPER, mas desta nova proposta, não declinaria.

¹⁸⁶ LIMA. Op. Cit p.18.

¹⁸⁷ CAMILO, Josemir. *Retrato de Goiana em 1915*. Disponível em: <https://www.ihaggo.org/retrato-de-goiana-em-1915/> acesso dia 25/09/2022.

¹⁸⁸ AZEVEDO, Ferdinand. *Ação social católica no Brasil: corporativismo e sindicalismo*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.16.

¹⁸⁹ PERUCCI. Op. Cit.p.223.

Camaragibe estava mais próxima da cidade do Recife quando comparada com Goiana, 11 km em média, além do deslocamento ser facilitado pelo ramal ferroviário Recife/Limoeiro. A linha partia do Brum, centro do Recife, e cruzava alguns bairros da zona norte da cidade “(...) seguia pelo traçado da atual Avenida Norte, construída somente no século seguinte. Após passar por Encruzilhada e Casa Amarela, a linha passava próximo a Dois Irmãos no sentido São Lourenço, cruzando antes as terras do Engenho Camaragibe”¹⁹⁰. Todos os bairros localizados na margem norte do Rio Capibaribe foram entre as décadas de 1870 e 1880 os melhores servidos de transporte, não apenas ferroviário, quanto por maxambombas e navegação fluvial.¹⁹¹ A fábrica de tecidos de Camaragibe, após inaugurada, receberia ainda uma estação, chamada de fábrica industrial¹⁹², com saídas diárias da capital Recife.

Chamamos atenção para o fato de que embora mais próxima do Recife e melhor servidade de transporte, Camaragibe não se diferenciava muito de Goiana, sobretudo no que diz respeito às possibilidades educacionais, um dos motivos alegados por Carlos Alberto para recusar a primeira proposta feita por Pereira Carneiro. Se seria difícil educar filhos em Goiana, também seria em Camaragibe. Não localizamos quantidade expressiva de colégios nas duas regiões, em Camaragibe não encontramos nenhum, e em São Lourenço, sede do distrito, apenas notícias de meados do século XIX levantadas pelo pesquisador Carlos Filho “do colégio de Gervazio Elysio Bezerra Cavalcanti”.¹⁹³

A solução encontrada pelas elites econômicas era mesmo enviar seus filhos para internatos na capital Recife ou contratar preceptores particulares, opção utilizada por Carlos Alberto para resolver a questão da falta de colégios em Camaragibe. Consta no 1º relatório da Corporação Operária da fábrica, que um padre da congregação do Sagrado Coração de Jesus, além de celebrar missas na capela do empreendimento que viria a ser construído, teria por função ministrar aulas particulares para os filhos do engenheiro.¹⁹⁴

¹⁹⁰ CARDOSO, André Luiz Rocha. *Trens de subúrbio nas rotas de exportação: Uma dinâmica urbana para as ferrovias pernambucanas de longa distância (1858 – 1900)*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Pernambuco, 2018, p.42.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² Outras estações ferroviárias foram criadas a partir de empreendimentos fabris nas duas últimas décadas do século XIX, caso da Tiuma, a partir da instalação de um engenho central na região de mesmo nome, e outra nas proximidades da fábrica de tecidos da Macaxeira. Idem p.44

¹⁹³ FILHO, Carlos Antonio Pereira Gonçalves. *Escola de primeiras letras: o ensino público primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17414/1/ESCOLA%20DE%20PRIMEIRAS%20LETRAS%20%281%29.pdf> acesso dia 20/10/2022.

¹⁹⁴ Corporação Operária de Camaragibe, 1º Relatório, arquivo fábrica de Camaragibe. CEHIBRA/FUNDAJ.

Em seu livro, Eduardo Collier apresenta outro motivo para Carlos Alberto declinar da proposta inicial de Goiana: o clima. Acometido anos antes pela febre amarela, popularmente conhecida como impaludismo à época, segundo o autor, nosso personagem temia contrair novamente a doença caso residisse em uma região de “clima palustre”, hipótese que ao nosso ver não se sustenta, uma vez que “as mortes devido a presença do impaludismo dependiam muito da forma como a doença se fazia presente no momento, bem como às condições ambientais de cada período”¹⁹⁵.

Então porque fazer de Camaragibe sua residência, uma vez que os argumentos apresentados, desde a escola para os filhos, ao medo de adoecer, não encontram respaldo na prática? Nossa hipótese é que desde essa época Carlos Alberto alimentava o desejo de implementar uma fábrica de orientação cristã. A sazonalidade dos trabalhadores da cana, caso da usina de Goiana, talvez dificultasse a implantação de um projeto nos moldes que desejava. Quando utilizamos a expressão “fábrica cristã”, nos referimos a um empreendimento de capital privado, de orientação confessional católica, onde a prática religiosa atravessava as relações cotidianas, conforme detalharemos adiante. As fábricas pioneiras nessa organização pertenciam ao setor têxtil.

No ano de 1890, alçado à condição de gerente da fábrica de Camaragibe, Carlos Albertoviaja até a cidade do Rio de Janeiro com o propósito de visitar fábricas do setor, missão que conclui em dois meses. Na ocasião também negocia máquinas para a fábrica de tijolos. Em seguida parte rumo a Europa, pois ficaria sob sua responsabilidade a compra do maquinário, além de conhecer o que havia de mais moderno na fabricação de tecidos no mundo. O engenheiro aproveitaria também para observar *in loco*, um modelo de gerencialismo católico posto em prática por uma fábrica do setor, localizada no norte da França.

Os boletins vicentinos ainda em circulação, são folhetos publicados periodicamente, uma espécie de revista onde os “confrades” e “consócias” da SSVP são informados sobre ações realizadas por vicentinos e católicos de diversas regiões do mundo. Possuem por objetivo promover a integração entre os assinantes, ainda mais se pensarmos no século XIX, onde a comunicação entre continentes era primordialmente escrita. Foi folheando um desses boletins, como provavelmente já fizera tantas vezes, que Carlos Alberto conheceria uma experiência de

¹⁹⁵ NERY, Ana Karoline de Freitas; CARDOSO, Elisangela Barbosa in *O impaludismo/ malária no Piauí: medidas profiláticas e ações terapêuticas para o tratamento entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX*. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 15, n. 29, jul. - dez. 2021. ISSN: 1982 -193X. p. 137

patronato cristão em desenvolvimento no distrito francês de Val-des-Bois¹⁹⁶. Naquele país, um industrial chamado Léon Harmel consolidava um modelo de gerencialismo católico, cujo objetivo principal, consistia em promover a elevação moral e material de seus operários. Harmel pertencia a uma tradicional família de industriais católicos franceses, que desde o ano de 1862 integravam a ordem católica terceira de São Francisco de Assis:

As Ordens Terceiras foram associações religiosas de leigos que frequentemente se utilizavam de critérios de limpeza de sangue e de costumes para a seleção de seus membros, sendo tradicionalmente caracterizadas pela historiografia como instituições que reuniam membros das elites locais entre seus irmãos.¹⁹⁷

O destaque alcançado pelo industrial francês a partir das duas últimas décadas do século XIX, guardava relação com sua imagem de patrão preocupado em desenvolver ações que melhorassem a situação dos operários, a principal delas, a criação do que hoje nomearíamos de previdência social, com objetivo de amparar financeiramente o trabalhador em caso de doença, e suas famílias, se o mesmo viesse a falecer.

Carlos Alberto e Harmel tornaram-se amigos, fato que pode ser comprovado através de troca de correspondências mantidas entre ambos, e da assistência proporcionada a Carlos Alberto em sua viagem à França, quando visitou as instalações da fábrica de Harmel. Para uma melhor compreensão do modelo de gerenciamento cristão implantado pelo industrial francês, bem como sua influência nas ações desenvolvidas por Carlos Alberto enquanto gerente da fábrica de tecidos de Camaragibe. Consideramos necessário apresentar a situação em que viviam os trabalhadores têxteis daquele país, relevante para que uma parcela de industriais leigos católicos do período se agrupassem em torno de um movimento denominado *democracia cristã*.

3.1 DEMOCRATAS CRISTÃOS

As primeiras pesquisas sociais direcionadas à classe operária foram desenvolvidas por leigos católicos¹⁹⁸. A partir de 1830, o laicato passa a atuar de forma organizada no sentido de

¹⁹⁶ Um dos católicos ligados ao movimento Democrata Cristão, o padre francês Léon Déhon, afirma em documento, que o primeiro contato de Carlos Albert com a democracia cristã se dá através de leituras dos boletins vicentinos. Trechos do documento podem ser encontrado em

¹⁹⁷ SOUSA, C. O “Estatuto Particular” da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: critérios de recrutamento e estrutura administrativa. Revista De História Da UEG, 8(2), 2019. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9643>. Acesso dia 01/11/2022.

¹⁹⁸ ALMEIDA. Op.Cit.p.232.

propor melhorias nas condições de vida e trabalho dos operários, o próprio Léon Harmel adotaria o slogan “fazer tudo com o operário, nada sem ele e, *a fortiori*, jamais contra ele”.¹⁹⁹

Um dos trabalhos mais importantes do século XIX responsável por lançar as bases desse catolicismo direcionado à classe trabalhadora, sobretudo aos operários, seria o relatório intitulado *État physique et moral des Ouvriers*²⁰⁰ elaborado pelo médico católico francês Louis Villermé. Publicado pela academia de ciências morais e política francesa, que em 1837 lançaria um concurso para selecionar pesquisas cuja temática estivesse relacionada às questões sociais. O vencedor além de ter o trabalho publicado, receberia uma medalha de ouro e 1.000 francos. O concurso tinha por finalidade selecionar estudos inspirados na temática *do industrialismo nas suas relações com a sociedade do ponto de vista moral*.

A relevância do trabalho do Dr. Villermé se dá sobretudo pelos detalhes que fornece acerca da vida dos trabalhadores das fábricas por ele visitadas. Para escrever o *État physique et moral des Ouvriers*, relata ter acompanhado o operário da fábrica até a oficina: “Entrei com ele, estudei-o dentro de sua família; participei de suas refeições. Eu fiz mais; (...) queria vê-lo em seus prazeres, observá-lo nos lugares de suas reuniões.”²⁰¹

Villermé já contava com diversas publicações acadêmicas antes de ter seu trabalho selecionado pela academia de estudos sociais francesa. Em 1820 publica o livro *As prisões, como são, como deveriam ser em relação a higiene, mortalidade e economia*. No ano de 1818 apresentaria à sociedade francesa o estudo *A fome e seus efeitos sobre a saúde nas sociedades que são teatros de guerra*. Em 1824 “*A mortalidade na França na classe abastada, comparada à que ocorre com os indigentes*”.

Nas primeiras páginas de seu estudo sobre os trabalhadores têxteis da França, Villermé descreve a complexa cadeia de transformação do algodão, que empregava homens, mulheres e crianças em um sistema de produção que se subdividia entre fiação, tecelagem e impressão do linho. O processo de descascar o algodão, sua cardagem, e principalmente, o enrolamento do fio, embora também pudesse ser realizado por homens, era comum que ficasse a cargo das

¹⁹⁹ ALMEIDA.Op.Cit.232.

²⁰⁰ Título original. Tradução livre: *Tabela do estado físico e moral dos trabalhadores*. VILLERMÉ, Luis Renné. *Tableau del' état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton*. Paris: Jules Renouard, 1840.

²⁰¹ Tradução livre. Texto original: “J’ai fait plus: je l’avais vu dans ses travaux et dans ses travaux et dans son ménage, j’ai voulu le voir dans ses plaisirs, l’observer dans les lieux de ses réunions.” VOLLERMÉ.Op.Cit.p.10.

mulheres e de seus filhos. Chamadas de *pedreiros*, as crianças encarregavam-se de vigiar os fios, amarrar os que se partissem e limpar as bobinas. Algumas funções como a dos gravadores, operários que produziam as tábuas ou rolos de metal utilizados para estampar os tecidos, era realizada apenas por homens, embora as mulheres também contribuíssem nesse processo, enchendo as tábuas de alfinetes e redes de latão. Crianças entre seis e doze anos de idade, chamadas de *gavetas* ou *escovas*, ficavam presas às tábuas de impressão, encarregadas de garantir que as mesmas permanecessem abastecidas com tinta.²⁰²

A fábrica de Camaragibe após inaugurada também empregaria crianças no setor de fiação, prática comum nas indústrias têxteis, validada em discursos proferidos por industriais, que alegavam a necessidade do emprego de mão-de-obra infantil para expansão do setor, que no Brasil, se deu a partir de meados do século XIX. Na companhia industrial fabril, por exemplo, fábrica localizada no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, dos 230 operários, 72 eram crianças, divididos entre 44 meninos e 28 meninas. Um dos maiores industriais do setor até o século XIX no Brasil era Jorge Street, que afirmava sempre lhe causar curiosidade o fato “das crianças saírem alegres e brincando após 10 horas de trabalho”.²⁰³ Nos seus primeiros anos de funcionamento, Camaragibe empregaria 660 operários, destes, os homens eram maioria, 348, seguidos das mulheres, 221, e por fim os menores de 14 anos, que chegavam a 91.²⁰⁴ Na imagem abaixo é possível visualizar alguns desses trabalhadores.

²⁰² VILLERMÉ. Op. Cit. p. 277.

²⁰³ PIRES, Isabelle; FONTES, Paulo. *Crianças nas fábricas: o trabalho infantil na Indústria Têxtil carioca na Primeira República*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0101, maio/ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312302020e0101> acesso em 22/10/2022. p.5

²⁰⁴ Jornal Diário de Pernambuco, 25 de julho de 1902.

Figura 4: Operários da fábrica de tecidos de Camaragibe. s/d.



Fonte: Arquivo Fundação Joaquim Nabuco, Recife, CEHIBRA (Coleção Família Collier).

A fotografia acima foi catalogada nos arquivos sob o título “operários da fábrica de Camaragibe”, onde é visível a quantidade de crianças e adolescentes trabalhadores. Ao ampliarmos a imagem, conseguimos identificar um total de 11 crianças operárias, dentre as 15 pessoas que posam para o fotógrafo.

O uso da força de trabalho das crianças era prática recorrente tanto na indústria têxtil, quanto em outros setores produtivos, conforme aponta a documentação consultada²⁰⁵. Em 14 de junho de 1892, Herman Lundgren, proprietário de uma fábrica de pólvoras no município do Cabo de Santo agostinho, região sul de Pernambuco, solicitaria ao governador do estado autorização para admitir até 10 crianças. No documento ressalta que estas tanto poderiam ser órfãs, quanto desvalidas. O industrial se compromete a fornecer “alimentação, vestuário e tratamento médico, e depois de um ano de aprendizagem, salário estipulado e relativo aos serviços que cada um prestar”.

Ao publicar sua obra *O Capital* no ano de 1867, o pensador alemão Karl Marx no capítulo intitulado *Apropriação das forças de trabalho subsidiadas pelo capital*, aponta como a mecanização das fábricas aumentaria a contratação de mulheres e crianças, uma vez que a força física não seria mais o principal critério para admissão. Onde não havia mais preocupação com sexo ou idade, todos estariam liberados para vender sua força de trabalho. Segundo Marx, o trabalho forçado para o capitalista retiraria das crianças o direito de brincar. O teórico utiliza

²⁰⁵ Serie documental petição /fábricas, folha nº133. Arquivo público Jordão Emerenciano setor de manuscritos.

o seguinte exemplo para ilustrar a flexibilização do perfil dos operários contratados, a partir do momento em que as máquinas são introduzidas nas fábricas:

É possível por exemplo que a compra de uma família parcelada em quatro forças de trabalho, custe mais que a força de trabalho de seu chefe, mas em compensação temos agora quatro forças de trabalho no lugar de uma (...) para uma família sobreviver agora são quatro pessoas que tem de fornecer ao capital não só trabalho, mas mais – trabalho.²⁰⁶

Dando continuidade as impressões de Villermé acerca dos trabalhadores franceses, o mesmo ressalta que alugar um imóvel nas proximidades da fábrica também era oneroso e principal motivo para muitos operários morarem longe do trabalho, e “ao cansaço de um dia, já desproporcionalmente longo, já que são pelo menos 15 horas, vem somar-se para esses infelizes, o dessas idas e vindas tão frequentes, tão dolorosas”,²⁰⁷ constataria Villermé.

Um das alternativas utilizadas com frequência para baratear o preço do aluguel e evitaros longos deslocamentos diários, seria compartilhar o mesmo imóvel com outras famílias. Amontoados na hora de dormir e sem privacidade, era difícil descansar no pouco tempo que passavam fora das fábricas.

Sobre a alimentação daqueles operários, o pesquisador francês observa que era condicionada pela posição ocupada nas fábricas. Os mais pobres trabalhavam no setor de fiação e tecelagem, e se alimentavam basicamente de batatas “sopas magras, um pouco de laticínios ruins, massas ruins e pão (...) eles só comem e bebem vinho no dia do pagamento ou depois, ou seja, duas vezes por mês”²⁰⁸. A situação era um pouco melhor para os trabalhadores das oficinas de construção, estes podiam acrescentar às refeições uma quantidade pequena de charcutaria aos vegetais e batatas, e ao contrário do primeiro grupo, bebiam vinho todos os dias.

Villermé chamará atenção para a convivência entre homens e mulheres nas fábricas, e apresentara algumas estratégias adotadas por industriais para garantir um ambiente “moralizado e isento de promiscuidade”, dentre elas, estariam a separação das oficinas por gênero, e a liberação das mulheres alguns minutos antes dos homens, a fim de evitar encontros ao término do expediente.

²⁰⁶ MARX, Karl. *O capital*. Livro I. 2º ed. São Paulo: Boitempo. 2011. p.377.

²⁰⁷ Tradução livre. Texto original: “Ainsi, à la fatigue d'une Journée déjà démesurément longue, puisqu'elle est au moins de 15 heures, vient se Joindre pour ces malheureux, celle de cesallées et retours si fréquents, si pénibles”. VILLERMÉ. Op.Cit.p. p. 34.

²⁰⁸ Tradução livre. Texto original: “Ils ne mangent de la viande et ne boivent du vin que le jour ou le lendemain de la paie, c'est-à-dire deux fois par mois”. VILLERMÉ. Op.Cit. p. 44.

Carlos Alberto chegou a lamentar não ser possível a separação total por gênero em Camaragibe. A grande demanda por trabalhadores flexibilizou algumas questões relativas à moral. No terceiro relatório da Companhia Industrial Pernambucana, nosso personagem faria a seguinte ressalva:

Em Camaragibe já é sabido que não admitimos mulheres e meninas sem serem de família e famílias legítimas, moralizadas e honestas. Quanto aos meninos tem sido impossível porque precisando de muitos para o trabalho não nos bastavam os filhos das famílias que temos admitido²⁰⁹.

O diferencial do estudo de Villermé recai no fato de que pela primeira vez os aspectos morais que permeavam a vida do operário foram sistematizados. As observações do médico não eram apenas eivadas pelo preconceito do integrante de uma classe que se julgava superior moralmente a outra, o historiador Eric Hobsbawm ressalta que “(...) os contemporâneos que deploravam a desmoralização dos novos pobres industrializados e urbanos não estavam exagerando”.²¹⁰ As cidades cresciam dia a dia, sem serviços básicos de higiene, sem moradias e até mesmo água. A tudo isso somavam-se as epidemias de tifo e cólera. Prostituição, alcoolismo, infanticídio, suicídio e demência, conforme concluiria Villermé em seus estudos, eram questões que guardavam profunda relação com o cataclismo econômico e social que enredava não apenas os trabalhadores têxteis, mas toda classe operária europeia.

Com base nas informações apresentadas no estudo publicado por Villermé surgirá a partir da primeira metade do século XIX três correntes de pensamento católicas dedicadas a intervir na situação dos operários: os católicos românticos, os democratas cristãos e os socialistas cristãos. Ressaltamos a dificuldade em encontrar estudos publicados em língua portuguesa que abordem as especificidades dessas correntes de pensamento.

Conforme ressalta Oliveira Os *românticos* eram maioria: “A escola romântica é formada por pensadores católicos que buscam no passado, não só a inspiração, mas também os fundamentos das estruturas políticas e sociais”²¹¹. Eram nostálgicos em relação à época anterior à revolução francesa, onde a igreja desfrutava tanto de prestígio, quanto benefícios e privilégios, daí serem classificados enquanto conservadores ou tradicionalistas.

Com uma pauta reformista, os *socialistas cristãos* possuíam enquanto proposta abolir o capitalismo, a separação entre capital e trabalho e instalação de uma ordem comunitária e

²⁰⁹ Companhia Industrial Pernambucana, 3º Relatório. 1895, p. 37. Série Produção Intelectual, Pasta 7. CEHIBRA/FUNDAJ.

²¹⁰ HOBBSAWN. Op. Cit. p.283.

²¹¹ OLIVEIRA. Op. Cit. 234.

socialista²¹². Não acreditavam na luta de classes, mas “(...) aceitam com entusiasmo o regime republicano e os princípios da revolução francesa”²¹³.

Já a *Democracia Cristã* criticava a exploração dos trabalhadores e a busca exacerbada pelo lucro acima de todas as coisas. É a corrente de ação e pensamento em que se filiam Harmele Carlos Alberto, este último, inclusive, elaboraria um rascunho sobre os princípios da democracia cristã, ainda preservado em seus arquivos pessoais:

A democracia cristã tem por programa realizar uma organização social da qual resulta espontaneamente e sem esforço a prosperidade tanto pública como privada, e a felicidade de todos os membros da sociedade, particularmente os homens do trabalho. Ela reclama por este motivo uma série de reformas destinada a proteger os proletários contra as injustiças²¹⁴.

Essa corrente católica de pensamento atingiria seu auge entre os anos de 1891-1893, onde se esforçaria em disseminar uma mensagem religiosa de cunho católico, sobretudo baseada na ideia de que a posição ocupada por cada indivíduo na sociedade, decorria da vontade divina, e que caberia aos patrões, estes católicos, assegurar, conforme escreveria Carlos Alberto, que os operários fossem protegidos das injustiças. Ignora-se assim, o fato de que muitas dessas injustiças seriam provocadas pelos próprios patrões. Leon Harmel reconhecia os excessos cometidos, sobretudo na exploração por vezes desumana dos trabalhadores, e chamava a atenção dos industriais no sentido de não despertarem a inveja de seus funcionários, pois “se você manda o operário viver com sobriedade e conformar-se com sua situação, ostentação e luxo contrapõe esse discurso”²¹⁵, afirmaria.

Por muitas vezes as três correntes eram definidas enquanto catolicismo social, termo genérico que englobava diferentes denominações. Um dos idealizadores da democracia cristã junto à Leon Harmel, o francês cônego Dehon²¹⁶, afirmaria que o diferencial dos Democratas residia no fato deles serem “homens da ação”²¹⁷, enquanto os outros grupos concentravam seus esforços em apresentar soluções de cunho teórico para resolução de conflitos sociais. Diria ser a *democracia cristã* um plano prático, não uma doutrina filosófica. Todos os grupos católicos que se propuserem a intervir socialmente, compartilhavam da ideia de que a “desigualdade

²¹² OLIVEIRA. Op. Cit. 235.

²¹³ OLIVEIRA. Op. Cit.p.236.

²¹⁴ Coleção fábrica de Camaragibe, Programa democracia cristã. CEHIBRA/ FUNDAJ.

²¹⁵ MOUNTUCLARD. Op.Cit.p.38.

²¹⁶ O padre Francês Léon Dehon foi uma figura importante para o movimento democrata cristão, onde veio a criar a congregação católica do Sagrado Coração de Jesus que tinha como principal objetivo atuar junto aos operários diretamente nas fábricas. AZEVEDO. Op. Cit.p18.

²¹⁷ MOUNTUCLARD. Op.Cit.p.38.

social é inelutável, providencial”²¹⁸, no entanto os Democratas defendem que as classes altas possuíam a obrigação de “melhorar a sorte das classes menos favorecidas”²¹⁹.

Os trabalhadores da fábrica de tecidos de Camaragibe possuíam uma jornada de 10 horas diárias de trabalho e trabalhavam 6 dias por semana, com exceção do domingo, dia reservado ao descanso, mais também a atividades religiosas: missas, terços, procissões, novenas, primeira comunhão e batismo realizados na capela da fábrica. O domingo era concebido pelo catolicismo enquanto sagrado. A ideia se baseava no fato de ter sido em um domingo que ocorrera a ressurreição de Jesus Cristo²²⁰. No entanto, em carta escrita por Carlos Alberto a Pierre Collier, um dos administradores da fábrica, é possível perceber que pelo menos até o ano de 1901, a jornada semanal de 6 dias não era uma realidade entre os trabalhadores de Camaragibe, e sua efetivação se deu por motivos econômicos, muito mais que religiosos, conforme escreveria

Se o Sr. Machado reconhecer a necessidade de diminuir o trabalho da fábrica, necessidade que deve discutir com ele, apresentando francamente suas observações, penso que o melhor meio de executar tal diminuição será a supressão do primeiro 1/4, como fizeram as outras fábricas. No caso de ser preciso maior diminuição me parece que deverá ser feita no mesmo sentido, isto é, supressão de maior número de horas por dia, de preferência a dar um dia de folga na semana, mormente no sábado²²¹.

A jornada de trabalho de seis dias não era um consenso entre patrões. Uma matéria publicada no jornal *Diário de notícias* acusaria os caixeiros de “vadiação” por pregarem que o domingo era para descansar e não trabalhar. O anônimo que publica a nota sob o pseudônimo *Inimigo do pandego*, afirmava reconhecer que o progresso tinha lá suas consequências, mas por outro lado “o abuso da liberdade era um grande mal” e que “os caixeiros de hoje em dia hão de ser os patrões de amanhã”²²², assim poderiam experimentar eles mesmos, a humilhação de realizar o serviço de um empregado pelo fato do mesmo se recusar a trabalhar aos domingos.

Na França Leon Harmel se articulava a outras duas figuras, os condes franceses La Turdu Pin e Albert de Mun, para defender a necessidade de organização operária. Diferente dos

²¹⁸ *Idem.*

²¹⁹ *Idem.*

²²⁰ Por muito tempo predominou o descanso aos sábados, ainda presente em algumas denominações religiosas. Católico, Carlos Alberto defendia que o domingo não deveria ser reservado ao trabalho, cabendo aos patrões assegurar essa orientação. Este dia seria exclusivo para descanso, um “tempo razoável concedido ao operário para sua vida moral, na família e na sociedade”. Na fábrica o domingo em via de regra era dedicado à igreja, através da participação em missas.

²²¹ Carta de Menezes a Pierre Collier, 1901 (sem data). Coleção Fábrica de Camaragibe, Companhia Industrial Pernambucana (dossiê), 1896 - 1908. Série Miscelânea, Pasta 06. *Apud* LIMA. L. Op. Cit. p.43.

²²² Jornal diário de notícias, 13 de julho de 1885.

dois primeiros, para Harmel a função dos patrões seria formar lideranças no seio da classe trabalhadora, dando a estes um senso de responsabilidade e uma participação real nas decisões. De modo inverso, acreditavam La Tur du Pin e Albert de Mun, que os trabalhadores não eram capazes de se organizarem, sujeitos dependentes da tutela de seus patrões. Apenas no ano de 1912, após testemunhar a solidez da organização dos operários cristãos franceses, Du Pin se convenceria da capacidade dos trabalhadores de agirem de forma autônoma.

Carlos Alberto estava mais próximo do pensamento paternalista de Du Pin e de Mun. Ressaltaria que ao contrário do continente europeu, com excedente de mão-de-obra no início do século XIX, no Brasil a “concorrência se dá entre os industriais que guerreiam para obter pessoal²²³”. Na verdade, a escassez se dava do ponto de vista de uma mão de obra especializada, que de fato sofreria limitações em decorrência do modelo escravista vigente no país por mais de três séculos. Defenderia ainda Carlos Alberto, a tese de que a promiscuidade era algo inerente à pobreza, e afirmava não haver outro meio de moralizar as classes baixas além da religião. Caberia assim aos patrões, cujo senso moral julgava ser elevado em virtude da posição social que ocupavam, responsabilizarem-se pela “salvação” dos operários, afinal “só a religião é capaz de formar o povo, de purificar-lhe o coração e os costumes, de extirpar dele os vícios e tendências que são sua partilha próxima”²²⁴, conclui.

3.2 TRABALHADORES EM DISPUTA

“Ainda vem um de nossos companheiros do Aurora Social insultar-nos, chamando os operários de Camaragibe de escravos! Por que? porque pretendendo trabalhar seria e ativamente para nossa emancipação social, não fomos consultar o seu bom prazer e pedir a diurna licença”²²⁵.

Escrita por Carlos Alberto, essas palavras preenchem uma folha de papel amarelada que ainda resiste ao tempo. Trata-se de uma carta escrita no ano de 1902, em resposta ao jornal operário pernambucano *Aurora Social*, acerca de uma matéria publicada pelo periódico, onde a fábrica de tecidos de Camaragibe é comparada a uma feitoria. O texto teria deixado Carlos Alberto, então gerente da fábrica, profundamente indignado. O sublinhado forte de lápis na palavra escravo, feito por ele, parece gritar. De todas as palavras escritas pelo jornal, nenhuma outra teria lhe causado mais revolta.

²²³ Discurso ao primeiro congresso católico do Brasil realizado em Salvador (Bahia) – 1900. *Apud* AZEVEDO. Op. Cit. p.34.

²²⁴ AZEVEDO. Op. Cit. p.41.

²²⁵ Carta resposta de Carlos Alberto de Menezes ao jornal operário *Aurora Social*, coleção documentos pessoais, arquivo CEHIBRA/FUNDAJ.

Carlos Alberto foi definido enquanto monomaniaco pelo jornal operário, termo da psiquiatria referente a uma “alienação mental em que uma única ideia parece absorver todas as faculdades mentais do indivíduo”²²⁶. A paranoia da fé, de acordo com o jornal, monopolizava os pensamentos do engenheiro, acusado de utilizar a religião enquanto subterfúgio para negação “dos princípios de justiça e de direito” dos trabalhadores de Camaragibe. O *Aurora Social* destacaria ainda, o pioneirismo da experiência desenvolvida na fábrica têxtil de Camaragibe, não em seu sentido benéfico, mas por julgar ser a fábrica “uma feitoria disfarçada com a máscara de uma santidade bolorenta”. A matéria não utiliza em momento algum a palavra escravo, a mesma fica subentendida quando Camaragibe é apresentada enquanto sinônimo de feitoria. A matéria que teria motivado a carta cujo trecho reproduzimos anteriormente, pode ser encontrada na edição de número 13 do jornal *Aurora Social*, publicado no ano de 1902, onde consta:

Nada temos com esta conclusão senão para perguntar ao dr. Carlos Alberto se conhece em alguma parte outra coisa igual a Fábrica de Camaragibe essa feitoria disfarçada com a máscara de uma santidade bolorenta esse recanto onde os princípios de justiça e de direito vivem amordaçados em holocausto do auto de fé de um monomaniaco. É o caso de pedirmos um pouco mais de compostura, que o dr. Carlos Alberto volte os olhos para a sua fábrica e se lembre que uma feitoria sempre fica moralmente mil furos abaixo de uma ditadura²²⁷.

Para o *Aurora Social* não eram apenas escravos os trabalhadores da fábrica de tecidos de Camaragibe. Todos os proletários seriam definidos pelo jornal operário enquanto escravos modernos.²²⁸ Em uma de suas edições o jornal definiria escravidão parafraseando o escritor russo Tolstói: “(...) escravidão existe em todo lugar que existe um homem que não trabalha. Graças ao meio de que possui para nada fazer, obrigando os outros a trabalhar para ele”.²²⁹

Em suas páginas denunciaria que em Pernambuco um trabalhador livre havia sido assassinado, após ser amarrado em um tronco pelo gerente da Usina Pedroza, no dia 15 de dezembro de 1901.²³⁰ Na matéria intitulada *Crime Hediondo*, o jornal denunciava o acontecido, cuja vítima “(...) um pobre homem do povo, que tendo incorrido por qualquer motivo, no desagrado do gerente daquela usina” perdera a vida em uma sessão de espancamento. A matéria ressalta ser a vítima um sujeito “morigerado, honesto e longe de ser um homem violento”. O

²²⁶ Definição disponível em: <https://www.dicio.com.br/monomania/> acesso dia 25/11/2022

²²⁷ Jornal *Aurora Social*, 31 de julho de 1902.

²²⁸ Jornal *Aurora Social*, 24 de junho de 1901.

²²⁹ Jornal *Aurora Social*, 13 de agosto de 1901.

²³⁰ Jornal *Aurora Social*, 01 de janeiro de 1902. O jornal ora cita que o caso ocorreu na usina Feitosa, ora cita usina Pedrosa. Acreditamos ser correta usina Pedrosa, pois não encontramos qualquer referência a Feitosa. A localização também é apresentada na matéria, que se refere a Ilha de Flores, terminal de uma estrada de ferro no município de Cortês, mesmo local onde teria sido construída uma usina de nome Pedrosa no ano de 1892, pelo Barão de Bonito.

assassinato é definido enquanto monstruosidade. Surrado por golpes de facão, o corpo já em farrapos do trabalhador ainda enfrentaria o tronco, onde receberia cerca de 200 bolos. A notícia teria chegado até os redatores do *Aurora Social*, que por conta própria empreendem uma investigação atestando a veracidade dos fatos publicados. Ao que é possível perceber, as forças policiais não demonstraram qualquer interesse em aplicar a lei aos culpados, entretanto o jornal adverte: “Continuamos a agir em busca da verdade, e de posse de documentos importantes faremos quanto em nossas forças couber, a fim de que esse crime não fique impune.” O crime seria definido ainda enquanto uma “desafronta a família operária”.

Carlos Alberto não admitiria naquele momento, mas concordava em partes com as ideias propagadas pelo *Aurora Social*, chegou a afirmar em seu pronunciamento ao primeiro congresso católico brasileiro²³¹, que ser operário no Brasil “é a mesma coisa que ser escravo em outros tempos, tendo a mais apenas a liberdade, esse dom precioso e certo, mas que não constitui por si a felicidade e a elevação moral do homem”²³².

A recepção indignada de Carlos Alberto frente a matéria publicada pelo *Aurora Social*, que o cita nominalmente, deve-se sobretudo ao fato de terem incluído os trabalhadores de Camaragibe na categoria de escravos, segundo interpretação de nosso personagem. Ao se dirigir aos operários daquela fábrica em uma assembleia realizada entre patrões e trabalhadores no ano de 1901, Carlos Alberto enfatizava perante os presentes, o quanto aquela fábrica, sobretudo seus operários, gozavam de uma condição superior quando comparados a outros trabalhadores. Ressalta que “lá se procura realizar o bem sem espírito sectário; lá o operário é amigo do seu patrão, com ele convive, com ele trabalha, com ele resolve os maiores problemas da felicidade comum.”²³³ Era esse o ideário de Camaragibe que Carlos Alberto pretendia ver exortado entre a sociedade. Que existissem trabalhadores vivendo ainda em regime de escravidão, concordava, mas não em sua fábrica.

O engenheiro enumeraria cuidadosamente através de uma carta dirigida ao *Aurora Social*, os “inúmeros benefícios” que afirma possuírem os trabalhadores de Camaragibe, dentre eles “escolas noturnas para adultos, e igualdade de retribuição entre ambos os sexos, desde que

²³¹ O primeiro congresso de leigos católicos do Brasil foi realizado na cidade de Salvador em 1900. Nele foram discutidos diversos temas relacionados à atuação dos leigos na sociedade brasileira republicana, sobretudo como “levaram” o catolicismo para seus espaços de atuação. O evento também discutiria questões relativas à inserção do leigo dentro da própria igreja, à exemplo da formação e constituição das romarias e confrarias católicas. SANTOS, Israel Silva dos. *A Igreja Católica na Bahia da Primeira República (1890-1930)*. Revista Aulas, Dossiê Religião N.4 – abril 2007/julho 2007.p.18-19.

²³² AZEVEDO, Op. Cit. p. 55.

²³³ Anais do primeiro Congresso católico de Pernambuco, discurso Carlos Alberto de Menezes. *Apud* AZEVEDO. Op.Cit.p. 75.

haja igualdade de trabalho”.²³⁴ No que diz respeito às escolas noturnas, de fato elas existiram. Freiras e padres foram trazidos da França por ele para atuarem na educação dos trabalhadores da fábrica, conforme veremos adiante. Acerca da equiparação salarial entre homens e mulheres, o engenheiro deixa claro que se daria apenas em casos onde “haja igualdade de trabalho”, o que dado a realidade das fábricas têxteis, era praticamente impossível. Homens, mulheres e crianças desempenhavam funções distintas na estrutura de produção fabril.

Na tentativa de encerrar as “calúnias” afirmaria saber o motivo do que nomeia de insultos desferidos pelo *Aurora Social*: “Quereis fazer propaganda e chamar a vós os operários [ilegível] convencer da verdade e das promessas do partido socialista”²³⁵, onde em seguida afirmaria: “Entre nós a exploração de qualquer pobre é proibida”. Dessa última afirmação, assim como de tantas outras, discordaria o *Aurora Social*.

Tipógrafo “Com uma sólida bagagem de militância que remonta ao seu ativismo no movimento abolicionista”²³⁶ entre 1890-1900, João Ezequiel, idealizador e redator-chefe do *Aurora Social*, chegou a presidir a União Tipográfica, organização de classe criada por ele. Além disso também foi redator de outros jornais operários que circularam em Pernambuco durante o período²³⁷.

No dia 05 de janeiro de 1901 é publicada a primeira edição do *Aurora Social*. Em suas páginas denunciaria os mecanismos de exploração dos operários de várias regiões, sobretudo de Pernambuco. Buscava apresentar e discutir ideias socialistas, e ressaltava a importância da organização dos operários em torno de um partido de classe “considerado imprescindível para o avanço da luta”.²³⁸ O jornal também publicava informações referentes a greves e conquistas do movimento operário em outros países, na verdade “(...) qualquer país onde a agitação operária se fazia sentir poderia ganhar as colunas do periódico, que informava ainda sobre acidentes de trabalho e exploração de trabalhadores ao redor do globo”²³⁹. As notícias poderiam ser encontradas na coluna *Giro pelo mundo*, ou espalhadas aleatoriamente nas páginas do jornal, que se definia enquanto um “fiel representante da classe operária pernambucana”²⁴⁰.

²³⁴ Coleção Carlos Alberto de Menezes, série documentos pessoais. CEHIBRA/ FUNDAJ.

²³⁵ *Idem*.

²³⁶ SOUZA, Felipe Azevedo de. *A participação política das três classes populares em três movimentos (1880-1900)* (tese doutorado). Campinas, São Paulo: [s.n], 2018. p.177.

²³⁷ João Ezequiel atuou enquanto redator dos seguintes jornais: A união (1898), O primeiro de maio (1890) e o Clarim Social (1890). SOUZA. Op. Cit. *idem*.

²³⁸ REZENDE, Antonio Paulo. *As primeiras ideias socialistas em Pernambuco*. Clio-revista de pesquisa histórica-n. 23, 2005, p.12 disponível em: acesso dia: 12/01/2023.

²³⁹ SOUZA. Op. Cit. p.175.

²⁴⁰ Jornal *Aurora Social*, fevereiro de 1901.

Nos primeiros anos do século XIX, Carlos Alberto e o Aurora reivindicaram o direito de conduzir e organizar os operários pernambucanos, mas também de propagarem o que acreditavam ser modelos ideais de indivíduo e sociedade. Socialismo e catolicismo se apresentavam aos trabalhadores enquanto único meio de salvação, seja da alma, seja da miséria. “A nossa religião é da humanidade, da justiça e do amor; o nosso fim então, é mostrar aos incautos, o verdadeiro caminho a seguir”, diria o *Aurora Social*²⁴¹ “(...) só há um meio de moralizar as classes baixas: é a religião”²⁴², afirmaria Carlos Alberto, que por meio da fábrica de Camaragibe, desenvolveria uma experiência de gerenciamento alinhada ao movimento do catolicismo social francês. Segundo ele, os católicos eram os únicos capazes de encarar o socialismo, por isso não poderiam se furtar da responsabilidade de promover o catolicismo entre o operariado.²⁴³

O século XIX foi palco de importantes mudanças, tanto do ponto de vista social quanto econômico e político. A revolução industrial iniciada na Inglaterra, ainda no século XVIII, segue em marcha por todo século XIX, e apresentaria ao mundo uma nova categoria de trabalhadores, os operários, que nas palavras de Rémond, “(...) constituem uma classe inteiramente nova, uma realidade social original, mesmo que nem todos os seus contemporâneos tivessem consciência exata do fenômeno”.²⁴⁴

Seja enquanto instituição, seja enquanto projeto político e social, tornava-se nítido o abismo entre o catolicismo, tal qual ele se apresentava, e o homem parido pela revolução francesa, que diante da falência dos modelos explicativos existentes, criaria filosofias próprias, em geral “dessacralizadas, desconfessionalizadas e laicizadas”.²⁴⁵ A princípio, a postura adotada pelo sumo pontífice em relação às transformações que agitavam a sociedade, seria de inércia e negação, de modo geral o clero se fecharia em um mundo à parte, sobretudo “(...) porque julgavam natural a desigualdade entre os homens e o trabalho dos pobres para os ricos”.²⁴⁶

²⁴¹ Idem.

²⁴² Anais do primeiro Congresso católico de Pernambuco, discurso Carlos Alberto de Menezes. *Apud* AZEVEDO. Op. Cit.65.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ RÉMOND, Renné. *O século XIX (1815-1914)*. 8. ed., São Paulo: Cultrix, 2002.

²⁴⁵ SARDICA, José Miguel. *O legado histórico de Leão XIII e da encíclica Rerum Novarum*. p.11. disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/didaskalia/article/view/1618>. Acesso dia: 10/01/2023.

²⁴⁶ SARDICA, Op. Cit.p.17.

A encíclica papal *Rerum Novarum*²⁴⁷, estratégia de ação e documento político direcionado aos católicos, foi publicada em 15 de maio de 1891, de autoria do papa em exercício Leão XIII. Seu título, cuja tradução do latim seria “das coisas novas”, anunciaria as mudanças ocorridas no mundo a que o documento se destinava. Composto por 72 artigos, o texto refletia preocupação da igreja frente à classe operária, que acreditava ser a mais suscetível a ser cooptada pelo socialismo, em virtude da condição de exploração vivenciada. A organização dos trabalhadores em sindicatos, ao menos na Europa, já era uma realidade, o contraponto proposto pela *Rerum Novarum* seria uma organização operária pautada em elementos cristãos, em vista da necessidade de manutenção da ordem social. Desse modo a encíclica “sugere a restauração das corporações de ofício, associações de operários com ênfase no aperfeiçoamento moral e religioso – proposta diametralmente oposta à organização de sindicatos, movimentos gerados a partir do modo de produção capitalista”²⁴⁸.

3.3 OS TRABALHADORES DA FÁBRICA DE TÊXTIL DE CAMARAGIBE

Muitos de nós elencamos o primeiro dia de um novo ano para fazermos planos para os próximos 365 dias, que a princípio nos aguardam. De posse de caneta, tinteiro e caderno, foi assim que Carlos Alberto encarou o ano de 1898: uma oportunidade de seguir com projetos que ficaram pelo caminho no ano anterior, onde a escrita do *Diário da família operária*²⁴⁹ seria um deles. Tal qual um diário sugere, pretendia registrar dia-a-dia “todos os factos notáveis, todas as datas que guardam acontecimentos que saem um pouco do comum”. Para ele Camaragibe era mais que uma fábrica, era “uma grande família”, e como tal, merecia ter sua história registrada em um documento “que leve as gerações que se sucederem a história de nossa vida, e contribua para manter e desenvolver de mais em mais o espírito cristão que predomina em seus fundadores”, escreveria nas primeiras linhas do caderno. Não se tratava apenas de colocar no papel o que a memória por vezes falha poderia apagar, conforme Carlos Alberto ressaltaria, mas transmitir a todos que chegassem depois, que aquele empreendimento havia sido criado por homens de “espírito cristão”. Desejava que tal espírito fosse levado adiante e chegasse ao conhecimento dos que sucedessem os primeiros fundadores daquela fábrica.

Se no dia 01 de janeiro de 1898 o espírito reinante era de empolgação, no dia seguinte Carlos Alberto constataria que o traçado da vida podia mesmo ser sinuoso. Pegaria a caneta

²⁴⁷ Carta encíclica *Rerum Novarum*. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso dia 12/11/2023.

²⁴⁸ OLIVEIRA, L. Op. Cit. p.149.

²⁴⁹ CEHIBRA- CDOC/ FUNDAJ- FCO-cam. Dp. p.3 da 11 Diário de Família.

para escrever que seu filho mais velho Camilo, havia morrido, vítima de afogamento enquanto nadava no açude São Bento, próximo à fábrica. “02 de janeiro de 1898: morte de Camilo no açude São Bento, 03 de janeiro de 1898: Enterro Camilo”, escreveria. O fato de o episódio ter sido registrado no documento já citado, demonstra ao nosso ver, o quanto para Carlos Alberto sua vida privada não poderia ser dissociada de suas atividades na fábrica

No dia 07 de agosto de 1898 ele registraria no diário uma visita a freguesia da Várzea, distante cerca 8 km de Camaragibe, onde afirma ter apelado “ao senhor Almeida” para que adotasse em seu empreendimento “os mesmos métodos de organização social de Camaragibe”²⁵⁰. Acreditamos que o senhor Almeida em questão seria J. Octaviano de d’Almeida, proprietário da Fábrica Fiação e tecidos de Malha Várzea²⁵¹. Chamamos atenção para o fato de Carlos Alberto nomear o trabalho desenvolvido por ele em Camaragibe de método, e como tal, poderia ser replicado. Um dos pontos consistiria em adotar o modelo de organização operária misto, coordenado e dirigido por patrões.

A criação de associações mistas que congregavam patrões e operários é tema recorrente nas poucas edições disponíveis do jornal *Aurora Social*. Duras críticas eram feitas ao modelo instituído na fábrica de Camaragibe. Organizações deste tipo, apesar de alardeadas enquanto modernas, limitavam o campo de atuação dos trabalhadores, afinal, como se organizar enquanto categoria, discutir estratégias de luta e questionar atitudes adotadas pela fábrica, se o crivo do patrão se fazia presente entre os operários?

A fábrica têxtil de Camaragibe, segundo o *Aurora Social*, se valia da punição e não do diálogo enquanto estratégia de controle. Os trabalhadores iniciavam o trabalho às 6 horas da manhã, o fato, denunciaria o jornal, é que os trabalhadores que chegassem 5 minutos após esse horário, teriam seus salários reduzidos, mas o desconto não era proporcional ao atraso, e sim a 1/4 da jornada de trabalho. Desse modo, sentenciaria o jornal, sociedades mistas não passariam de farsas, com o único intuito “(...) de deprimir o carácter dos pobres explorados a quem não é dado ao menos o direito de protestar e gemer?”.

²⁵⁰ CEHIBRA- CDOC/ FUNDAJ- FCO-cam. Dp. p.3 da 11 Diário de Família.

²⁵¹ De acordo com o livro *Impressões do Brasil no século XX* “A fábrica, situada a 14 quilômetros do Recife, no arrabalde denominado Várzea, é de propriedade da firma J. Octaviano de Almeida & Cia., da qual são sócios os srs. Joaquim Octaviano de Almeida, solidário, e Arthur Gomes de Mattos Sobrinho, comanditário”. p.426. Trecho do livro referente às impressões de Pernambuco disponível em: <https://www.novomilenio.inf.br/santos/h0300g32e.htm>.

O escudo religioso católico que envolvia essas associações era constantemente criticado pelo jornal. Questionavam a santificação desses espaços onde “espanca-se operários, casa-se a força sobrepondo-se ao amor a vontade dos senhores feudais, e, sobretudo, explora-se miseravelmente o trabalho da mulher, essa vítima da licenciosidade de capitalistas (...)”²⁵². As acusações apontam para a ingerência direta da fábrica na vida pessoal dos trabalhadores, inclusive com a prática de casamentos forçados. O *Aurora Social* lançaria muitas questões em relação ao modelo misto de organização dos trabalhadores implantado por Carlos Alberto em Camaragibe, pois “quem nesse simulacro de operariado, pois que só vemos de permeio com eles bacharéis, ousara afirmar liberdade de consciência ou pugnar pelas 8 horas de trabalho?”²⁵³.

O jornal ressalta o fato de os operários filiarem - se ao modelo misto não por acreditarem em seus benefícios, mas por ser ele o único permitido. A ideia dos patrões, afirmaria o *Aurora Social*, “(...) não é amor aos pequenos, aos fracos, aos humildes, aos famintos, que a eles pouco importa que morram ou que vão a taberna no lodaçal do vício, terminar uma existência dolorosa”²⁵⁴. O *Aurora* combatia esse modelo de associação, por entender que os dois grupos possuíam interesses antagônicos. O patrão estaria na associação para desmobilizar os operários, e não discutir suas necessidades, afinal “como aqueles que nada têm além dos 10 dedos da mão e do cérebro” poderiam compreender a vida “dos que trabalham e produzem desde a infância”?²⁵⁵

O modelo misto cuja origem remonta a Democracia Cristã francesa, também sofreria duras críticas por parte dos trabalhadores daquele país. No ano de 1895 a França contava com cerca de 177 sindicatos mistos, que totalizavam 29.124 pessoas entre trabalhadores e patrões.²⁵⁶ Para os trabalhadores um sindicato verdadeiramente livre deveria excluir a participação dos empregadores, única forma de garantir discussões reais em torno dos problemas e interesses dos operários.

Para os redatores do *Aurora Social* estava claro: “a emancipação dos operários deveria ser feita somente pelos operários.” De acordo com o jornal, uma associação mista era um ato de promiscuidade pois “Qual o operário do necrotério de Camaragibe (...) que enfrenta seus

²⁵² Jornal *Aurora Social*, 29 de julho de 1903.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ Jornal *Aurora Social* 13 de março de 1903.

²⁵⁶ Tradução livre. Texto original: “En cette même année, les 177 syndicats mixtes existant en France (sans être tous actifs) groupent 29.124 membres”. MOUNTUCLARD. Op.Cit.p.33.

patrões diante destes, pois estavam sujeitos a todo tipo de retaliação, desde aplicação de multas, demissão e suspensão?”. A matéria faz referência a uma fala de Carlos Alberto durante o primeiro congresso católico de Pernambuco. O jornal afirma ter sido divulgada uma mensagem acusatória aos socialistas, acerca do fato destes criticarem e até mesmo criminalizarem a união entre patrões e operários.

A discussão em torno do modelo misto de organização entraria na pauta do Congresso Nacional da Democracia Cristã ocorrido na cidade de Lyon, França, no ano de 1896, principalmente porque era grande a pressão dos operários em torno da criação de sindicatos compostos apenas por trabalhadores nas fábricas que se autodenominavam cristãs. Quando levantada a questão, um dos patrões franceses se posicionaria favorável a manutenção do modelo misto, sob a justificativa de que também seriam os patrões operários

Um sindicato é um sindicato, ou seja, uma associação de pessoas que exercem a mesma profissão e que se reúnem para defender os interesses desta profissão: quer haja empregadores e trabalhadores, quer haja apenas trabalhadores, e não importa, o sindicato não é mais nem menos misto por isso. Os patrões não entram no sindicato como capitalistas: eles entram como operários, operários – chefe ao lado dos operáriosbraçais, mas operários da mesma forma²⁵⁷.

De modo geral os patrões católicos eram contrários à separação, assim como também foi Carlos Alberto.

3.4 ALGUNS TRABALHADORES PERNAMBUCANOS DO SÉCULO XIX

As sucessivas leis homologadas ao longo das três últimas décadas do século XIX, no sentido de limitar e extinguir o tráfico de escravos no Brasil, trouxe algumas implicações no que diz respeito aos trabalhadores desse período. A lei do ventre livre (1871) libertava os filhos de escravos nascidos até aquela data, a lei dos sexagenários (1860) libertaria todos com mais de 60 anos, e finalmente a lei Áurea (1888), contribuíram para mudanças significativas nas relações de trabalho instituídas, dentre elas o incremento da mão de obra livre através da imigração estrangeira. Um ano após a abolição, entraram 116 mil trabalhadores estrangeiros no país, contra os 79 mil do ano em que a lei havia sido promulgada.²⁵⁸

²⁵⁷ Tradução livre. Texto original: “Un syndicat est un syndicat, c'est-à-dire une association de personnes qui exercent le même métier et qui se regroupent pour défendre les intérêts de ce métier: qu'il y ait des employeurs et des ouvriers, ou seulement des ouvriers, peu importe, l'union n'en est plus moins mixte pour cela. Les patrons n'entrent pas dans le syndicat en tant que capitalistes: ils entrent en tant qu'ouvriers, ouvriers-patron à côté des ouvriers au bras, mais ouvriers tout de même.” MONTUCLARD. Op.Cit.p. 235. versão PDF.

²⁵⁸ CARVALHO, José Murilo. *A construção nacional:1830-1889*. Vol. II. 1º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.p.25.

Ao analisarmos alguns movimentos grevistas da província de Pernambuco ao longo das últimas décadas do século XIX e primeiros anos do XX, percebemos a disposição para a luta e enfrentamento de algumas categorias profissionais. O trabalhador urbano recém saído da escravidão, muitas vezes recorria a imprensa para denunciar o desrespeito e a exploração de que frequentemente era vítima. Nas palavras do historiador Marcelo Mac Cord, o trabalhador pernambucano não assistiu bestializado a chegada da república no ano de 1899, tão pouco foi passivo perante a luta por melhores condições de trabalho.

Embora as greves tenham se intensificado com a promulgação da lei nº 3.353 que estabeleceria o fim do trabalho escravo no Brasil, na década de 1870 os jornais já noticiavam movimentos que ocorriam aqui e ali pelo Recife. Ressalta Antonio Paulo Rezende que “eram movimentos ditos espontâneos, pois a organização da classe operária era bastante precária e a articulação entre seus diversos setores, mais ainda”²⁵⁹, conclui.

Notícias de greves em Pernambuco a partir de meados do século XIX são escassas. De acordo com levantamento realizado por Felipe Azevedo²⁶⁰, ao longo da década de 1880, apenas quatro haviam sido deflagradas na província, número muito inferior às 53 registradas entre 1880 e 1904. Dessas, 42 tinham como principal pauta reivindicatória aumento de salário. Com exceção dos maquinistas, folguistas e operários das oficinas da estrada de ferro, que paralisaram suas atividades por 10 dias, as demais categorias retornaram após um dia de interrupção segundo levantamento realizado pelo historiador.

Em 1872 os bolieiros e condutores da companhia pernambucana de bondes paralisaram suas atividades²⁶¹. Reclamavam de um regulamento elaborado pelo gerente da companhia, que alterava o pagamento das multas a serem pagas pelos funcionários “reduzindo o vencimento daqueles pobres empregados a pequenas fracções”. O jornal *A província* saíra em defesa dos trabalhadores, ao cobrar um posicionamento do gerente, que não poderia simplesmente “impor multas a seu arbítrio”. O jornal aproveitaria ainda pra reclamar “do pouco asseio dos bondes e estrago dos arreios”. Não localizamos nas edições seguintes do jornal se os bolieiros e condutores obtiveram êxito no pleito.

A lei que decretava o fim do uso de mão de obra escravizada no Brasil, foi marco importante para a tomada de consciência dos trabalhadores livres. Empregados do comércio ou

²⁵⁹ REZENDE. Op.Cit.p. p. 2.

²⁶⁰ Em sua tese de doutorado Felipe Azevedo disponibiliza nos anexos do seu trabalho, uma tabela com todos os movimentos grevistas ocorridos na cidade do Recife entre os anos de 1880 e 1906. AZEVEDO, Felipe. *A participação política das classes populares em três movimentos, Recife (c.1880-c.1900)* disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/296898127.pdf> acesso dia 27/11/2022.

²⁶¹ Os bolieiros eram trabalhadores que conduziam veículos diversos: bondes, carros particulares e de aluguel.

da indústria, se organizaram coletivamente com o objetivo de fazer frente às condições de exploração a que eram submetidos. Em um único dia o jornal *A província* noticiaria quatro paralisações: alfaiates, refinadores de açúcar, barbeiros e cabeleireiros, negociavam com seus patrões aumento de salário. Diante de tantos movimentos, o jornal criaria a coluna *greves*.²⁶²

No ano de 1891, naquele mesmo jornal, os padeiros buscavam desvencilhar-se do rótulo de grevistas. Notícias de que ainda estavam em greve, quando a mesma já havia sido encerrada, poderia atrapalhar acordos firmados entre a categoria e os patrões. Afirmavam os padeiros ser o intuito da nota que se publicava a pedido, “*Desmanchar uns certos pruridos que a nosso respeito corre, chamando-nos de grevistas*”²⁶³. A greve havia sido encerrada em 07 de maio de 1891, dois dias antes da publicação do jornal, que narra o desfecho da negociação entre os padeiros e a firma Almeida & Cia, proprietária da padaria e confeitaria Crystal. Ao que parece, os padeiros não eram todos trabalhadores dessa firma, e a mesma seria uma espécie de representante da classe patronal daquele setor.

À 1 hora da tarde dirigiram-se os grevistas à casa dos Srs. Alfredo Almeida & Cia aos quais pediram que anuíssem os seus reclamos não só relativamente ao aumento de salário, como também a diminuição das horas de trabalho.

Os dignos negociantes depois de terem condenado a linguagem virulenta do manifesto dos grevistas, aconselhou-os para que voltassem ao trabalho (...).²⁶⁴

Chamamos atenção para as palavras utilizadas na matéria. Os patrões são apresentados pelo jornal enquanto “dignos comerciantes”, os padeiros, grevistas de “linguagem virulenta”²⁶⁵, mas o fato de os primeiros acharem “razoável” conceder aqueles trabalhadores uma jornada de 16 horas diárias de trabalho, nos permite imaginar o nível de exploração a que eram submetidos os padeiros do Recife.²⁶⁶

Ainda em 1891 muitos elogios receberam os trabalhadores da Companhia indústria de chapéus, de modo semelhante aos padeiros, se dirigem até a redação do jornal *A província* no mês de novembro daquele ano, para tornar público “que resolveram deixar de trabalhar na dita fábrica” por julgarem insignificante o salário que recebiam “e que tendo reclamado o aumento

²⁶² Jornal *A província*, 02 de maio de 1891.

²⁶³ Jornal *A província*, ano 1891, edição 00102.

²⁶⁴ *Idem*.

²⁶⁵ Com frequência o jornal ressalta o que considerava desvio nas estratégias de reivindicação adotadas por alguns trabalhadores. No caso dos refinadores de açúcar, destacaria que os *grevistas* (o jornal destaca essa palavra colocando-a em itálico) haviam praticado “algumas tropelias, em prejuízo da ordem pública”. Jornal *A província*, 02 de maio de 1891.

²⁶⁶ Estudos como o de Antonio Negro, chamam atenção para “necessidade de uma escrita da história do trabalho não apenas pautada numa classe trabalhadora exclusivamente branca, fabril, de ascendência europeia, masculina e urbana”. Embora não seja nosso objetivo discutir os pleitos levantados pelos escravizados, não podemos ignorar que esses trabalhadores, embora cativos, forjaram margens de manobra. Negro, A. L., & Gomes, F. (2006). *Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. Tempo Social, 18(Tempo soc., 2006 18(1)). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100012>. Acesso em: 28/11/2021. p.1.

desse salário, não foram atendidos”. O jornal exaltava a estratégia de reivindicação daqueles trabalhadores, que ao contrário dos padeiros, não utilizaram “linguagem virulenta”, nem se aglomeraram na porta da casa do patrão para reivindicar, o jornal dizia ser mesmo “louvável o modo pacífico porque aqueles artistas se portaram”²⁶⁷.

A atuação dos trabalhadores da estrada de ferro é talvez a mais significativa nos movimentos grevistas entre fins do século XIX e início do século XX em Pernambuco, reflexo de ter sido essa uma categoria majoritariamente formada por mão-de-obra livre antes mesmo da lei que põe fim a escravização de negros ser promulgada. Utilizamos a palavra majoritariamente, porque em anúncios de jornais da época, escravos chegaram a ser negociados para trabalharem na construção das ferrovias, o que demonstra que a lei ficará apenas no papel.²⁶⁸ No intervalo de um ano (1901 e 1902) os trabalhadores ferroviários de Pernambuco realizaram três greves. O pesquisador José Murilo de Carvalho, embora faça referência aos trabalhadores do Rio de Janeiro, levanta uma questão que ao nosso ver, também pode ser aplicada ao caso de Pernambuco. Segundo o pesquisador “ferroviários, marítimos, estivadores, cocheiros e condutores de bondes fizeram sua entrada no cenário político, promovendo as primeiras paralisações da capital, que dependia do funcionamento da rede ferroviária e do Porto, pois daí provinha todo o abastecimento.”²⁶⁹ O Recife enquanto cidade portuária e exportadora, sobretudo do açúcar, também teria a economia afetada em decorrência de greves e paralisações do setor de transporte.

As publicações do jornal *Aurora Social* apresentavam um contradiscurso diante do que defendia Carlos Alberto, sobretudo no que diz respeito à organização dos operários. A visão idílica da fábrica, alimentada pela imposição do catolicismo na vida dos trabalhadores, era questionada pelo jornal. Embora as denúncias feitas pelo *Aurora Social* não tenham provocado alterações na postura de Carlos Alberto, no que se refere a condução dos operários de Camaragibe, elas incomodavam ao ponto do engenheiro se ver impelido a reagir, seja através da imprensa, seja por meio de suas aparições em eventos públicos. Além disso, as denúncias

²⁶⁷ Jornal *A província*, 23 de novembro de 1891.

²⁶⁸ O fato de as construções ferroviárias não empregarem mão-de-obra escrava, permitiu a organização do trabalho livre, embora o cenário fosse de uma sociedade escravista. O estado interveio na questão, com a publicação da lei ferroviária que proibia a utilização de trabalho escravo seja na construção, seja na operação das máquinas. Sobre o assunto, Josemir de Melo foi além, ao chamar atenção para o fato de que “Outro efeito e desta vez social e político, foi a influência dos trabalhadores qualificados estrangeiros nas reivindicações, protestos e greves, o que de fato contribuiu na formação da classe operária nordestina”. MELO, Josemir Camilo de. *Modernização e mudanças: o trem inglês nos canaviais do nordeste (1852-1902)*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2000, 377p.

²⁶⁹ CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, edição Kindle. p. 16.

apresentavam detalhes que acreditamos terem sido repassados por operários daquela fábrica, imaginamos terem aqueles trabalhadores encontrado um espaço para dar eco às suas reivindicações, impossibilitados de fazê-las de forma direta em Camaragibe.

4 CARLOS ALBERTO E A FORMAÇÃO DE TRABALHADORES

No dia 9 de dezembro de 1894, seis pessoas, entre padres e noviços da congregação católica dos Salesianos, concluíram uma viagem de 15 dias iniciada na Itália com destino a cidade do Recife. É provável que devido ao adiantado da hora – quando o paquete *Galicia* atraca os relógios já marcam 11 da noite – os viajantes colocam os pés em terra firme apenas no dia seguinte, 10 de dezembro.

Carlos Alberto de Menezes, um padre Lazarista²⁷⁰ e uma comissão composta pelos patrocinadores dos Salesianos, aguardavam aqueles religiosos. O porto do Recife só seria construído em 1918, assim, foi necessário sair do navio e pegar uma embarcação até o Cais da lingueta para ter acesso a cidade.

Os padres chegaram ao Recife para inaugurar um colégio destinado a dois públicos específicos: os filhos das famílias abastadas, ao fornecerem acesso à educação formal, e meninos de famílias pobres ou órfãos, introduzidos na arte de um ofício através de oficinas de sapataria e encadernação. Até o dia 10 de fevereiro de 1895, data de inauguração do colégio, os padres teriam muito trabalho a fazer. Era preciso preparar o espaço, um casarão localizado no bairro da Boa Vista, adquirir mobília, e conseguir equipamentos e maquinários para as oficinas profissionalizantes a serem implantadas.

A chegada dos Salesianos ao Brasil seria mais uma iniciativa do clero brasileiro ultramontano, frente a expansão dos colégios protestantes, que já se avolumavam diante do decreto de separação entre igreja e estado (1890) que pressupunha além de liberdade de culto religioso, liberdade de ensino, assim “o episcopado brasileiro, habituado a manter até então, a hegemonia incontestada na área do ensino religioso, mostrou-se alarmado com a nova situação”²⁷¹. A presença Salesiana no Brasil teve início na província do Rio de Janeiro, com a inauguração no ano de 1883 do colégio de Santa Rosa, no bairro de Niterói, e simboliza o esforço empreendido por leigos e clérigos, no sentido de resistirem e combaterem as ideias liberais em voga. A concepção de liberais e católicos em torno dos fins da educação eram gritantes: “(...) enquanto os liberais consideravam o ensino enquanto uma possível força de transformação social, os clérigos continuavam defendendo a escola católica como um meio de manutenção da ordem estabelecida vigente na sociedade brasileira”²⁷².

²⁷⁰ Congregação da missão ou Lazaristas, ou padre e irmãos vicentinos, é uma sociedade de vida apostólica masculina criada no dia 27 de abril de 1625 por São Vicente de Paulo.

²⁷¹ AZZI, Riolando. *A obra de Dom Bosco no Brasil: 100 anos de história*. Barbacena: Centro Salesiano de documentação e pesquisa, 2000, p.45.

²⁷² AZZI, Riolando. *A obra de Dom Bosco no Brasil. V.I. A implantação da obra salesiana*. Barbacena: Centro Salesiano de documentação e pesquisa, 2000. p.49.

Embora católicos e protestantes divergissem nesse aspecto, reconheceram ser o campo do ensino um setor importante para difundirem seus projetos. Data da década de 1870 a chegada dos primeiros missionários norte-americanos ao Brasil. De acordo com Daniel Silva, os protestantes de orientação calvinista, caso dos presbiterianos, se organizaram no Brasil em duas linhas de atuação, quais seriam, criação de igrejas e organização de escolas, onde “No início foram escolas paroquiais que serviam de apoio no ensino religioso das igrejas, quase sempre aos domingos pela manhã, donde se houve falar até os dias de hoje, de escola bíblica dominical²⁷³.” O grande contingente populacional de analfabetos do país, à época, foi percebido por protestantes de diversas correntes doutrinárias enquanto entrave para divulgarem suas ideias, uma das razões para adentrarem no campo educacional. Pernambuco receberia seu primeiro colégio protestante no ano de 1900, o XV de novembro, construído em Garanhuns pelo casal missionário americano William e Rena Butler.²⁷⁴ O inspetor Salesiano destinado a coordenar os trabalhos da congregação na América, escreveria aos seus superiores em tom de alerta: “Os protestantes abriram numerosíssimas escolas mistas, espantosamente cheias de alunos e alunas, e não há ninguém que dispute o terreno com eles”.²⁷⁵

Ao buscarmos a origem da atuação Salesiana no campo educacional, chegamos até a Itália de meados do século XIX. Aos 26 anos de idade João Bosco é ordenado sacerdote, e desde então desenvolve o hábito de visitar os subúrbios de Turim, cidade localizada na região norte daquele país, e local de sua residência. Nessas visitas, diria lhe saltar aos olhos a situação de miséria dos jovens que saíam do interior do país rumo aos grandes centros urbanos, quase sempre em busca de trabalho, mais também de experienciar a cidade, que se industrializava, se expandia e se agitava, atiçando a imaginação de muitos jovens camponeses. O ano era 1841, e a revolução industrial também haveria de deixar suas marcas nos centros italianos: densidade urbana, alcoolismo e vício em jogo. Ao desembarcarem dos trens, quase sempre sem dinheiro e com alguns trapos na bolsa, os jovens perambulavam a esmo em busca de casa e algum trabalho que garantisse um prato de comida ao fim do dia, muitas vezes sem sucesso.

João Bosco toma a decisão de atuar junto a esses jovens, que se somavam aos órfãos moradores de rua, reunindo-os aos domingos “para ocupá-los com jogos e diversões honestas

²⁷³ SILVA, Daniel Ferreira da. *A influência de Calvino na educação: Um estudo do colégio XV de novembro – Garanhuns/PE*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões, 2010. 75f. p. 55.

²⁷⁴ Missão norte-americana em Garanhuns. Disponível em: <https://agrestepresbiteriano.com.br/missao-norte-americana-em-garanhuns/>. Acesso dia: 27/01/2023.

²⁷⁵ Luigi Lasagna, Epistolário, vol. II, p.432 apud VIEIRA, Dilermando. *História do catolicismo no Brasil*. Vol. II. São Paulo: Editora santuário, 2016, e-book Kindle.p.229.

e dar-lhes a oportunidade de cumprir as práticas religiosas e aprender um pouco de catecismo”²⁷⁶, conjunto de atividades chamado de *oratório festivo*. O primeiro deles seria nomeado de São Francisco de Sales, origem do nome da congregação.

Por meio do contato direto com aqueles jovens João Bosco desenvolve um projeto composto pela tríade trabalho, instrução e moradia²⁷⁷. Para os que moravam nas ruas, providenciaria um pequeno pensionato, onde poderiam dormir e pela manhã saírem em busca de trabalho ou mesmo trabalharem, no caso de possuírem ocupação. O padre concluiria que uma das dificuldades de inserção daqueles jovens no mundo do trabalho, possuía no excedente de mão-de-obra seu elemento fundante, mas era agravada pela pouca instrução dos rapazes. O próprio Dom Bosco foi um aprendiz de artífice ainda criança, onde frequentou oficinas de alfaiate, ferreiro e marceneiro até a adolescência, a fim de custear os estudos preliminares exigidos para ingressar no seminário.

Além da formação profissional, o padre João Bosco desenvolveria um método pedagógico que abolia castigos físicos e qualquer espécie de constrangimento, bastante comuns à época, sobretudo na educação direcionada aos pobres. Em uma de suas publicações o jornal *Aurora Social*²⁷⁸ denunciaria o espancamento do “filho de um proletário” cometido por um “professor de Palmares”. O menino teve as mãos esfoladas pela palmatória do mestre. A origem social do agredido, filho de um operário que exercia a profissão de funileiro, de acordo com jornal, foi determinante para que se desse o “bárbaro fato”, pois com os filhos dos patrões tal fato jamais aconteceria, conclui a nota.

João Bosco criaria o *sistema preventivo*, baseado na ideia de que quem previne não precisa reprimir.²⁷⁹ Metodologia causadora de atritos entre os salesianos e um padre do Recife, assim que os primeiros iniciam os trabalhos na cidade. Um padre Lazarista de nome Venturini, se queixou ao bispo diocesano, do fato dos jovens estarem desertando de seu catecismo, no bairro da Ilha do Leite, vizinho ao da Boa Vista, onde residiriam os salesianos. Os meninos até

²⁷⁶ OLIVEIRA, Luiz de. *A inspetoria salesiana de São Luiz Gonzaga*. v.I. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2005. p. 23

²⁷⁷ *Idem*.

²⁷⁸ Jornal *Aurora Social*, 01 de dezembro de 1901.

²⁷⁹ Nem sempre Dom Bosco poderia garantir que o sistema preventivo seria cumprido em sua integralidade. No colégio Pio IX, construído na Argentina, com o objetivo de “acabar com certas desordens” alguns alunos, supomos que do internato, ficaram sete dias se alimentando de pão e água. AZZI, Riolando. *Os salesianos no Brasil à luz da história*. São Paulo: Editora Salesiana de São Paulo, 1983. p.78-81

gostavam do padre Venturini, só não gostavam do modo utilizado por ele para chamar atenção dos distraídos: batendo em suas cabeças com o cabo de um guarda-chuva²⁸⁰.

Na tentativa de encerrar as queixas, o bispo em exercício aconselharia os Salesianos a não aceitarem meninos de outros catecismos, ao que o superior dos italianos, padre Giordano, argumentaria, pois as aulas ocorriam em dias e horários distintos do catecismo de Venturini. Por fim, o Salesiano decide acatar a sugestão do bispo e encerrar de vez o assunto.

A América do Sul foi o continente onde ocorreu a primeira missão Salesiana fora da Itália. Em 11 de novembro de 1875, um total de 12 pessoas, entre padres e coadjutores, partiram de Turim rumo à Argentina. Atendem ao pedido feito pelo governo daquele país, à época governado por Nicolás Remigio Aurelio Avellaneda Silva, que solicita a João Bosco o envio de representantes para catequizar indígenas residentes na Patagônia argentina. Os Salesianos não possuíam qualquer experiência nesse sentido, mas são incentivados pelo papa em exercício, Pio IX, a aceitarem a missão, e iniciarem os trabalhos na América²⁸¹.

Avellaneda foi um político importante para a história da Argentina durante a década de 1870. Sua gestão promoveria a organização das contas públicas e daria início a exportação de carne bovina, mas também promoveria um dos episódios mais sangrentos da história daquele país. Seu ministro de guerra, Júlio Argentino Roca, comandaria *A campanha do deserto*, um genocídio étnico responsável por quase eliminar todas as pessoas da etnia Mapuche²⁸². Embora o real interesse fosse pelas terras do grupo, uma missão religiosa daria ao sangrento episódio um verniz religioso.

Os Salesianos atuariam enquanto missionários na evangelização dos sobreviventes. Por evangelização, entende-se eliminar focos de resistência ao poder do estado argentino. Era preciso transformar os Mapuches em sujeitos úteis à nação através do ensino de ofícios.

Após a década de 1850 a igreja católica ainda buscava se impor perante a ascensão do liberalismo e descristianização pós revolução francesa. A conversão indígena já havia sido

²⁸⁰ OLIVEIRA, Luiz de. *A inspetoria salesiana de São Luiz Gonzaga. v.I*. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2005. p.71.

²⁸¹ Na então província do Mato Grosso, região centro-oeste do Brasil, os Salesianos atuaram na catequização dos índios da etnia Boe-Bororo, no ano de 1894. Construíram a colônia do Sagrado Coração de Jesus, e iniciaram um processo de destruição da cultura indígena, minimizando a figura do xamã e gradativamente adaptando os funerais indígenas, para que se tornasse semelhante aos ritos católicos. CAREOGO, Aroldo. *Salesianos e Bororo nos sertões mato-grossenses: das práticas missionárias às resistências culturais (1894-1910)*. Revista Nures n. 16, setembro-dezembro 2010 – Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica – SP ISSN 1981-156 disponível em: <https://www.pucsp.br/revistanures/revista16/AroldoCareaga.pdf> acesso dia 15/10/2022.

²⁸² PIGNA, Felipe. *Biografia de Júlio Argentino Roca (1843-1914)*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20060311004635/http://www.elhistoriador.com.ar/biografias/r/roca.php>. Acesso dia 21/12/2011.

utilizada enquanto forma de expandir seu domínio, no Brasil, legitimaria o extermínio dos nativos pelos portugueses através da Companhia de Jesus, ainda no início da colonização. Essa que chamaremos de segunda onda de catequização, embora guardadas as devidas proporções, também buscava expandir o domínio católico para além do continente europeu, a fim de colaborar para manutenção das estruturas sociais, em geral de desigualdade, dos países onde aqueles religiosos construíram seus colégios. Mas não se tratava apenas de uma expansão religiosa. Os governos europeus percebem a possibilidade de expandir suas áreas de influência política e cultural no continente sul americano, aproveitando-se, sobretudo, da intensificação da imigração de europeus rumo à América²⁸³. O papa Leão XIII estabeleceria três pontos a serem considerados prioritários pelos Salesianos no Brasil. O primeiro diria respeito a assistência espiritual aos imigrantes italianos residentes no país, seguido da evangelização indígena, e por fim “(...) formar a população dos diversos estados no espírito militante da igreja”²⁸⁴.

Em pouco tempo os “filhos de Dom Bosco” colheram os frutos da missão argentina. Crescia o número de jovens que desejavam tornar-se padre Salesiano, e “começara a expansão da sociedade Salesiana que, deixando de ser uma instituição provinciana, foi atingindo aos poucos, a dimensão de uma congregação universal”²⁸⁵. Nessa época seria criada a inspetoria salesiana americana, responsável por coordenar os trabalhos na região sul do continente.

Dom Bosco decide enviar um representante ao Brasil em virtude dos pedidos que chegavam até a Itália para abertura de colégios da congregação. O escolhido seria Pe. Lasagna, que desde muito jovem frequentava os oratórios festivos salesianos na Itália, escolhido em 1882 “(...) para iniciar e organizar o trabalho salesiano no Uruguai, Paraguai e império do Brasil, que a partir de então ficava sob sua total responsabilidade”²⁸⁶. Lasagna sai do Rio da Prata em direção ao Rio Amazonas, segue até o Rio de Janeiro e de lá parte em direção às províncias da região norte, onde visitaria Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão.

²⁸³ A política de imigração utilizada pelo Brasil se intensificou com o fim do tráfico de escravos, onde o comércio entre províncias já não era capaz de suprir as demandas de mão de obra da lavoura cafeeira em expansão. Entre os anos de 1881 e 1930, 3.964.300 imigrantes chegaram ao Brasil, a maioria italianos 36%, seguidos de portugueses, 29%, espanhóis, 14% e japoneses 3%. Os principais modelos de colonização utilizados pelo Brasil são descritos por João Antonio de Paula em seu artigo. PAULA, João Antonio de. *O processo econômico: A economia brasileira entre 1830-1889- visão geral* in CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. 1ª edição, Rio de Janeiro: objetiva, 2012. pág.200.

²⁸⁴ AZZI, Rioldo. *A organização das obras Salesianas*. v. II, p.318-319.

²⁸⁵ *Idem* p.26.

²⁸⁶ OLIVEIRA. Op.Cit.56.

No Recife celebraria uma missa no convento dos frades capuchinhos. O bispo da época, Dom José Pereira Silva Barros, chegou a se animar com a possibilidade de ter uma obra Salesiana em sua diocese, diria inclusive já possuir uma casa para iniciar os trabalhos, mas, apesar da empolgação demonstrada por ambos, a ideia não passou de uma hipótese remota. Lasagna não queria se comprometer, pois dada a imensa extensão territorial do Brasil, seria prematuro afirmar naquele momento, quais províncias receberiam os Salesianos. Além disso, todas as decisões deveriam passar pelos superiores da Itália.

Importante ressaltar que vicentinos e salesianos guardam semelhanças entre suas origens e ações: enquanto Ozanam é motivado a agir após perambular pelos subúrbios franceses, Dom Bosco diria ter sido tocado por suas caminhadas nos subúrbios italianos. Os dois grupos estabeleceram uma relação de parceria e ajuda mútua ao longo de suas trajetórias. No Brasil, os vicentinos atuavam enquanto benfeitores e apoiadores dos primeiros grupos de salesianos que se instalaram no país. Na cidade do Rio de Janeiro, foram responsáveis por encontrar a casa que abrigaria o colégio Salesiano localizado no bairro de Niterói. Já em Recife, os vicentinos além da casa, levantaram todos os recursos necessários a vinda dos religiosos como passagens e alimentação.

Na edição de julho do ano de 1900, o boletim informativo salesiano se dedicaria a celebrar o aniversário de 50 anos da SSVP, onde ressalta ser a educação de crianças, uma das vertentes da atuação vicentina: “O trabalho fundamental do grupo é a visita do pobre em casa para ajudá-lo, consolá-lo, chamá-lo de volta à fé e à esperança, educá-lo na religião, levá-lo devolta à igreja, à prática dos Sacramentos e ajudá-lo especialmente na educação cristã das crianças”²⁸⁷. O documento ressalta o fato de os vicentinos destacarem-se sobretudo por promover a “moralização da família do pobre”²⁸⁸.

Embora Frederic Ozanam tenha relutado em submeter a SSVP ao jugo da igreja católica, na tentativa de preservar a autonomia do grupo, suas ações interessavam a instituição. Salesianos e Vicentinos seriam úteis ao projeto de retomada de influência da igreja católica, empreendida pelo papado romano após a primeira metade do Século XIX. A princípio, Pio IX afirmaria que um dos objetivos dos salesianos no Brasil seria inaugurar colégios “nas proximidades dos selvagens” o que tornaria mais fácil “a propagação do evangelho entre os

²⁸⁷ Bolletino salesiano julio 1900. Tradução livre. Texto original. Boletim Salesiano, julho de 1900: “Il lavoro principale dell'azienda é la visita del povero a casa per aiutarlo, consolalo, richiamalo alla fede e alla speranza, educalo alla religione, riportalo in chiesa, alla pratica dei Sacramenti e ad aiutarlo specialmente nell'educazione cristiana dei fanciulli”.

²⁸⁸ Idem. Tradução livre. Frase original “moralizzazione della famiglia povera”.

índios dos pampas e da Patagônia”²⁸⁹. O próprio Dom Bosco conceberia sua congregação enquanto uma instituição a serviço do papa “(...) onde os desejos e orientações do pontífice romano é que marcavam os rumos que suas obras deviam tomar”²⁹⁰. Leão XIII, sucessor de Pio IX, enxergaria tanto nos Salesianos, quanto nos Vicentinos, importantes aliados que pavimentariam os caminhos a serem percorridos pela igreja. Nos colégios inaugurados nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador, atuaram os vicentinos sobretudo na provisão de recursos financeiros

O periódico *A instrução pública*²⁹¹ apresenta a SSVP enquanto “uma santa milícia” e ressalta que na França, esse grupo de leigos católicos “instituíram colégios, onde meninos pobres eram instruídos, e formados para o trabalho”, percebemos assim, uma convergência entre os interesses dos dois grupos, com ideias semelhantes em torno dos fins da educação para classe pobre, qual seria, formar trabalhadores.

4.1 “TENHA COMPAIXÃO DESTE POBRE BRASIL. VENHA NOS SALVAR!”

É com a frase que dá título a este subcapítulo que Carlos Alberto encerra uma carta escrita no dia 23 de agosto de 1892,²⁹² endereçada ao superior da congregação Salesiana, Pe. Rua. Com um tom catastrófico, a frase nos permite entrever o sentimento do engenheiro perante a situação da igreja católica no Brasil, mas sobretudo o sentimento que levou muitos leigos católicos de filiação Ultramontana a agirem. Devemos também considerar que a escolha da frase pode ter sido uma estratégia do engenheiro para apressar a vinda daqueles religiosos para Pernambuco.

O inspetor da congregação, Pe. Lasagna, chegou a afirmar que a instalação do regime republicano no Brasil seria “fatal para a religião e os costumes”, e alertava: “Começa-se com o ateísmo oficial mais audacioso, consagrado pela própria constituição e assim se vai aprofundando até às últimas consequências”.²⁹³

Durante uma reunião da conferência vicentina realizada na cidade do Recife no ano de 1891, Carlos Alberto incitaria o grupo a “volver todos os esforços para criação de uma obra em

²⁸⁹ AZZI, Riolando. *Os Salesianos no Brasil à luz da história*. Editora Salesiana de Dom Bosco., São Paulo, 1983, pág.53.

²⁹⁰ AZZI, R. Op. Cit. p. 54.

²⁹¹ Jornal *A instrução Pública: Publicação Hebdomaria* (RJ), 18 de julho de 1875.

²⁹² OLIVEIRA, Op. Cit. p.56.

²⁹³ Carta ao Pe. Rua, Niterói, 30/08/1890. *Apud* Oliveira, Luiz de. *Inspetoria Salesiana de São Luiz Gonzaga*, v.I, Recife: Editora Salesiana de Artes e Ofícios, 2005, p.42.

benefício da infância e da juventude”.²⁹⁴ Diria aos confrades, que para concretizar tal ideia buscaria ajuda dos padres Salesianos, onde trataria do assunto diretamente com o superior daquela congregação religiosa, o padre Rua, durante uma viagem que pretendia realizar a Europa. A viagem aconteceu naquele mesmo ano, e na ocasião o Padre Rua prometeria a Carlos Alberto que no prazo de dois anos inauguraria um colégio Salesiano na capital pernambucana. Importante ressaltar que o engenheiro externa aos confrades vicentinos, suas motivações altruístas, omite que a criação de um colégio voltado para educação profissional seria extremamente importante para formação de uma mão-de-obra qualificada, apta a ocupar postos de trabalho nas fábricas e comércio.

Não era apenas o leigo católico que se esforçaria para erguer um colégio Salesiano na cidade do Recife, mas o industrial preocupado. Conforme apresentamos no capítulo anterior, em fins do século XIX a classe operária pernambucana se organizava e se agitava, assim, seria de extrema importância para os patrões assegurar que os trabalhadores seriam formados *na e pela* lógica religiosa do catolicismo.

A fundação de colégios católicos tinha por objetivo “(...) ressocializar a sociedade, converter o homem tornando-o obediente às leis da igreja católica por meio da educação”²⁹⁵, desse modo “(...) a instalação das Congregações Religiosas europeias no Brasil convalida essa ideia e, mais que isso, suas escolas buscam formar o homem ordeiro, trabalhador e patriota”.²⁹⁶

Em carta direcionada a um dos mestres de produção da fábrica de Camaragibe, nota-se que Carlos Alberto buscou implementar um modelo de formação profissional entre seus operários no espaço da fábrica. A ascensão de um trabalhador dentro da linha de produção se daria após cumpridas algumas etapas, e buscava dar oportunidade aos trabalhadores já contratados, na medida em que se contratassem outros. O engenheiro chegou a apresentar suas ideias ao mestre de produção da fábrica:

Tenho refletido que comecei a formar a ideia de que os nossos meninos da fiação, sejam preferidos para aprendizes da tecelagem, de forma a animá-los com essa segurança de um futuro melhor. Para isso, agora que a escola vai começar a dar um maior número de candidatos após a 1º comunhão, estou pensando em reuni-los e dizer-lhes que todos os anos, quando se admitirem [ilegível] se fará a promoção de um número correspondente aos antigos da fiação [ilegível] porém, dizer-lhes que só passarão depois de estarem os da fiação habilitados.

Neste ano, por exemplo, admitir todos os da escola na fiação e passar um certo número para a tecelagem.

Se durante o ano entrarem novos para a fiação, ir sempre fazendo a promoção.²⁹⁷

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ OLIVEIRA, L. Op. Cit. p.145.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ Arquivo fábrica de Camaragibe. CEHIBRA/FUNDAJ. s/d.

Os meninos, conforme sublinha Carlos Alberto em seu texto, são preparados e levados a crer, que a passagem da fiação para a tecelagem constitui um ato de benevolência, a fim de lhes possibilitar a “segurança de um futuro melhor”, condicionada a permanência daqueles na fábrica. A aprendizagem se dava por meio da observação, onde novatos aprenderiam com os antigos.

O momento da contratação das crianças pela fábrica era um evento solene, onde reuniam-se as famílias dos novos aprendizes e os dirigentes da fábrica. Todas as crianças teriam direito de ingressar na fábrica enquanto aprendizes, porém, o que Carlos Alberto nomeará de “melhores ofícios”, só seriam ocupados pelos detentores das maiores notas na escola, utilizada enquanto critério de classificação²⁹⁸.

Em um de seus relatórios²⁹⁹ a Companhia Industrial Pernambucana ressaltaria a preocupação do empreendimento com a instrução e formação profissional de seus operários, sobretudo na fábrica de tecidos de Camaragibe. Conforme aponta o relatório, a fábrica possuía escolas diurnas e noturnas onde frequentavam um total de 260 alunos com acesso “as primeiras lições de leituras, escrita e lições de coisas”. Cerca de 100 crianças menores de 4 anos também frequentariam a escola sob os cuidados das freiras da congregação da Sagrada Família. Encontramos a expressão ensino profissional brevemente detalhada: “(...) é ministrado pelos mestres das diferentes seções de Fiação, enchadeiras, remetadeiras, tecelagem e oficinas de marcenaria e mecânica. Os alunos fazem os exames necessários e recebem um diploma que os habilita a serem considerados operários”.³⁰⁰ O mesmo documento cita uma informação interessante acerca dos impactos da escolarização sob os funcionários da fábrica têxtil de Camaragibe, onde “A instrução tornada obrigatória para todos os operários com menos de 35 anos e operárias solteiras com menos de 20, reduziu em 3 anos a proporção de analfabetos de 48% para 27%”³⁰¹, o que demonstra uma redução de 21%. A instrução obrigatória é explorada pela Companhia, ainda nas primeiras linhas do relatório, enquanto primordial para torná-la cada vez “mais poderosa e progressista”. A taxa de analfabetismo no Brasil durante o período, referente a faixa etária superior a 5 anos de idade, seria de 82,4%, conforme aponta o censo

²⁹⁸ Discurso ao primeiro congresso católico brasileiro. AZEVEDO. Op. Cit. p.47.

²⁹⁹ Relatório publicado no jornal Diário de Pernambuco em 25 de julho de 1902.

³⁰⁰ *Idem.*

³⁰¹ *Idem.*

brasileiro de 1900.³⁰² Ressaltamos não haver garantia da veracidade dos índices apresentados pela fábrica, uma vez que ela mesma atestaria as informações.

4.2 O COLÉGIO SALESIANO DO RECIFE

Embora tenha externado seu desejo aos vicentinos do Recife apenas em 1891, a ideia de trazer os Salesianos à capital pernambucana já vinha sendo gestada por Carlos Alberto a cerca de dois anos. Em 1889 consultaria um confrade vicentino da cidade do Rio de Janeiro bastante próximo dos Salesianos, o comerciante Guilherme Morrissy,³⁰³ para que sondasse os religiosos acerca da possibilidade de os mesmos erguerem um colégio da congregação na cidade do Recife. A resposta foi desanimadora:

Conversei com o Pe. Giordani sobre o seu projeto, e ele continua a sustentar que nestes dois anos, provavelmente não se poderá enviar salesianos para Pernambuco: não só porque o santo padre recomenda que sejam solidificadas as construções já existentes, como também porque há pedidos e não poucos, anteriores ao do confrade.³⁰⁴

Diante da negativa, Morrissy sugere ao engenheiro concentrar seus esforços na vinda de outras congregações, que pudessem, naquele momento, pôr em prática um projeto de educação católica junto a jovens pobres. Sugere os irmãos da Instrução Cristã, os Maristas, ou ainda religiosos da congregação do Sagrado Coração de Jesus, todos de reconhecida atuação no cenário educacional europeu, e ligados à corrente católica ultramontana. Carlos Alberto levaria adiante a sugestão do confrade, entretanto, não abriria mão de que o projeto profissionalizante para meninos pobres e órfãos do Recife fosse executado por outros além dos Salesianos, o que é compreensível, pois nenhuma das congregações citadas atuavam ou possuíam qualquer experiência no campo da formação profissional.

Carlos Alberto buscava algumas das congregações sugeridas por Morrissy, mas para atuarem na educação dos operários da fábrica, a fim de realizarem um trabalho de manutenção constante do catolicismo entre aqueles. Ele já havia observado durante visita feita à fábrica de Léon Harmel, que essa função era desempenhada por sacerdotes da congregação do Sagrado

³⁰² Os dados dos censos de 1872, 1891 e 1920 são disponibilizados em tabela na pesquisa de Ana Ferreira e Carlos Carvalho. CARVALHO, Carlos Henrique de; FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. *ESCOLARIZAÇÃO E ANALFABETISMO NO BRASIL: ESTUDO DAS MENSAGENS DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E RIO GRANDE DO NORTE (1890-1930)*. p.5. Disponível em: https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Ana-Em%C3%ADlia-Cordeiro-Souto-Ferreira_-Carlos-Henrique-de-Carvalho.pdf. Acesso dia: 15/02/2023.

³⁰³ Morrissy foi um leigo de forte atuação e presença no cenário católico da cidade do Rio de Janeiro entre as duas últimas décadas do século XIX. Comerciante abastado, foi um dos cooperadores da construção da gruta de Nossa senhora de Lourdes na cidade, segundo consta na edição publicada em 25 de fevereiro de 1886 no jornal *O Paiz*, a gruta era fiel à original erguida na França. Ainda neste ano, três meses depois, seria agraciado pelo papa Leão XIII com o grau de cavaleiro da ordem de São Gregório Magno. Jornal *O Paiz*, 08 de maio de 1886.

³⁰⁴ Carta de Guilherme Morrissy ao Dr. Carlos Alberto. São Paulo, 20/11/1889. ACSSC, 01;23.

Coração de Jesus. Assim, entraria em contato com o superior daquela congregação sediada na França, Padre Dehon, onde solicita o envio de um capelão para Camaragibe, o que se concretiza em 1892.³⁰⁵ A congregação religiosa possuía uma vertente feminina, também enviada para fábrica, onde algumas freiras se encarregaram da educação das filhas dos operários. Carlos Alberto ainda desejaria obter uma congregação responsável pela educação dos meninos, para isso traria os religiosos Maristas³⁰⁶, que em 1904 se juntaram a outras congregações católicas já presentes na fábrica. O engenheiro construiria a partir de Camaragibe um fluxo de religiosos europeus em direção ao estado, que posteriormente sairiam dos muros da fábrica e ergueriam seus colégios na capital.³⁰⁷ Carlos Alberto justificaria sua preferência pelos padres congregados, pois em caso de morte, poderiam ser rapidamente substituídos.³⁰⁸ Afirmaria ainda a impossibilidade de separar instrução de religião, conforme demonstra na seguinte fala em seu discurso ao primeiro congresso católico brasileiro: “Mas separem da instrução a religião, e o homem não será mais do que uma máquina mais aperfeiçoada de fazer o mal. E essa instrução mesma, só pode ser mesmo muito limitada entre as classes baixas”.³⁰⁹

A presença de padres e freiras no cotidiano da fábrica foi uma das principais características do movimento Democrata Cristão. Em um congresso de patrões católicos realizado em 1893 no norte da França, reservou-se uma sessão para discutir o tema, em que o Abade Six, clérigo ligado ao movimento, destacou a importância das fábricas possuírem capela, congregações católicas e trabalho de catequização entre os trabalhadores. O abade critica as fábricas que se diziam neutras em matéria religiosa, segundo ele “a neutralidade seria uma ficção” pois quem não estivesse ao lado de Deus, estaria contra ele. Outro clérigo, Pe. Doyotte,

³⁰⁵ AZEVEDO.Op.Cit.p.18.

³⁰⁶ Fundada em 02 de janeiro de 1817 na França, pelo padre Marcelino Champagnat, a ordem religiosa Marista assumiria enquanto missão educar e evangelizar crianças necessitadas.

³⁰⁷ No ano de 1907, nas terras do que até então era o engenho Casa Forte, subúrbio do Recife, freiras da congregação da sagrada família se instalaram no local e construíram um colégio, que funcionaria até o ano de 2020, quando encerra as atividades alegando dificuldades financeiras. O espaço ainda preserva um convento e uma capela, que até o momento se encontra em processo de inclusão na lista de imóveis de preservação especial da prefeitura da cidade do Recife. Já os Maristas, fundaram o colégio da Imaculada Conceição no ano de 1910, em um sobrado na estação ponte d’ Uchoa, por um grupo de religiosos distinto dos que realizavam os trabalhos em Camaragibe. Em 1921 o colégio seria transferido para o centro da cidade, primeiro na rua do Hospício, e em seguida para a av. Conde da Boa Vista. No ano de 2002, também em virtude de dificuldades financeiras, encerraria suas atividades. A grande estrutura dos tradicionais colégios católicos, demanda um custo elevado de manutenção, e com decréscimo do número de alunos matriculados ao longo dos anos, muitas vezes a única alternativa é o fechamento ou venda de áreas anexas, como fez recentemente o Salesianos em suas instalações no bairro de San Martin, ao venderem parte considerável de sua área para a construção de um atacado de alimentos. Especula-se que destino semelhante terá o centenário colégio do bairro da Boa Vista.

³⁰⁸ Discurso feito ao primeiro congresso católico, celebrado em Salvador (Bahia) (1900). Apud AZEVEDO.Op.Cit.p.41.

³⁰⁹ Discurso feito ao primeiro congresso católico, celebrado em Salvador (Bahia) (1900). Apud AZEVEDO.Op.Cit.p.41.

escreveria um relatório apresentado durante o congresso democrata, onde afirma que “A fábrica bem compreendida e sabiamente organizada, deve tornar o trabalhador melhor e conduzi-lo ao céu, assim como deve ser suficiente para suas atividades temporais e trazê-lo, se possível, a um caminho que melhore sua situação”.³¹⁰

Mesmo congregações religiosas de cunho educacional que não chegaram ao estado por intermédio de Carlos Alberto, encontrariam nele um defensor incansável e aguerrido. No ano de 1899, na condição de procurador da congregação católica feminina das irmãs de Santa Dorotéia³¹¹, instalada na cidade do Recife, o engenheiro encaminha um documento ao conselho municipal divulgado em um jornal da cidade³¹², onde sai em defesa das religiosas, que se encontravam sob ameaça de despejo. Carlos Alberto acusava de serem infundadas a atitude de “(...) alguns moradores do Espinheiro, Afflictos, Capunga e Ponte d’ Uchoa”³¹³ bairros localizados na zona norte do Recife, que através de um abaixo assinado, reclamavam junto ao conselho municipal a execução do alargamento da rua Amélia, a época pertencente à freguesia da Graça, conforme constava no projeto de lei nº 239, de 18 de fevereiro daquele mesmo ano.

O fato é que o alargamento é cancelado em virtude de um requerimento peticionado pelas irmãs católicas, detentoras de um colégio bem no trecho a ser alargado. Em caso de continuidade da obra, a instituição inevitavelmente deveria ser demolida. Os consignatários do abaixo assinado, alegam ganho de mobilidade com o alargamento da rua, sobretudo para deslocarem-se “entre as localidades servidas pelas estradas de ferro de Olinda e do Recife a Caxangá”.³¹⁴

Para Carlos Alberto a questão não passara de pura e simples perseguição religiosa, e justifica suas suspeitas: “Eu não quero falar do caráter religioso desse Instituto e desse grande estabelecimento, porque tal caráter parece ser para alguns um motivo contrário, embora seja em si uma recomendação, em um país onde a grande maioria é religiosa e deseja e quer taes Institutos”.³¹⁵ Carlos Alberto, a fim de corroborar com a teoria de perseguição religiosa, faria uso de suas habilidades de engenheiro e apresentaria um cálculo referente à distância entre os

³¹⁰ Tradução livre. Texto original: “L’usine bien comprise etsagement organisée doit rendre l’ouvrier meilleur et le conduire au Ciel, aussi bien qu’elle doit suffire à ses besoins temporels et l’amener, si possible, à améliorer sa situation”. MONTUCLARD. Op.Cit.p.85.

³¹¹ A congregação das irmãs de Santa Doroteia seria criada em 12 de agosto de 1834 na Itália. Fundada pela leiga Paula Frassinetti. No ano de 1866 fundam a primeira casa fora da Itália, na cidade do Recife, em solicitação ao pedido realizado pelo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Manoel do Rego Medeiros, de orientação ultramontana. Ver mais informações sobre a história da congregação em: <https://doroteiasbrasil.org/sobre>.

³¹² Jornal do Recife, 06 de abril de 1899.

³¹³ *Idem*.

³¹⁴ Jornal do Recife, 06 de abril de 1899.

³¹⁵ *Idem*.

bairros dos reclamantes e as estradas de ferro mais próximas. Após calcular e apresentar todas as distâncias, conclui que o alargamento da dita rua, só economizaria aos moradores 200 metros.

A disputa ainda ganharia outras edições do jornal do *Recife*, com direito a réplicas acaloradas e sarcásticas. Ressaltaremos uma delas, publicada dois dias após a divulgação do texto de Carlos Alberto, assinada por doze moradores dos bairros que reivindicavam o alargamento da rua em questão. Figuram na lista o empresário Julius Von Shosten, o maçom Theodomiro Duarte Ribeiro, o representante têxtil Ildefonso Rego, além do comerciante Manoel Colaço Dias. No dia 08 de abril de 1899, sob o título *Prolongamento da rua Amélia*, esses e outros moradores procuraram o *Jornal do Recife* para desmentir os argumentos apresentados por Carlos Albert em sua publicação sobre o que se tornara um embróglio.

Em primeiro lugar, lembram os moradores, as referidas irmãs já haviam doado uma parte de seu terreno a municipalidade do Recife anos antes, o que significa que elas já haviam concordado com a necessidade de alargamento da rua. Os moradores recorrem ainda a legislação brasileira, onde a servidão pública de um terreno ou construção qualquer, já seria suficiente para transferir o patrimônio ao estado. A mudança de postura das irmãs, é resumida pelos moradores com um dito popular: “quem dá e torna a pedir, ao inferno vai cair”.³¹⁶ Afirmaram ainda, que o terreno da rua Amélia sequer faria falta as irmãs, pois estas haviam adquirido uma área nas redondezas, “maior que toda a praça da República”³¹⁷. Acreditamos que a área citada, seja um terreno na avenida Conde da Boa Vista, via central da cidade, onde aquelas irmãs construíram a Faculdade de Filosofia do Recife – FAFIRE, inaugurada no ano de 1941, a princípio, voltada apenas ao público feminino.

Figura 5. Praça da república em cartão postal do início do século XIX, 1905.



Fonte:: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/11/15/praca-da-republica-reune-historia-e-marcos-do-recife-veja-curiosidades.ghml>.

³¹⁶ Jornal do Recife, 08 de abril de 1889.

³¹⁷ No ano de 1940 as irmãs fundaram um instituto de ensino superior no centro da cidade, a Faculdade de Filosofia do Recife – FAFIRE, em uma avenida de grande movimentação, a Conde da Boa Vista. Acreditamos ser esse o grande terreno a que os moradores fazem referência.

Em defesa das religiosas Carlos Alberto afirma que o edifício projetado pelas irmãs “(...) não é elemento para desprezar-se, e vale mais que a multiplicação de ruas inúteis, cuja principal vantagem é multiplicar as pequenas construções, que em nada honram uma cidade como a do Recife”. Essa afirmação, entretanto, seria explorada pelos defensores da obra, ao questionarem, mesmo que sutilmente, a imagem de Vicentino caridoso e preocupado com os pobres consolidada em torno da figura do engenheiro. Acerca das pequenas construções, contra-argumentaram os moradores

“(...) essas construções pequenas são destinadas as pobres famílias: a mães, irmãs, esposas, filhas e filhos daqueles que ainda a custa de um improbo e constante trabalho, não têm posses para habitar os palácios que as ricas comunidades levantam. A verdade, porém, a duríssima verdade, é que a construção de habitações pobres é precedida da existência de famílias paupérrimas, e estão, por uma vez de desgraçadíssimas condições sociais, que nenhuma religião pôde até hoje suprimir.”³¹⁸

É possível que houvesse, conforme apontado por Carlos Alberto, uma motivação também religiosa atrelada a reivindicação daqueles moradores, que chegam a mencionar a burguesia protestante enquanto exemplo de justiça. Segundo os reclamantes, Protestantes também se posicionaram favoráveis ao fim das pequenas habitações, mas não pelo fato delas desonrarem a beleza de uma cidade, conforme afirmara Carlos Alberto “mas por desejarem vertoda miséria extirpada do mundo. Afinal “A desgraça dos pobres, representava o triunfo da classe parasitária”, concluíram os moradores.

Acreditamos que o alargamento da rua Amélia acabou por mobilizar outras questões além da mobilidade urbana. As publicações que se sucederam, mesmo de forma sutil e por meio de um linguajar polido, tocavam em vários pontos, sobretudo, relacionados ao que se pressupunha egoísmo das religiosas, autoritarismo e desconexão da realidade por parte do então procurador das mesmas, Carlos Alberto de Menezes. Conforme já mencionado, conseguimos identificar um maçom entre a lista de moradores que assinam a matéria, onde a questão pode ter mesmo reavivado os muitos embates travados entre a maçonaria e o Ultramontanismo ao longo das últimas décadas do século XIX na cidade. Azevedo afirma ter sido Carlos Alberto colaborador da folha católica *Era nova* “que terçou lutas editoriais contra a maçonaria no Recife”.³¹⁹

4.3 O ENSINO DE OFÍCIOS EM PERNAMBUCO

Diferente de outros países da Europa a exemplo da Itália e Inglaterra, Portugal e Espanha não consolidaram uma produção artesanal, de modo que a rejeição a este tipo de

³¹⁸ Jornal do Recife, 08 de abril de 1889.

³¹⁹ AZEVEDO. Op. Cit.p.24.

trabalho foi mais perceptível nesses dois países, e consequentemente em suas colônias. Segundo Luiz Antonio Cunha “Na península Ibérica, onde o artesanato não floresceu como no restante da Europa, vemos o valor social conferido ao trabalho manual ser especialmente depreciado”³²⁰. Os escravos fabricavam os móveis, construía as casas, teciam os fios, produziam grades e correntes. Nesse cenário, possuir perícia em um ofício, seja ele de qualquer natureza, era algo vergonhoso até mesmo para a população pobre, e inaceitável para os abastados financeiramente.

No ano de 1865 o Jornal do Recife publicaria um anúncio onde oferecia-se uma gratificação de 100 réis para quem informasse o paradeiro do escravo fugido Luis,³²¹ que sabia ler, escrever e desempenhava o ofício de sapateiro, conforme descreve o anúncio. Por meio das qualificações de Luís, cuidadosamente descritas, vê-se que ele era um escravo atípico, pois a maior parte dos anúncios se restringia a informar a idade e características físicas dos escravos foragidos, tais como marcas e cicatrizes corporais.

Muitos mestres, como provavelmente foi o de Luis, ensinavam ofícios aos seus escravos com o intuito de obter alguma vantagem financeira, alugá-los para terceiros ou utilizá-los em suas tendas, dispensando assim a contratação de eobreiros que trabalhavam mediante pagamento.

Em seu diário de viagens o francês A. Tollenare reservou o dia 16 de fevereiro de 1817, para relatar a diversidade de funções realizadas pelos escravizados moradores do Recife. Costureiras, lavadeiras, vendeiras nas ruas e canoeiros dos rios Beberibe e Capibaribe, eram alugados por seus senhores. Segundo Tollenare “o aluguel de um negro ordinário, que não tem ofício, e só pode oferecer a força de seus braços é de 25 soldos por dia (...) um homem que possui na cidade uns 20 bons negros, pode viver muito a vontade”.³²² O viajante francês também observou que os negros escravizados da cidade do Recife eram divididos em três categorias: serviços caseiros, oficinas e porto da cidade.

Acerca do trabalho de artífice, Tollenare observa com estranhamento o fato de “Um mestre de obras, um marceneiro, um carpinteiro, um ferreiro, um pedreiro, um chefe, enfim, de qualquer dessas profissões, em lugar de assalariar operários livres, compra negros e os instrue.”³²³. Atribuiria a fama de indolência, que afirmou possuírem aos brasileiros, consequência direta da relação escravista de trabalho instituída, responsável por afastar os homens livres de todas as atividades industriais. Conclui não haver no país “ocasião para o

³²⁰ CUNHA, Luiz Antonio. *Ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. e-book Kindle, posição 268.

³²¹ Jornal do Recife, edição 0024, 1865.

³²² TOLLENARE, L.F de. *Notas Dominicaes (1816, 1817, 1818)*. Recife: Empresa do jornal do Recife, 1905. p.143.

³²³ *Idem*.

gérmen do trabalho se desenvolver”, afirmou serem os negros d’ Angola mais habilidosos para o trabalho urbano, por isso eram preferidos em relação aos Cabindas, Benguelas, Gabões e Moçambiques.³²⁴

Na metade do século XVIII, por volta de 1752, houveram no Brasil algumas tentativas no sentido de limitar a participação da população negra no exercício de ofícios, por interesse de artesãos brancos, que associados em irmandades, criam estatutos e regimentos com o claro objetivo de excluir os negros, ao que Luiz Antonio Cunha chamara de *branqueamento dos ofícios*,³²⁵ uma tentativa de se afastarem do rótulo discriminatório atribuído ao trabalho manual. O compromisso da irmandade de São José (Rio de Janeiro) é bastante ilustrativo nesse sentido, ao afirmar que “Todo irmão em que se notar raça de mulato, mouro ou judeu, será expulso da irmandade sem remissão alguma”³²⁶.

Diante da impossibilidade de ser examinado por um juiz da irmandade e ter sua qualificação atestada, um oficial marceneiro considerado de “raça inferior” por ser pardo e pobre, solicitaria em 1820 ao senado do Rio de Janeiro, o direito de ser examinado, obter o grau de mestre e abrir sua própria oficina.

Como só poderiam ser examinados artífices integrantes da irmandade, e essa por sua vez não aceitava pessoas não-brancas, o grupo estipularia um valor a ser pago pelos sujeitos que se enquadrassem nos critérios de exclusão estabelecidos, mas que ainda assim desejassem ser avaliados. Dificuldade semelhante encontraram os artífices da cidade do Recife. No caso da capital pernambucana, no ano de 1756, donos de escravos procuraram a justiça para denunciar os juízes de ofícios que se negavam a atestar o conhecimento adquirido por seus escravos. A justiça atende ao apelo dos proprietários, e determina: “(...) os artífices escravos podiam requerer, por si ou por seus senhores, os exames que permitissem exercer autonomamente seus ofícios”³²⁷. Provavelmente desconfiado de que os juízes de ofício descumpririam a determinação, o juiz civil alerta para responsabilização criminal em caso de descumprimento da ordem.

Apesar da tentativa de branqueamento dos artífices, um viajante Inglês de passagem pela cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1808 e 1822, descreve seu espanto, ao perceber

³²⁴ TOLLENARE, L.F de. Op. Cit. p.144.

³²⁵ CUNHA. Op. Cit. e-book Kindle, posição 358.

³²⁶ CUNHA. Op. Cit. e-book Kindle, posição 3032.

³²⁷ CUNHA, L.C. Op. Cit. e-book Kindle, posição 358.

que esses trabalhadores se negavam a andar pelas ruas exibindo suas ferramentas, tamanha a vergonha de serem identificados enquanto trabalhadores manuais.³²⁸

figura 6. Barbeiro brasileiro do século XIX.



Fonte: <https://m.facebook.com/campinasdeantigamente/photos/joyC3%A3o-barbeiro-foi-o-zumbi-campineirosendo-um-negro-f%C3%B4ro-arriscou-sua-liberdade-/349102781886595/>.

Não se pode afirmar que de fato houve uma organização no sentido de formar profissionalmente a população livre até a primeira metade do século XIX, pois essa função foi por um longo período exercida pelas forças armadas, sobretudo os arsenais da marinha, que passaria a utilizar a força de trabalho de crianças pobres. O pensamento predominante, tanto entre entes públicos, quanto burguesia, era de que essa parcela da população possuía propensão para o crime, além de inclinação natural para a vadiagem. Em 1899 populares pernambucanos reivindicariam aos entes públicos a criação de uma colônia correccional na ilha de Fernando de Noronha, cujo objetivo seria modificar “as tendências criminosas das crianças” além de “promoverem o saneamento de nosso meio social”³²⁹, argumentaram os reclamantes. A criança pobre era marginalizada e temida não apenas em virtude de suas condições materiais, mas também morais. O modo como viviam não era considerado pela elite econômica enquanto civilizado. Assim, espaços de correção eram reivindicados para que o estado ou instituições religiosas se encarregassem não apenas de instruir, mas moralizá-las.

Nas primeiras décadas do século XIX cresceria a demanda do arsenal da marinha brasileira por mão de obra qualificada, sobretudo para trabalhos de carpintaria e marcenaria, a

³²⁸ O exemplo é citado por dois trabalhos. O primeiro: CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: editora UNESP, 2005, edição Kindle. O segundo: MAC CORD. Op. Cit. p.28.

³²⁹ Jornal do Recife, 09 de abril de 1899.

fim de expandir a frota. A solução encontrada pelo estado seria obrigar uma parcela da população a trabalhar compulsoriamente, mas “(...) não faziam isso, decerto, com quaisquer homens livres, mas com aqueles que social e politicamente não estavam em condições de opor resistência”.³³⁰

Registro valioso a esse respeito nos fornece o avô de Carlos Alberto, ao descrever como os menores eram abordados pelas autoridades na capital pernambucana, recolhidos à força enquanto caminhavam a esmo pelas ruas do centro da cidade.

Relatou Joaquim Manoel de Menezes, que os meninos recolhidos nas ruas do Recife inauguraram a utilização da força de trabalho de menores nos quadros da marinha brasileira. O relato que veremos logo abaixo, são memórias do período em que Manoel de Menezes residiu em Pernambuco, portanto, entre os anos de 1817-1821.

Havendo então na cidade do Recife grande número de rapazes vadios de todas as cores, que vagavam pelas praças a atirar pedradas, e fazer travessuras, lembrou-se o general de mandar cercá-los e prendê-los no arsenal: ali mandou fornecer de camisas, calças, jaquetas, casacos e bonés, dispensando do serviço alguns oficiais inferiores para lhes ensinar as primeiras letras, a doutrina cristã, e regel-os, fornecendo-se-lhes o necessário sustento, e sendo ao depois distribuídos pela as oficinas do arsenal, para se aplicarem as artes para que mostrassem propensão.³³¹

O general seria Luis do Rego e os detalhes fornecidos acerca do recolhimento dos rapazes, nos permite perceber o incômodo que esses corpos que “vagavam pelas praças a atirar pedradas e fazer travessuras” causavam a sociedade, sobretudo se atentarmos que o ocorrido se dá após a revolução pernambucana de 1817. A captura dos rapazes integrava um plano de organização da cidade do Recife, onde comportamentos tidos por desviantes, remetiam à desordem, competindo às autoridades reprimi-los. Mas não seriam apenas as necessidades materiais dos aprendizes atendidas, teriam formação na doutrina cristã, o que pode ser compreendido sob dois aspectos: o acesso dos menores a uma cultura considerada superior, e minimizar ou até mesmo evitar conflitos entre aprendizes e oficiais.

Os meninos foram cercados e presos. Andavam despreocupadamente pelas ruas, como provavelmente faziam com frequência, quando se percebem acuados por soldados. Provavelmente tentaram se desvencilhar do destino incerto que os aguardava, o movimento deve ter chamado atenção de transeuntes e moradores, talvez tenha havido choro e gritaria, insuficientes para comover os soldados enviados por Luis do Rego. Os parentes dos rapazes protestaram contra a ação que resultou no recolhimento de seus filhos: “Ao princípio os pais e

³³⁰ CUNHA, L.A. Op. Cit. p.1

³³¹ MORAES, J. A. Op. Cit. p.11-12.

mães, clamaram contra o despotismo do general; mas ao depois já se empenhavam a serem outros admitidos”, relataria Manoel de Menezes.³³²

Se a resistência inicial dos familiares foi arrefecida e transformou-se em apoio a ação empreendida pelo estado, muito teria contribuído a situação de miséria dessas famílias. Ao serem informadas que seus filhos teriam aulas de leitura, alimentação e aprenderiam um ofício, o que a princípio gerou angustia e aflição, passou a constituir vantagem, ao ponto de mobilizar essas famílias e tantas outras a deixarem seus filhos sob a tutela do estado espontaneamente, de modo que os arsenais de guerra “Foram uma rara opção de ascensão social para os filhos de forros e de negros livres”.³³³ Manoel de Menezes ressaltaria ainda “(...) que foi de onde teve origem o estabelecimento dos menores do arsenal, que com o tempo se propagou e melhorou(...)”.³³⁴

Aproximadamente cinquenta anos após o relato de Manoel Joaquim de Menezes, registraria Carlos Alberto em suas anotações³³⁵ algumas visitas realizadas junto às famílias assistidas pela SSVP, no ano de 1876, enquanto ele ainda estava na faculdade politécnica. Os registros eram parte de sua função na sociedade vicentina da cidade do Rio de Janeiro, uma forma de controlar as ações assistencialistas realizadas pelo grupo católico junto àquelas famílias.

Apesar do tempo transcorrido é interessante ter acesso às descrições feitas por avô e neto em diferentes períodos históricos. Enquanto o primeiro observaria crianças serem capturadas nas ruas da cidade do Recife, o segundo registrou como eram constituídas algumas famílias miseráveis que habitavam as periferias da cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX.

Através das anotações de Carlos Alberto somos apresentados ao casal Manuel e Josepha, pais de cinco filhos. O mais velho, chamado Manuel assim como o pai, aos 11 anos de idade residia “na casa de um sapateiro, aprendendo sem nada ganhar”.³³⁶ O menino poderia contribuir financeiramente com seu sustento e o de sua família quando estivesse apto a exercer o ofício de

³³² MORAES, J. A. Op. Cit. p.11.

³³³ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os aprendizes da guerra* In: PRIORI, Mary Del História das crianças no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002. p 200. *Apud* :VIEIRA, Hugo Coelho. *Aprendizes castigados: A infância sem destino nos labirintos do arsenal de guerra 1827-1835*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/7062/1/arquivo3274_1.pdf. Acesso em: 10 dezembro de 2022. p.2.

³³⁴ MELO, J.A.M. Op. Cit. p. 11-12.

³³⁵ Coleção Carlos Alberto de Menezes, série documentos pessoais. CEHIBRA/FUNDAJ.

³³⁶ Idem.

sapateiro, e no período de aprendiz, seria uma pessoa a menos para a família alimentar e manter, custeado por seu mestre, que pela casa e comida oferecida, explorava a mão-de-obra do menino.

Outra família assistida era a da viúva Menotti. Segundo Carlos Alberto, ela era mãe de 3 filhos, a mais velha, Maria da Glória, à época com 14 anos, estaria sob os cuidados de uma tia, enquanto João, filho do meio, 10 anos, residia com uma madrinha. De modo geral, as anotações feitas por Carlos Alberto dão conta de que as famílias possuíam em comum o fato de terem ao menos 3 filhos, e devido a situação de miséria, dificilmente estavam todos sob a guarda de suas famílias de origem, espalhados sob o cuidado de tios, madrinhas, mestres ou mesmo “na casa de uma mulata sem que saibam quem esta seja”.³³⁷

A palavra viúva antecede o nome de várias das mulheres assistidas pela SSVP naquela cidade. Uma delas, de nome Isabel Maria de Jesus, tem sob sua guarda apenas dois de seus quatro filhos. Uma das filhas se encontra com a madrinha, enquanto outra estaria recolhida em um asilo para crianças. Apenas os filhos homens haviam permanecido com a viúva, e já trabalhavam para complementar a renda da família.

A situação de muitos aprendizes submetidos à tutela de mestres de ofício, a exemplo do ajudante de sapateiro Manuel, citado anteriormente, foram atravessadas por castigos e humilhações. Algumas violências, talvez pelo nível de crueldade, romperam o exclusivismo das ruas e do lar doméstico, e tornaram-se públicas através de alguns jornais recifenses. As histórias são muitas.

Uma desgraçada criança

No dia 15 de fevereiro de 1882 uma “barbaridade inaudita” sofrida por um aprendiz, juntava-se a outros crimes noticiados na página nº2 do *jornal do Recife*. Seis dias antes da publicação, um menor cujo nome não é informado, mas que possuía entre 8 e 10 anos, segundo o jornal, teria dado entrada no hospital de caridade do Recife “com a nádega esquerda toda queimada, notando-se outras queimaduras menores por diversas partes do corpo” e em seu rosto, observaram algumas testemunhas “a face esquerda da cara apresenta também um signal antigo de chicotada”.

Relataria a criança ter aproveitado do fato de seu mestre ordenar que fosse “comprar certa porção de milho de alpiste” para solicitar abrigo em outra casa, também de obras, semelhante a residência de seu agressor, uma tentativa desesperada de fugir dos maus tratos sofridos. A demora do menino em retornar para casa provocou desconfiança em seu mestre,

³³⁷ Idem.

que ao tomar ciência do plano, parte enfurecido na direção da criança. Em seguida “levo-o para casa cuja as obras ele dirige, e ali, conduzindo-o para o quarto, aplicou-lhe quatro bolos, despi-o, amarrou-o num andaime com corda de piaçava, colocou uma porção de maravalhas por baixo do pequeno, e deitou-lhe fogo”. A cena é descrita pela “desgraçada criança”, enquanto a mesma padecia de seus ferimentos no hospital.

O relato foi uma tentativa do menino de pôr fim às torturas a que era submetido, pois seu agressor, provavelmente temendo ser punido, havia instruído o garoto para relatar uma versão diferente da ocorrida, versão essa que o isentaria de qualquer responsabilidade.

Manoel Francisco Xavier

No ano de 1865 o mesmo jornal publicaria alguns despachos emitidos por Luiz Albuquerque Martins Pereira, chefe de polícia da cidade do Recife à época. Neste caso, podemos por meio da história de outro aprendiz, constatar que houve interesse por parte das autoridades, no sentido de responsabilizar criminalmente o mestre agressor. Em seu despacho, o chefe de polícia afirma ter ordenado ao delegado do 1º distrito da capital, verificar uma denúncia acerca do mestre Francisco Caetano de Paula, que “havia violentado e ofendido seu aprendiz”, o menor Manuel Francisco Xavier, iniciado na arte de torneiro. O delegado cumpre as ordens do chefe de polícia e constata serem verídicas as denúncias. Informa ainda ter enviado um inquérito ao juiz para dar continuidade às investigações.

Quase 10 anos após ser denunciado, o mestre Francisco Caetano de Paula aparece nos documentos da Santa Casa de misericórdia no ano de 1877, citado em um ofício enviado por ele a junta administrativa daquela instituição, onde solicita “para sua companhia, o exposto Afonso, com oito anos de idade para ensinar-lhe o ofício de torneiro”³³⁸. Não conseguimos identificar se o pedido foi aceito, mas a tentativa do mestre em obter outro aprendiz, mesmo após ter sido denunciado publicamente, e as autoridades concluírem que o mesmo de fato havia cometido os crimes que lhe foram imputados, não impediriam Francisco Caetano de Paula de peticionar a tutela de outro aprendiz.

Methodio

Nem sempre as tentativas de fuga eram frustradas. O jornal *A Província* do dia 09 de maio de 1891, traria um anúncio onde se procurava por um “mulatinho de nome Methodio, de 8 anos de idade”. O aprendiz de marceneiro conseguiu fugir da tenda de seu mestre, localizada na rua direita, centro da cidade do Recife. Difícil imaginar o que foi e o que se tornaria a vida

³³⁸ Santa Casa (1877-78), Relatório da Santa Casa de Misericórdia, em 28 de março de 1877, p.42. Arquivo público do estado de Pernambuco. *Apud* MOURA, Op.Cit.p. p.59.

para Methodio, o pequeno fugitivo de 8 anos de idade. Além da batalha por abrigo e comida, passaria a conviver com a tensão da captura. Seu mestre rogava as “autoridades policiais, ou qualquer pessoa, que o apreenda a levá-lo a mesma tenda, ou no sobrado n.10 da mesma rua”.³³⁹ Pelo fato do anúncio ser publicado a pedido do mestre, não há detalhes sobre a situação e as condições vividas pela criança até o momento da fuga, mas a de se imaginar que dificilmente Methodio fugiria se vivesse em condições dignas, e os outros exemplos anteriormente citados, dão prova da perversidade de alguns mestres. Ao fugir, Methodio reivindicava o direito de viver, sobretudo de viver uma vida diferente da que lhe foi imposta.

Andre Joaquim

Eram 15:30 da tarde do dia 06 de maio de 1889, quando Andre Joaquim, um aprendiz de 11 anos de idade, trabalhava na oficina de conservação do porto do Recife. Neste exato momento uma barra de aço se desprende e atinge o olho esquerdo do menino. A criança “louca de dor, pedia que a socorressem”³⁴⁰. André corre em direção ao contramestre da oficina “que em vez de procurar tratar o seu infeliz discípulo, disse-lhe que ele merecia bolos e o mandou sair”. O jornal do Recife ao noticiar o episódio, recrimina a atitude do contramestre, e clama ao diretor de conservação dos portos providências em relação ao ocorrido.

Muitas dessas crianças eram entregues aos mestres de ofício com o consentimento de suas famílias, conforme registros feitos por Carlos Alberto e seu avô, Manoel Joaquim de Menezes. Mas existiam os órfãos, que uma vez abandonados nas rodas de caridade, ficavam sob tutela das santas Casas de Misericórdia, ou das câmaras governamentais. Em 1804 um alvará expedido pela câmara do Recife, solicitava que as instituições informassem às autoridades uma vez por ano, quais crianças estavam em idade de aprenderem um ofício. A partir dos sete anos de idade, todas eram consideradas aptas a terem seus nomes incluídos na lista³⁴¹. O presidente da câmara era responsável por indicar os mestres responsáveis por cada uma delas. Não conseguimos informações referentes aos critérios utilizados para escolha desses mestres, ou até mesmo se existia algum critério, mas não nos restam dúvidas de que o abandono do estado e ausência de vínculos familiares no caso dos aprendizes órfãos, foram fundamentais para que muitos deles, ficassem literalmente à mercê do sadismo de seus mestres.

³³⁹ Jornal do Recife, edição 00024, 1895.

³⁴⁰ Jornal do Recife, 07 de maio de 1889.

³⁴¹ MOURA. Op.Cit.p.27.

4.4 LICEU DE ARTES E OFÍCIOS

A cidade do Recife já contava com um ensino sistematizado de ofícios antes mesmo da chegada dos Salesianos. O Liceu de Artes e Ofícios inaugurado no ano de 1880, tinha por objetivo instruir jovens na arte de ofícios relacionados ao ramo de edificações. Não conseguimos precisar o nível da relação mantida entre Carlos Alberto e o Liceu, porém, o documento onde o instituto de artífices convida o engenheiro para fazer o discurso inaugural do seu evento mais importante, a *Exposição Artístico Industrial*, fornece alguns indícios de como figuras e setores da sociedade pernambucana dialogavam em torno do ensino de ofícios nos primeiros anos do século XX.

No dia 07 de dezembro de 1903 um convite da associação dos Artistas Mecânicos e liberaes, mantenedora do Liceu, convidava o *ilustre cidadão* Carlos Alberto de Menezes para abrir a exposição artístico e industrial, a ser realizada no dia 13 daquele mesmo mês e ano. Nas primeiras linhas da folha de papel timbrada em nome do Liceu³⁴², ressalta-se o fato do presidente da exposição, bem como toda a comissão executiva do evento, terem, por unanimidade, chegado à conclusão de não haver pessoa mais preparada em Pernambuco para assumir tal empreitada além de Carlos Alberto, que de acordo com o convite, era o único a possuir comprovada competência para discutir o tema da industrialização na província. O documento apelaria ainda para o “o amor e patriotismo” do engenheiro pelas “grandes causas”, na tentativa, talvez, de evitar uma recusa ao convite feito.

A Sociedade dos Artistas Mecânicos, criada na cidade do Recife no ano de 1841, era composta por artífices especializados no ramo das edificações, todos negros, pardos e trabalhadores livres, “(...) que acreditavam no trabalho enquanto fator de distinção social”³⁴³. Ao demonstrarem a sociedade perícia e saber teórico na realização das obras executadas, buscaram através do corporativismo, desvencilharem-se da mácula de insignificância atribuída pela sociedade brasileira aos trabalhadores manuais. O objetivo era demonstrar que ao executarem seus ofícios, mobilizavam um saber sistematizado, indispensável para um trabalho de excelência. Neste sentido, o Liceu ofereceria todos os dias úteis, pelos menos desde o ano de 1887, “aulas de diversas línguas e ciências”, com objetivo de “ilustrar as classes artísticas e manufatureiras”.³⁴⁴

³⁴² Coleção Carlos Alberto de Menezes, série documentos pessoais. Arquivo CEHIBRA/FUNDAJ.

³⁴³ MAC CORD, Op. Cit. p.29.

³⁴⁴ Jornal do Recife, 10 de dezembro de 1887.

Extintas as corporações de ofício no Brasil desde o ano de 1824, e a consequente ausência de interesse dos órgãos governamentais, seja governo, município ou império, em profissionalizar e formar artífices, esse grupo ocupa um espaço vago, tanto, que “em 1844, uma ajuda anual foi votada em favor da nova agremiação (...) justificada pela falta de estabelecimentos escolares, por seu baixo custo aos cofres público, e pelo bom exemplo que a sociedade poderia suscitar”.³⁴⁵

O ano de 1870 pode ser considerado o ápice do prestígio do grupo que é convidado pela administração estadual para conduzir o futuro Lyceu de Artes e Offícios do Recife, sobretudo por reconhecerem as autoridades que “(...) os artífices de cor eram dos poucos a possuir experiência político-pedagógica para tocar o projeto”³⁴⁶. O grupo torna-se cada vez mais próximo da elite letrada e econômica da cidade.

O pesquisador Marcelo Mac Cord ressalta ser de interesse dos órgãos governamentais manter boas relações com aquela sociedade de artífices, “(...) uma vez que poderia ser utilizada enquanto exemplo de morigeração, disciplina e ordem para uma crescente mão-de-obra livre e pobre que se amontoava pelos mocambos e cortiços da capital da província”³⁴⁷. Acreditamos ser esse o elo que ligaria um grupo de artífices pretos e pardos do Recife a Carlos Alberto, um bem relacionado integrante da elite social e econômica pernambucana. O engenheiro defendeu publicamente a necessidade de formar uma mão-de-obra ordeira e disciplinada. Embora fosse uma instituição não religiosa, era um projeto que muito se aproximava de seus interesses, sobretudo por atuarem na formação profissional de jovens pobres.

Mas apesar dos apelos do grupo, Carlos Alberto não discursou na abertura da Exposição Artística e Industrial do Lyceu. Acreditamos que fortes motivos o teriam impedido de comparecer, pois desde inauguração de sinos de igreja a discursos em congressos, o engenheiro não perdia uma oportunidade de mostrar-se e expor suas ideias perante a sociedade. Aproximadamente um ano antes do convite ele faria uma fala durante o 61^a aniversário de fundação da sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes, não localizamos o motivo de sua ausência na exposição industrial, talvez o fato do pedido ter sido enviado apenas quatro dias antes da exposição tenha coincidido com algum compromisso anteriormente agendado. Entretanto, integrantes do seu ciclo íntimo de amigos, como o industrial Antonio Muniz Machado, mantinha algum grau de relação com a instituição, haja vista seu nome constar na

³⁴⁵ MAC CORD, M. Op. Cit. p.31.

³⁴⁶ MAC CORD, M. Op. Cit. p. 40.

³⁴⁷ MAC CORD, M. Op. Cit. p.37.

lista de paraninfos convidados para prestigiar, ainda no ano de 1886, a colocação da pedra fundamental da construção que abrigaria as oficinas do Lyceu ³⁴⁸, assim, não apenas o engenheiro, quanto figuras do seu entorno, se manteriam próximos do que se passava no colégio de artífices. A formação de mão-de-obra interessava às elites industriais pernambucanas. Mesmo porque, os egressos da instituição integrariam o quadro de funcionários desses mesmos industriais.

A fala inaugural foi então realizada por Pereira da Costa, presidente da comissão organizadora do evento, talvez não tivesse tanto conhecimento acerca da industrialização em Pernambuco quanto Carlos Alberto, mas já era um profundo conhecedor e interessado pela história do estado, autor das mais de 5.000 páginas dos *Anais Pernambucanos*, conjunto de obras que abordam a história de Pernambuco entre o período de 1493-1850. O mesmo também chegou a ministrar aulas na instituição do Liceu por um curto período³⁴⁹.

A abertura da exposição foi um evento grandioso. O jornal *Diário de Pernambuco* narraria que “O edifício ostentava garboso embandeiramento, vendo-se do jardim de entrada dois coretos em que tocavam banda de música, uma da polícia e outra federal”³⁵⁰. Como de praxe nesses eventos, todas as pessoas “gradas” da sociedade marcariam presença: governador, vice-governador, bispo, chefe de polícia, comandante militar e desembargador. Um dos setores da exposição contemplaria a indústria do algodão, mostrando todo o processo produtivo, desde o algodão em caroço, até os carretéis de tecido.

A fábrica de Camaragibe ocuparia a parte direita de uma das sessões do evento, destinado a exposição *da indústria do algodão*, e apresentaria ao público mais de 20 tipos de tecidos. A fábrica apresentaria imagens de sua área externa, interna, de um açude (supomos ser o São Bento) e “(...) um quadro com fotografias relativas à organização social da corporação dos operários de Camaragibe, representando os armazéns cooperativos, escolas, vila operária, banda de música etc...”³⁵¹.

O objetivo do evento era apresentar ao público visitante as manufaturas produzidas por cada estabelecimento industrial. Assim, o fato de Camaragibe propagandar as benesses oferecidas aos seus funcionários, nos permite imaginar que a exposição, sob o ponto de vista dos representantes da fábrica, também era uma oportunidade de fortalecer, ou mesmo construir,

³⁴⁸ Jornal *Diário de Pernambuco*, 24 de março de 1886.

³⁴⁹ A informação consta na breve biografia de Francisco Pereira da Costa. Disponível em: <http://www.liber.ufpe.br/pc2/quem.jsp>. Acesso dia: 12/01/2023.

³⁵⁰ Jornal *Diário de Pernambuco*, 15 de dezembro de 1903.

³⁵¹ Jornal *A Província*, 30 de dezembro de 1903.

uma boa imagem daquele estabelecimento perante a sociedade. Aproveitaram a expressiva cobertura do evento feita pelos jornais *do Recife* e *A Província*, que dedicaram um amplo espaço de suas páginas ao evento.

4.5 A CASA DE DOM BOSCO EM PERNAMBUCO

Embora a princípio os Salesianos tenham declinado da ideia apresentada por Carlos Alberto de construir um colégio da congregação na cidade do Recife, o responsável pela inspetoria Salesiana da América do Sul, Pe. Lasagna, solicitaria ao vicentino Guilherme Moryssi que repassasse algumas informações a Carlos Alberto, com intuito de facilitar as tratativas da fundação de um colégio em Recife, quando a congregação estivesse em condições de fazê-la.

Em carta enviada a Moryssi datada de 27 de novembro de 1889, o inspetor salesiano lamentaria do Uruguai não poder atender de imediato a solicitação feita por nosso personagem: “(...) Desejo que o senhor participe ao Sr. Dr. Menezes os meus sentimentos com respeito a fundação da Casa Salesiana de Pernambuco. Eu admiro o zelo do Sr. Doutor e vejo que bem mereceria ser correspondido com prontidão”³⁵², mas ainda assim se compromete a “apoiar a ideia do Dr. Menezes e cooperar ativamente para que sejam satisfeitos seus santos desejos”.³⁵³

Pe. Lasagna parece entender a ansiedade de Carlos Alberto, mas ressalta na carta enviada a Moryssi que ele não deveria ter pressa, até porque, algumas etapas precisariam ser cumpridas para criação de um colégio, a principal seria a aquisição de

Um terreno em propriedade na cidade e, em um lugar sadio, de uma extensão não inferior a 10.000 metros quadrados, para ter igrejas, oficinas, aulas, etc., etc. Tenho em vista que o terreno não pode ser fora da cidade (...) deve o lugar ser facilmente acessível às multidões dos meninos desvalidos e das ruas.³⁵⁴

Luiz de Oliveira ressalta que o fato do porto do Recife ser uma rota obrigatória para os navios que partiam em direção a Europa, fazia da cidade uma base importante para expansão da congregação Salesiana na região norte do país, de acordo com o pesquisador “seria pela boca do Capibaribe que a ação salesiana penetraria nesta região”³⁵⁵.

A viagem de Carlos Alberto à Itália se mostraria proveitosa, pois o superior da congregação, Pe. Rua, estabelece o prazo de dois anos para que o futuro colégio do Recife entre em funcionamento. Mas, conforme demonstraria o inspetor Pe. Lasagna, o prazo poderia ser

³⁵² Montevideu, 27/11/1889. ACSSC, 01:34.

³⁵³ Idem.

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ Idem.

abreviado, tudo iria depender da capacidade dos vicentinos em captar recursos: “deve-se entender este prazo como mais longo e que se pode abreviar se as coisas se desenvolverem favoravelmente.”³⁵⁶ E com este intuito, Carlos Alberto elaboraria um *Projeto de fundação de um asilo para órfãos e desamparados e de escolas profissionais para os meninos pobres na cidade do Recife*. O documento foi apresentado no ano de 1891 à sociedade pernambucana, e teria por objetivo captar os recursos iniciais para compra da casa que abrigaria o colégio. Um livreto de 21 páginas elaborado pelos vicentinos se concentrou em apresentar a utilidade dos Salesianos para a sociedade pernambucana do ponto de vista prático, provavelmente com o intuito de atrair donativos de todas as partes, não apenas de católicos, conforme podemos observar no trecho a seguir

“Quem se entregar com patriótico interesse ao estudo das necessidades mais palpitantes de nossa sociedade[...] ocorrerá entre os primeiros [...] a falta absoluta de educação profissional para os meninos pobres e de asilo para os órfãos e desamparados da cidade do Recife [...] o Brasil [sofre] um dos seus maiores males – a mania dos empregos. O homem que entre nós sabe ler, escrever e contar não se sujeita mais aos trabalhos puramente servis, mas habilitação profissional ele não tem[...] no Brasil todo o trabalho profissional é difícil e caríssimo. Em todo e qualquer empreendimento que exija o aproveitamento de artes e ofícios, ainda os mais simples, é preciso contar com um elemento fortemente contrário, a falta de pessoal idôneo. No Brasil não há operários³⁵⁷.

Diferente de outras regiões brasileiras, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, o Nordeste não consolidou a presença de imigrantes estrangeiros no setor produtivo. Satie Muzubutzi ao pesquisar a formação do trabalhador imigrante durante os primeiros anos da república velha (1890-1930) afirma que “em 1901, a população operária do Estado de São Paulo foi calculada em 50.000 pessoas, das quais os brasileiros não chegavam a 10%”.³⁵⁸ O pesquisador apresenta também uma questão já abordada no decorrer desse trabalho, qual seria a ideia de degradação atribuída ao trabalho manual “visto como próprio do negro escravo...”³⁵⁹. De forma semelhante ao homem branco, o negro liberto também recusaria o trabalho manual, e os postos de trabalho abertos pela indústria, exerceria sobre ele pouca ou nenhuma atração. Para pôr a fábrica de Camaragibe em funcionamento, Carlos Alberto afirma ter oferecido salários iniciais bem acima da média, pois de outra forma não teria quem operasse as máquinas³⁶⁰.

³⁵⁶ Idem.

³⁵⁷ ACSS,01;09 *apud* OLIVEIRA. Op.Cit.p.48.

³⁵⁸ MIZUBUTI, Satie. *Sobre a formação da mão-de-obra industrial no Brasil e a imigração estrangeira -1890-1930*. p.4. Disponível em: <file:///C:/Users/andre/Downloads/13399-Texto%20do%20Artigo-52747-1-10-20090910.pdf>. Acesso dia 10/02/2023.

³⁵⁹ Ibidem.p.3.

³⁶⁰ Discurso ao primeiro congresso católico do Brasil. AZEVEDO.Op.Cit.p.67.

Uma das edições do Jornal do Recife³⁶¹ anunciaria Carlos Alberto enquanto presidente da comissão responsável por arrecadar os donativos. No dia 15 de setembro de 1902, quase um ano após a divulgação do projeto, onde o “ilustre Dr. Carlos Alberto de Menezes”, escreveria ao mesmo jornal para comunicar a coroação de seus esforços e dos doadores, cujo resultado seria a compra de uma casa na rua Visconde de Goyana, bairro da Boa Vista, pelo valor de 38:750\$000.

Carlos Alberto comunicaria a compra da casa ao Pe. Giordano, encarregado pelos superiores italianos de coordenar os trabalhos no Recife. Redigiu uma longa carta³⁶² dando notícias das negociações e planos futuros, sobretudo seu interesse para que fossem iniciadas o mais rápido possível as oficinas profissionalizantes. Já nas primeiras linhas do documento, escreveria

Tenho o prazer de vos escrever para vos enviar o plano e a fotografia da casa que compramos para nossa obra. Devo apenas vos advertir que a foto é melhor do que a realidade, porque a casa, abandonada desde algum tempo está muito suja e precisa de reparos. (...) estamos na cidade, sem estar nos maus subúrbios. O bonde passa na porta. Se preferirdes andar a pé, com um pequeno passeio estareis na cidade – muito ar, muita vegetação.

Vossa obra está anunciada como destinada aos meninos pobres; o nome de D. Bosco está estritamente ligado a juventude carente, o ensino profissional é o sonho desse século e um dos lados mais simpáticos da obra Salesiana³⁶³.

Alguns dias depois Carlos Alberto teria um retorno da carta enviada³⁶⁴. Em resposta constam agradecimentos aos esforços dos católicos do Recife, mas também aponta para uma questão importante a ser levada em consideração, relacionada ao idioma, uma vez que a grande maioria dos religiosos da comissão formada para iniciar os trabalhos na capital pernambucana se quer dominavam a língua portuguesa, “exceto um”, ressaltaria Pe. Giordano na correspondência. Uma vez rompida a barreira da língua, o próximo passo diria ser iniciar aos oratórios festivos, a fim de atrair jovens pobres dos bairros vizinhos, que usufruiriam aos domingos de jogos e brincadeiras conduzidas pelos padres da congregação. Os oratórios tinham por objetivo principal atrair jovens para o convívio entre os salesianos.

A casa escolhida ficava próxima de regiões como o bairro do Pina, que contava à época com população quase toda composta de pobres e miseráveis. Cercada pelo mar na parte sul e pelo rio Capibaribe ao norte, o bairro atrairia “pescadores jangadeiros, marisqueiros, canoeiros, ex-escravos, gente sem qualificação profissional, expulsa de outras áreas mais centrais da

³⁶¹ Jornal do Recife, 31 de outubro de 1891.

³⁶² Camaragibe, [Recife] 14/09/1894. ACSSC, 01:43. *Apud* OLIVEIRA. Op. Cit.p.63.

³⁶³ ACSSC, 01,46 *Apud* OLIVEIRA. Op. Cit.p.63.

³⁶⁴ Paris, 19/09/1894/1894. ACSSC,01;44.

cidade do Recife, que encontravam naquele local pescaria abundante para subsistência da família”³⁶⁵. Relembramos que esse seria um dos critérios a ser observado para fundação do colégio, central, porém próximo da pobreza, conforme orientaria o inspetor Lasagna a Carlos Alberto “(...) o terreno não pode ser fora da cidade: pois a ação educadora tendo de se exercer sobre meninos externos com os oratórios festivos, deve o lugar ser facilmente acessível às multidões dos meninos desvalidos ou da rua”.³⁶⁶

Iniciaram-se as atividades do oratório festivo em janeiro de 1895, frequentado por meninos pobres que residiam no entorno do colégio. Não conseguimos identificar qual idade mínima e máxima para frequentar o oratório. Durante a manhã os meninos participavam de jogos, brincadeiras e assistiam a celebração da missa. Na parte da tarde, além dos jogos, teriam aula de catecismo e bênção religiosa sob invocação do Santíssimo Sacramento.³⁶⁷

Por todo trabalho e assistência fornecida aos padres Salesianos, Carlos Alberto receberia dos religiosos italianos um diploma fornecido apenas a cooperadores de reconhecido serviço prestado a congregação. O documento deixa claro que a partir do dia 25 de dezembro de 1896, nosso personagem gozaria de “todos os favores, indulgências e graças espirituais, concedidas pelo Summo Pontífice”³⁶⁸. Assina o diploma o sucessor de Dom Bosco, Pe. Miguel Rua.

³⁶⁵ AIBUQUERQUE, Mariana, Zerbone Alves de; GOMES, Edivânia Tores Aguiar; SILVA, Julio Cesar Silva da. *A cidade: uma leitura geográfica da paisagem urbana da metrópole pela Pina, recife – PE*. Disponível em: <file:///C:/Users/andre/Downloads/229893-68750-1-PB.pdf>. Acesso dia: 14/02/2023. p.64-65.

³⁶⁶ MONTEVIDÉU, 27/11/1889. ACSSC, 01;34. *Apud* OLIVEIRA. Op.Cit.p.46.

³⁶⁷ OLIVEIRA. Op. Cit.p.70.

³⁶⁸ Coleção Carlos Alberto de Menezes. Série documentos pessoais. CEHIBRA/FUNDAJ.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vertente ultramontana da igreja católica brasileira protagonizou nos últimos anos da república o enfrentamento a laicidade levada a cabo pelo poder imperial constituído. A atuação do alto clero foi bastante expressiva nesse sentido, sobretudo o episódio da questão religiosa. No entanto leigos católicos, à exemplo de Carlos Alberto de Menezes, se articularam em defesa de um projeto de sociedade que versava sobre pautas de costume, a exemplo do casamento civil em detrimento do religioso, e econômica, caso da orientação cristã que nosso personagem buscou implementar na fábrica têxtil de Camaragibe - PE durante o período em que administrou o empreendimento.

O interesse de Carlos Alberto pelo movimento da democracia cristã francesa colaborou para que ele expandisse suas ideias, e buscasse meios e estratégias de implementar a “sua” fábrica cristã em Camaragibe. Assim, congregações religiosas europeias atravessaram o Atlântico com destino a Pernambuco para auxiliá-lo nesse projeto. Um colégio foi construído na cidade do Recife por padres Salesianos, a fim de formar uma mão-de-obra atravessada pela doutrina católica. Conectado ao que se passava no mundo, Carlos Alberto acreditava que essa seria a melhor estratégia para impedir que os operários brasileiros levantassem a voz diante dos patrões.

Diante um projeto que se apresentava enquanto modelar, algumas vozes não foram emudecidas, sobretudo a dos próprios trabalhadores, que se manifestaram através do centro protetor dos operários, responsável pelo periódico Aurora Social, veículo de imprensa que denunciaria os abusos cometidos em Camaragibe, a fim de desconstruir a visão idílica da fábrica, propagada por Carlos Alberto de Menezes e fortalecida por alguns veículos de imprensa.

Se faz necessária a produção de mais trabalhos relativos à atuação do laicato brasileiro entre as duas últimas décadas do império e primeira década da república, dessa forma teríamos uma dimensão dos diversos espaços de trânsito desses sujeitos, a fim de estabelecer a multiplicidade de estratégias empregadas em outros espaços institucionais e regiões do país.

Carlos Alberto foi representante da igreja católica ultramontana em um Brasil que transacionava entre império e república, temerosa em relação ao fim do padroado régio, e em relação ao avanço de outras doutrinas religiosas à exemplo do protestantismo e espiritismo. Para além do campo religioso, o temor também se fazia presente em relação aos socialistas, sobretudo a capacidade desses últimos em cooptar uma recente categoria de trabalhadores assalariados em um país que amargava séculos de escravização.

O presente trabalho aponta como a religião católica e seus representantes pertencentes às elites, no caso estudado a elite industrial, se valeram de uma experiência em curso na França, o movimento democrata Cristã francês, para implantar em Pernambuco um gerencialismo pautado na doutrina católica. Modelo este que encontrou resistência e foi contestado por lideranças socialista locais, sobretudo ligadas ao Centro Protetor dos Operários.

Por intermédio de Carlos Alberto instituições foram criadas, à exemplo do colégio Salesiano do Recife, com o intuito de formar profissionalmente trabalhadores na lógica católica. Entretanto, no caso do colégio em questão, essa experiência não obteve o êxito pretendido, uma vez que grande parte dos alunos pobres e órfãos, público-alvo das oficinas ministradas, abandonavam o colégio para ganhar algum dinheiro, sem concluírem o período mínimo de formação.

Muitos fios tecem a trajetória de Carlos Alberto de Menezes. Esta dissertação apresenta apenas um deles, consciente que nem mesmo esse fio teve todas as possibilidades esgotadas.

XX

Este trabalho está sendo concluído em junho de 2023, onde muito do que estudei nos últimos 3 anos para tecer a escrita dessa dissertação, me levavam não apenas a refletir, mas me assombrar com a história recente do país, sobretudo os últimos 6 anos. Começo o primeiro capítulo com a história do pseudo *padre Silva*, o falso padre que celebrava missas, acusado de farsante pela própria igreja católica da qual dizia pertencer. Mal sabia eu naquele momento em que decidi usar a curiosa matéria de um jornal do século XIX, que outro falso padre ganharia destaque nos jornais brasileiros de 2022, ao concorrer a presidência da república nas eleições daquele ano.³⁶⁹

Em 2017 o governo do ex-presidente Michel Temer, transformaria em lei a medida provisória proposta por ele em 2016, e assim sancionaria a reforma do ensino médio, que transforma em optativas nos currículos dessa etapa de ensino, matérias relacionadas às humanidades, tais como Sociologia e Filosofia. A contrapartida seria a oferta de disciplinas que preparem o jovem para o mundo do trabalho, dentre elas marketing e empreendedorismo.³⁷⁰ Como não ser remetida a formação profissionalizante imposta a parcela pobre da população, como se nascessem predestinados a tornarem-se aprendizes e operários. Apresentamos nesta

³⁶⁹ “Afim, o padre Kelmon é padre ou não?” Disponível em: <https://www.folhade.com.br/politica/afim-o-padre-kelmon-e-padre-ou-nao/242005/>. Acesso dia 10/02/2023.

³⁷⁰ “Revogação do novo ensino médio, uma luta urgente!”. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2023/01/28/revogacao-do-novo-ensino-medio-uma-luta-urgente/>. Acesso dia: 10/02/2023

REFERÊNCIAS

Fontes Manuscritas utilizadas

Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ):

Caderneta de anotações. Coleção Carlos Alberto de Menezes, série documentos pessoais.

Convite para exposição artístico industrial do Liceu de artes e ofícios. Coleção Carlos Alberto de Menezes, série documentos pessoais.

Carta ao inspetor da fábrica de tecidos de Camaragibe referente a contratação de crianças. Coleção Carlos Alberto de Menezes, série documentos pessoais.

Carta Manoel Gomes de Mattos dirigida aos confrades vicentinos para anunciar a morte de Carlos Alberto. Coleção Carlos Alberto de Menezes, série documentos pessoais. Estatutos Companhia Industrial Pernambucana. Coleção fábrica de tecidos de Camaragibe.

Jornais e revistas

Hemeroteca Digital

Jornal do Recife, 26 de fevereiro de 1880.

Jornal do Recife, 03 de novembro de 1904.

Jornal do Recife, 06 de abril de 1899.

Jornal do Recife, 08 de abril de 1889.

Jornal do Recife, edição 0024, 1865.

Jornal do Recife, 09 de abril de 1899.

Jornal do Recife, edição 00024, 1895,

Jornal do Recife, 07 de maio de 1889.

Jornal do Recife, 10 de dezembro de 1887.

Jornal do Recife, 31 de outubro de 1891.

Almanach de Pernambuco, edição 0008 de 1905.

Revista Besouro, 20 de julho de 1878

Jornal Boa nova, 25 de março de 1877.

Jornal O Caiador, edição número 02, 1895.

Jornal A Troça, 20 de dezembro de 1889.

Jornal Diário de notícias, 13 de julho de 1885.

Jornal A província, 02 de maio de 1891.

Jornal A província, ano 1891, edição 00102.

Jornal A província, 02 de maio de 1891.

Jornal A província, 23 de novembro de 1891.

Jornal A Província, 30 de dezembro de 1903.

Jornal A instrução Pública: Publicação Hebdomaria (RJ), 18 de julho de 1875.

Jornal O Paiz, 08 de maio de 1886.

Jornal Diário de Pernambuco, 24 de março de 1886.

Jornal Diário de Pernambuco, 15 de dezembro de 1903.

Jornal Imprensa Evangélica, 28 de novembro de 1878.

Jornal Gazeta de Notícias, 13 de junho de 1877.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE):

Jornal *Aurora Social*, 24 de junho de 1901.

Jornal *Aurora Social*, 13 de agosto de 1901.

Jornal *Aurora Social*, 15 de dezembro de 1901.

Jornal *Aurora Social*, fevereiro de 1901.

Serie documental petição /fábricas, folha nº133. Arquivo público Jordão Emerenciano setor de manuscritos.

Bibliografia (livros, artigos, teses e dissertações)

ALBUQUERQUE, Mariana, Zerbone Alves de; GOMES, Edivânia Torres Aguiar; SILVA, Julio Cesar Silva da. *A cidade: uma leitura geográfica da paisagem urbana da metrópole pelo pina, Recife – PE*. Disponível em: file:///C:/Users/andré/Downloads/229893-68750-1-PB.pdf. Acesso dia: 14/02/2023.

ALMEIDA, Antonio José de. *Leigos em que? Uma abordagem histórica*. São Paulo: Paulinas, 2007.

ALONSO, Angela. *De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro*. B & B, Rio de Janeiro, n. 42, 2. ° semestre de 1996, p.110. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/180/171>. Acesso dia 20/01/23.

AMARAL, Deivison. *A corporação cristã em perspectiva transnacional: interações e transferências entre as organizações católicas para trabalhadores de Camaragibe (Brasil) e Val-des-Bois (França)*. Revista Mundos do Trabalho (online), v. 11, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67231/41044>.

AMARAL, Walter Valdevino do. *Que fizeram “ellas”? As filhas de Maria e a boa imprensa no Recife*. Dissertação (mestrado). Universidade Católica de Pernambuco. Mestrado em ciência da religião. 2010.102f.

AZZI, Riolando. *A obra de Dom Bosco no Brasil: 100 anos de história*. Barbacena: centro Salesiano de documentação e pesquisa, 2000, p.45

_____, Riolando. *Os salesianos no Brasil à luz da história*. Editora Salesiana de São Paulo: São Paulo, 1983.

_____, Riolando. *O estado leigo e o projeto ultramontano*. São Paulo: Paulus, 1994.

_____, Riolando. *A organização das obras Salesianas*. v. II

BARRETO, Lima. *Contos completos de Lima Barreto*. Org. SCHWARCZ, Lilia Moritz. São Paulo, Companhia das letras, 2010, pág. 154-162.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX o espetáculo da pobreza*. São Paulo, edit. Brasiliense, 7º edição, 1992, p.23-48.

CALDEIRA, Jorge. *Mauá: o empresário do império*. São Paulo: companhia das letras, 1995.

CAMILO, Josemir. *Retrato de Goiana em 1915*. Disponível em: <https://www.ihaggo.org/retrato-de-goiana-em-1915/> acesso dia 25/09/2022.

CARDOSO, André Luiz Rocha. *Trens de subúrbio nas rotas de exportação: Uma dinâmica urbana para as ferrovias pernambucanas de longa distância (1858 – 1900)*. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal de Pernambuco, 2018, p.42.

CAREOGO, Aroldo. *Salesianos e Bororo nos sertões mato-grossenses: das práticas missionárias às resistências culturais (1894-1910)*. Revista Nures n. 16, setembro-dezembro 2010 – Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – Pontifícia Universidade Católica – SP ISSN 1981-156 disponível em: <https://www.pucsp.br/revistanures/revista16/AroldoCareaga.pdf> acesso dia 15/10/2022.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Os usos da biografia pela microanálise italiana. Interdependências, biografias coletivas e network analysis*. In: AVELAR, Alexandre de Sá; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs). *O que pode a Biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

CARVALHO, José Murilo. *Os Bestializados. O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, edição ebook Kindle.

_____, José Murilo de. *A construção nacional:1830-1889*. Vol. II. 1º ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

CHOLVY, Gérard. *Christianisme et Société en France au XIX siècle (1790-1914)*. Editions du Seuil, Novembre 1997, 1ère édition.

COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Advocacia, Medicina e Engenharia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

COLLIER, Eduardo. *Carlos Alberto Menezes: Pioneirismo Sindical e Cristianismo*. Recife: Digital Graph Ed., 1996.

CAVALCANTI, Amanda Alves Miranda. *O melhor de nossa pernambucanidade: A construção da memória de Mario Sette como fundador da ideia de “pernambucanidade”*. Artigo apresentado no 31º simpósio nacional de história no Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627327767_ARQUIVO_bd0320392e092ec1805ce2491e7da7d6.pdf. Acesso em: 15/03/2022.

CUNHA, Luiz Antonio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: editora UNESP, 2005, e-book Kindle, posição 358.

DA SILVA, André Gustavo Ferreira; Araújo, Erika Ferrez; DOS SANTOS, Jaqueline Calixto. *Representando a moderna caridade: instituição dos Salesianos no Recife (1892-1906)*. Cadernos de História da Educação (online), V.16, P.716-731, 2017.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança. Rio de Janeiro*. Campinas: Paz e Terra; Editora da UNICAMP, 1977.

FERRAZ, Socorro. *Liberais e Liberais: Guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: CEPE editora. 2º ed.2022.

FILHO, Carlos Antonio Pereira Gonçalves. *Escola de primeiras letras: o ensino público primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX*. Tese de doutorado disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17414/1/ESCOLA%20DE%20PRIMEIRAS%20LETRAS%20%281%29.pdf> acesso dia 20/10/2022.

FOGARTY, Michael Patrick. *Christian democracy in Western Europe, 1820-1953*. Reprint of the 1957 ed. published by Routledge & K. Paul, London. p.554.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: editora UNESP, 2000.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. *Diccionario chorografico, histórico e estatístico de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1908.

_____. Sebastião. *Chronica histórica da cidade do Recife*. Revista do instituto histórico e geográfico de Pernambuco, Vol. XVIII, 1916, nº 91 e 92.

GOUVEIA, Bruno Márcio. *Escritos e práticas na trajetória do médico Octávio de Freitas no Recife*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017. 204f.

GRAMSCI, Antonio; tradução Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henriques; Marco Aurélio Nogueira. *Cadernos do cárcere. Vol.4* [Recurso eletrônico]: Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo. 1º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Versão Epub. p.105-109.

HOBBSBAWM, Eric J.A *era das revoluções: Europa 1789-1848*, tradução Maria Teresa Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 18º edição,1997, p.89.

HOFFMANN, Manoela. *O ARQUIVISTA MÁRIO DE ANDRADE: DIMENSÕES POLÍTICAS DE SEU ARQUIVO E DE SUA PRÁTICA ARQUIVÍSTICA*. ANPUH-Brasil – 31º Simpósio

Nacional de História. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628264387_ARQUIVO_72b5b4bc2558f0af14c7985d679336e8.pdf. Acesso dia 29/01/2023.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *A fabricação dos tempos: a materialidade da narrativa histórica*. In: SANTOS, Germiniano dos Santos. *Durval Muniz de Araújo Jr: A arte de inventar-se historiador nas tecituras da história*. Vitória: Editora Milfontes, 2021. Edição Kindle.

KHUN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no Sul da américa portuguesa – século XVII*. Niterói: tese de doutorado, UFF, 2006, 479f.

KOURY, Jussara Rocha. *História de Jaboatão*. Recife: Bagaço design, 2010.

LAMONIER, Maria Lúcia. *Ferrovias, agricultura e mão-de-obra no Brasil (1850-1890)*. Disponível em https://www.abphe.org.br/arquivos/maria-lucia-lamounier_1.pdf acesso dia 27/09/2022.

LANZA, Fábio; SILVA, Claudia Neves da. *Sociedade de São Vicente de Paulo: caridade católica aos problemas sociais?* História (São Paulo) [online]. 2010, v. 29, n. 1. Epub 23 Set 2010. ISSN 1980-4369. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742010000100004>>.

LIMA, Lúcio Renato Mota. *O apostolado dos patrões: limites e possibilidades de um plano industrial disciplinar-religioso em uma fábrica têxtil (Camaragibe, 1891-1908)*. 2012. 176 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LINS, Ivan. *História do positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1964.

LOPES, Alfredo Ricardo Silva. *O Monopólio do Sagrado: o embate entre o Cristianismo Rústico e o Catolicismo ultra-montano na guerra sertaneja do Contestado*. Revista REFLEXUS - Ano X, n. 16, 2016.p.398. Disponível em: <file:///C:/Users/andre/Downloads/joseadriano,+Alfredo+R.+Silva+Lopes.pdf>. Acesso dia 12/01/2022.

LOPES, Leandro José. *A teologia do laicato na construção dogmática Lumen gentium e nas conferências gerais do Episcopado da América Latina*. 2012. 135 f. Dissertação de mestrado (mestrado em teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/5856> acesso dia 20/07/2022.

LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: Revel, J. (org.). Jogos de escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000 *Apud*

LUZ, Noemia Maria Queiroz Pereira da. *Os caminhos do olhar: circulação, propaganda e humor – Recife (1880-1914)*. Tese (doutorado) em História, Universidade Federal de Pernambuco, 2008, p.196.

MAIOR, Armando Souto. *História Geral*. São Paulo: Companhia editora nacional: Matriz-centro, 1978.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: editora da Unicamp, 2012.

MARANHÃO, José de Albuquerque. *História de São Lourenço da Mata*. s/d.

MARX, Karl. *O capital*. Livro I. 2º ed. São Paulo: Boitempo. 2011. p.377.

MELLO, Antonio Joaquim de. Biographies de Joaquim Ignacio de Lima, Luiz Alves Pinto e José Correia Picanço. RECIFE: Typ de Manoel Figueiroa de Faria e filhos, 1895.

MELO, Josemir Camilo de. *Modernização e mudanças: o trem inglês nos canaviais do nordeste (1852-1902)*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira de. *A influência do Positivismo nos primeiros anos da república (1889-1904)*. Disponível em <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-RAFAEL.pdf>. Acesso dia 12/12/2022.

MIZUBUTI, Satie. *Sobre a formação da mão-de-obra industrial no brasil e a imigração estrangeira -1890-1930*. p.4. Disponível em: <file:///C:/Users/andre/Downloads/13399-Texto%20do%20Artigo-52747-1-10-20090910.pdf>. Acesso dia 10/02/2023.

MOUNTUCLARD, Maurice. *Conscience Religieuse et Démocratie: La deuxième démocratie chrétienne en France*. France: Editeur Seuil, 1965.

MORAES, José Alexandre de Melo. *Biographia do tenente-coronel e cirurgião mor reformado do exército Dr. Manoel Joaquim de Menezes*. RIO DE JANEIRO: Typographia brasileira — EDITOR J. J do Patrocínio, 1861.

MOURA, Vera Lúcia Braga de. *PEQUENOS APRENDIZES: Assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*. Dissertação (mestrado em história), PPGH – UFPE, 171f, 2003.

MULLER, Bonifácio. *Convento de Santo Antonio do Recife (1606-1956). Esboço histórico*. Recife, 1956. pp.115-120.

NETO, José Pedro Lopes. “*Queira a Virgem Imaculada abençoar nossa Diocese*”: A invenção da devoção mariana no Morro da Conceição (1904-1925). 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020.

NERY, Ana Karoline de Freitas; CARDOSO, Elisangela Barbosa in *O impaludismo/ malária no Piauí: medidas profiláticas e ações terapêuticas para o tratamento entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX*. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 15, n. 29, jul. - dez. 2021. ISSN: 1982 -193X.

OLIVEIRA, Lucia Helena Moreira de Medeiros. *O PROJETO ROMANIZADOR NO FINAL DO SÉCULO XIX: a expansão das instituições escolares confessionais*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 145-163, dez.2010.

OLIVEIRA, Luiz de. *A inspetoria salesiana de São Luiz Gonzaga*. v.I. Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 2005.

OZANAM, Antoine Frédéric. *La civilisation au cinquième siècle, II, Œuvres complètes, t. II*. Paris, Lecoffre, 1873.

PAULA, João Antonio de. *O processo econômico: A economia brasileira entre 1830-1889- visão geral in* CARVALHO, José Murilo de (org.). *A construção nacional:1830-1889*.1ª edição, Rio de Janeiro: objetiva, 2012.

PERUCCI, Gadiel. *A República das Usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PEREIRA, Nilo. *Conflitos entre a igreja e o estado no Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. 1970.

PIGNA, Felipe. *Biografia de Júlio Argentino Roca (1843-1914)*. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20060311004635/http://www.elhistoriador.com.ar/biografias/r/roca.php>. Acesso dia 21/12/2011.

PIRES, Isabelle; FONTES, Paulo. *Crianças nas fábricas: o trabalho infantil na Indústria Têxtil carioca na Primeira República*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 30, e0101, maio/ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312302020e0101> acesso em 22/10/2022.

REIS, Manoel Antonio dos. *O bispo de Olinda perante a história*. Recife: Imprensa Industrial, 1940.

RÉMOND, René. *O século XIX (1815-1914) introdução a história de nosso tempo*. 8. ed., São Paulo: Cultrix, 2002. tradução: Hernani Robinson [documento pdf].

REZENDE, Antonio Paulo. *As primeiras ideias socialistas em Pernambuco*. Clio-revista de pesquisa histórica-n. 23, 2005, p.12 disponível em: acesso dia: 12/01/2023.

RIBEIRO, Emanuela. *Modernidade no Brasil, igreja católica, identidade nacional: Práticas e estratégias intelectuais: 1889 – 1930*. Tese de doutorado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

RODRIGUES, Rafael Pinto. *A educação literária no Colégio de Pedro II (1838-1854)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010, 115f.p.105. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/16707/16707_5.PDF. Acesso dia 12/10/2022.

ROMERO, Silvio (Org.). *Explicações indispensáveis*. In: *Tobias Barreto: vários escritos*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900.

SÁ, Alexandre José Gomes de. *A ação social católica de Carlos Alberto de Menezes: da inspiração na espiritualidade vicentina à antecipação das exigências da encíclica Rerum Novarum*. 2020. 183f. Tese (Doutorado em ciência da religião). Programa de Pós Graduação em Ciência da Religião, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2012.

SABORIT, IT. *Religiosidade na Revolução Francesa* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. A sombra de Jean-Jacques. 314 p. ISBN: 978-85-99662-98-4. Available from SciELO Books p.15. disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/x9qvt/pdf/saborit-9788599662984.pdf>. Acesso dia 20/07/2022.

SANTOS, Israel Silva dos. *A Igreja Católica na Bahia da Primeira República (1890-1930)*. Revista Aulas, Dossiê Religião N.4 – abril 2007/julho 2007.

SANTOS, João Marcos Leitão. *A ordem social em crise. A inserção do protestantismo em Pernambuco (1860-1891)*. Tese (doutorado) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 403f. Disponível em https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27022009-171104/publico/JOAO_MARCOS_LEITAO_SANTOS.pdf . Acesso dia: 15/01/2023.

SANTOS, Patrícia Ferreira dos. *Poder e palavra: discursos, contendas e direito do padroado em Mariana (1748-1764)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, 2007, p.102,

SARDICA, José Miguel. *O legado histórico de Leão XII e da encíclica Rerum Novarum*. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/didaskalia/article/view/1618>. Acesso dia: 10/01/2023.

SECRETO, Maria Verónica. *A seca de 1877-1879 no Império do Brasil: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado*. História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]. 2020, v. 27, n. 1 [Acessado 19 outubro 2022]. p.34-51. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000100003>. Acesso em: 19/10/2022.

ANDRADE, Manuel Correa; SETTE, Hilton. *Geografia e História de Pernambuco*. Recife: Editora do Brasil, 1955.

SILVA, Daniel Ferreira da. *A influência de Calvino na educação: Um estudo do colégio XV de novembro – Garanhuns/PE*. Dissertação (mestrado) Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, Programa de Pós Graduação em Ciências das Religiões, 2010. 75f.

SCHWARCZ, Lilia. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: companhia das letras, 2017.

SCOPINHO, S. C. D. *Abordagem etimológica e histórica do leigo no catolicismo*. Revista Pistis Praxis, 3(2), 571–597, 2011. Disponível em <https://doi.org/10.7213/pp.v3i2.13262>. Acesso em 02/06/2022.

SOUZA, Felipe Azevedo de. *A participação política das três classes populares em três movimentos (1880-1900)* (tese doutorado). Campinas, São Paulo: [s.n], 2018. p.177.

SOUSA, C. *O “Estatuto Particular” da Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: critérios de recrutamento e estrutura administrativa*. Revista De História Da UEG, 8(2),2019. Disponível em:

<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/9643>. Acesso dia 01/11/2022.

TOLLENARE, L.F de. *Notas Dominicaes (1816,1817, 1818)*. Recife, Empresa do jornal do Recife, 1905.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Os aprendizes da guerra* In: PRIORI, Mary Del História das crianças no Brasil. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2002. p 200. *Apud* :VIEIRA, Hugo Coelho. *Aprendizes castigados: A infância sem destino nos labirintos do arsenal de guerra 1827-1835*. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/7062/1/arquivo3274_1.pdf. Acesso em: 10 dezembro de 2022.

VIEIRA, Dilermando. *História do catolicismo no Brasil*. Vol. II. São Paulo: Editora santuário, 2016, e-book Kindle.

VILLERMÉ, Luis Renné. *Tableau del' état physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de Cotton*. Paris: Jules Renouard, 1840.

VIAL-ANDRU, Mauricette. *Propiète de la charité Frédéric Ozanam*. Pierre Teché editor, 2013.